



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Índice

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
A ENEVA	6
GESTÃO DE PESSOAS	12
COMPROMISSOS ESG (<i>Environmental, Social and Governance</i>)	18
GESTÃO AMBIENTAL.....	22
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	25
GOVERNANÇA CORPORATIVA	33
CONTEXTO SETORIAL.....	39
DESEMPENHO OPERACIONAL	47
DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	52
INOVAÇÃO E P&D	60
AUDITORES INDEPENDENTES.....	62

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi extraordinário para a Companhia em muitos sentidos. Encerramos o ano com o melhor trimestre da história, e nossa estrutura resiliente e alocação de capital prudente tiveram destaque, o que é ainda mais relevante se considerarmos o ambiente desafiador. Alcançamos um EBITDA recorde de R\$ 2,3 bilhões, um aumento de 40% em relação ao ano anterior, atingimos uma taxa de recomposição de reservas de 264% na Bacia do Parnaíba e acrescentamos 1,3 bilhão de m³ de reservas 2P de gás ao nosso ativo Azulão, no Amazonas. O ano também foi marcado pela diversificação do nosso portfólio com a incorporação da Focus, que posicionou a Eneva como uma das maiores companhias de energia solar do país, com um portfólio de crescimento de mais de 3GW em energias renováveis. Tivemos sucesso no leilão de capacidade de energia, com a contratação da usina Parnaíba IV e de uma capacidade térmica adicional de 295 MW no Amazonas, expandindo, assim, o modelo *Reservoir-to-Wire* (R2W) para outra bacia. Os investimentos significativos feitos ao longo do ano representam uma base sólida que impulsionará nossos resultados futuros.

Além disso, a estrutura de capital e o balanço patrimonial da Eneva continuam garantindo um custo de capital baixo com liquidez sólida para capitalizar as oportunidades de criação de valor de longo prazo. Com o amadurecimento dos nossos projetos e o fortalecimento do fluxo de caixa livre em 2022, poderemos trabalhar com o “trilema do crescimento” mencionado na Carta aos Acionistas do ano passado, e implementar uma política de dividendos. Buscaremos atingir nossas metas anunciadas de alavancagem por meio (i) da aderência ao limite de dívida líquida/EBITDA de 4x em M&A, (ii) da disciplina de pagamento após extensões do balanço patrimonial; e (iii) de recompras oportunistas para evitar desalavancagem excessiva. Nossa execução do capex também seguiu de acordo com o esperado, mas com pequenos ajustes devido a atrasos atribuídos à Covid.

Continuamos a atrair uma base acionária que vê mérito em nossa abordagem de M&A oportunista e confia na capacidade da nossa Administração de gerar valor ao longo do tempo. Decisões de financiamento criativas e oportunistas são tomadas tanto dentro como fora do contexto de projetos e M&A: na expectativa de necessidade de capital, podemos participar de transações oportunistas no mercado de capitais para levantar recursos (incluindo dívida, ações e transações híbridas) e/ou contratar financiamentos quando as condições estiverem favoráveis, até mesmo na ausência de necessidade imediata de capital.

Acreditamos que diversificação em meio a especialização cria valor e resiliência para a Eneva, e nós nos destacamos pela nossa capacidade diferenciada de adaptar os nossos negócios para atender às necessidades de um mundo em transformação. Buscaremos novas oportunidades que agreguem valor ao nosso negócio, como temos feito desde o

re-IPO, há cinco anos, e continuaremos analisando oportunidades de investimento para maximizar a eficácia do componente de alocação de capital da nossa estratégia de diversificação. Nossa abordagem tem sido fazer um número relativamente pequeno de transações, mas com alta qualidade. Obviamente, com menos transações, o conhecimento e o valor por transação devem ser excepcionais. Esse foi o caso da incorporação recente da Focus, um componente importante para a evolução do nosso portfólio. Do ponto de vista estratégico, a aquisição possibilita uma diversificação dentro da tendência de consumo para incluir energia verde/hidrogênio e produção de energia distribuída. Hoje estamos bem-posicionados para nos adaptar à esperada transição energética de longo prazo para fontes renováveis, em linha com as constantes mudanças no comportamento dos consumidores.

Dessa forma, acreditamos que as conquistas do último ano nos deixam muito otimistas com relação ao nosso próximo capítulo; a Eneva está muito bem-posicionada para capturar as oportunidades do momento atual de mudança do mercado em direção a um modelo centrado no cliente. Nosso sucesso durante a pandemia deixou isso muito claro. Nós nos adaptamos e mudamos de direção rapidamente nesse ambiente novo para atender às necessidades dos clientes usando nossa tecnologia de primeira linha e portfólio variado de produtos para garantir o acesso dos nossos clientes a energia confiável.

Estamos atentos ao movimento do mundo de transição de combustíveis fósseis para energia de baixo carbono – energia de fontes renováveis, nuclear e potencialmente de hidrogênio. Essa transição, que afetará quase todos os negócios em todos os países, se dá ao mesmo tempo em que é necessário lidar com uma crise energética global, mudanças climáticas dramáticas e liberalização da demanda reprimida após a pandemia, que estimulou vários países a estocar combustíveis fósseis, indicando um aumento significativo nas emissões globais de dióxido de carbono no ano passado, indo na direção oposta à da tendência global e das metas declaradas de carbono zero. Isso tudo, aliado à disruptão observada ao longo de 2021, tanto nos EUA quanto na Europa, desencadeou o debate sobre o impacto e a prontidão de uma transição global para uma energia mais limpa.

Esperamos, portanto, uma transição mais equilibrada daqui para frente, com financiamento de curto prazo adequado para combustíveis fósseis na próxima década ou nas próximas duas décadas, enquanto as energias alternativas aumentam sua competitividade e acesso para que possam substituir totalmente os combustíveis fósseis.

Nesse contexto, continuamos a acreditar que o gás natural continuará desempenhando um papel importante na transição energética e poderá funcionar como uma ponte para o hidrogênio ou para outras alternativas que possam surgir. Acreditamos que a vasta experiência da Eneva na operação de ativos de carbono intensivo fará com que

cuidemos melhor desses ativos e nos ajudará em nossa missão de liderar uma transição justa e inclusiva ao fornecer energia que gera valor.

A Eneva é guiada por uma série de valores essenciais e um propósito que contribuíram para a definição de uma meta ambiciosa para 2030. Temos a missão de liderar uma transição justa e inclusiva ao fornecer energia que gera valor. Nossa visão é crescer e atingir o tamanho certo para sermos líderes na criação de valor de longo prazo como uma companhia de energia integrada. Para concretizar nossa visão, estabelecemos seis frentes de ataque principais – as batalhas que temos que vencer: 1) expandir os ciclos de vida dos ativos atuais e replicar o R2W para outras geografias; 2) maximizar a base de reservas e desenvolver soluções integradas na região Norte; 3) desenvolver infraestrutura de hub(s) de gás; 4) comercializar recursos de energia e desenvolver novos modelos de negócios; 5) desenvolver um portfólio de energias renováveis e promover tecnologias de baixo carbono; e 6) construir uma organização ágil e adaptada ao propósito. A ideia desses pilares é possibilitar que nos adaptemos com mais rapidez e eficácia a um ambiente em transformação, melhorando constantemente e inovando a um ritmo mais acelerado para atender melhor às demandas dos clientes – elementos-chave relacionados à estratégia Eneva 2030.

Também vale destacar que o ano de 2021 foi marcado pela maior transparência da nossa pegada ambiental e pela aplicação da nossa metodologia de responsabilidade social corporativa em novas regiões. Encerramos 2021 aderindo aos 10 Princípios do Pacto Global da ONU, demonstrando nosso compromisso com 9 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Pela primeira vez, publicamos nosso inventário de emissões de gases de efeito estufa abrangendo toda a nossa cadeia de valor, de acordo com os mais altos padrões de divulgação estabelecidos pelo GHG Protocol (Ouro). Demos outro passo importante e aderimos ao CDP. Apesar de não ser obrigatória, a divulgação de emissões de carbono está ganhando relevância para as empresas e seus fornecedores como um veículo voluntário para aumentar a transparência. Ela não só ajuda as empresas a identificar e lidar com riscos cada vez maiores, como também está alinhada com mudanças regulatórias e de políticas e atende às demandas de investidores e clientes por organizações mais sustentáveis. Nessa frente, ainda temos espaço para melhorar, pois obtivemos a classificação C para clima e B para água, de acordo com o CDP. Para reforçar nossa ambição, estamos nos comprometendo a atingir uma intensidade de emissão de gases de efeito estufa em nosso portfólio de geração a gás de 0.39 tCO₂/MWh até 2030 e planejamos atingir o carbono zero em todas as operações até 2050, mesmo com o crescimento do nosso negócio.

Por fim, é importante destacar que, nosso posicionamento mais competitivo, nossa equipe com capacidade de execução comprovada e os investimentos de sucesso realizados nos últimos anos nos permitem entrar em 2022 confiantes na trajetória para concretizar nossas ambições para 2030 e aumentar o valor intrínseco das nossas ações.

A ENEVA

Visão Geral

A ENEVA S.A. (“ENEVA”) é uma empresa integrada de energia, com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração & produção de hidrocarbonetos no Brasil, pioneira no desenvolvimento e operação do modelo *Reservoir-to-Wire* (“R2W”) no país.¹ A Companhia tem sede no município do Rio de Janeiro e ativos nos estados do Maranhão, Ceará, Amazonas, Roraima, Mato Grosso do Sul e Goiás.

A Companhia possui um parque de geração térmica de 2,2 GW em operação, que representa aproximadamente 7% da capacidade de geração térmica de gás natural e carvão do país². A capacidade total instalada atingirá 2,8 GW até 2024 e 3,1 GW até 2026, com a entrada em operação de quatro novas usinas.

Em dezembro de 2021, a ENEVA operava 11 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas, com reservas certificadas totais (2P) de 36,56 bcm (bilhões de metros cúbicos, do inglês *billion cubic meters*), além da área de Juruá, na Bacia do Solimões. Adicionalmente, possui contratos de concessão para exploração e produção de hidrocarbonetos em mais de 64 mil km² nas Bacias do Parnaíba, Amazonas, Solimões e Paraná, em diferentes estágios exploratórios.

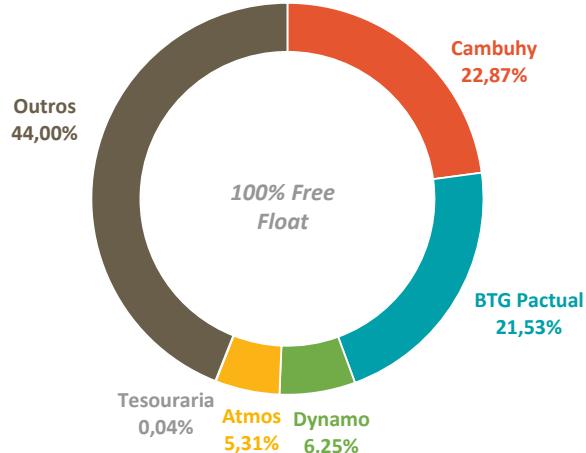
No ano de 2021, a Companhia foi a maior operadora privada³ de gás natural do Brasil, com uma capacidade de produção de 8,4 milhões de m³ por dia. Em 2022, com o início das operações no Campo de Azulão, na Bacia do Amazonas, a capacidade de produção de gás natural atingirá 9,0 milhões de m³ por dia.

¹ Publicação “Brasil Energia Petróleo”, nº 432, novembro de 2016, páginas 34 a 36.

² Dados da ANEEL referentes a março de 2022, disponíveis no Sistema de Informações de Geração da ANEEL (Capacidade de Geração no Brasil – Matriz por tipo e combustível final: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjIILWJIYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCl6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSlsmMiOjR9>.

³ Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2021. Página 81, Tabela 2.12: [Link](#)

A Companhia está listada no segmento de Novo Mercado desde o seu IPO em 2007, e possui capital pulverizado (*Corporation*). A ENEVA possui uma única classe de ações e seu capital social ao final de 2021 era composto por 1.266.339.183 ações ordinárias, negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão sob o código ENEV3. A composição acionária está detalhada no gráfico ao lado.



Portfólio de Ativos

A ENEVA possui os seguintes segmentos de atuação:



Geração de energia segura e competitiva para o sistema elétrico brasileiro, com um parque de geração termelétrica com 3,1 GW de capacidade instalada (71% operacional).

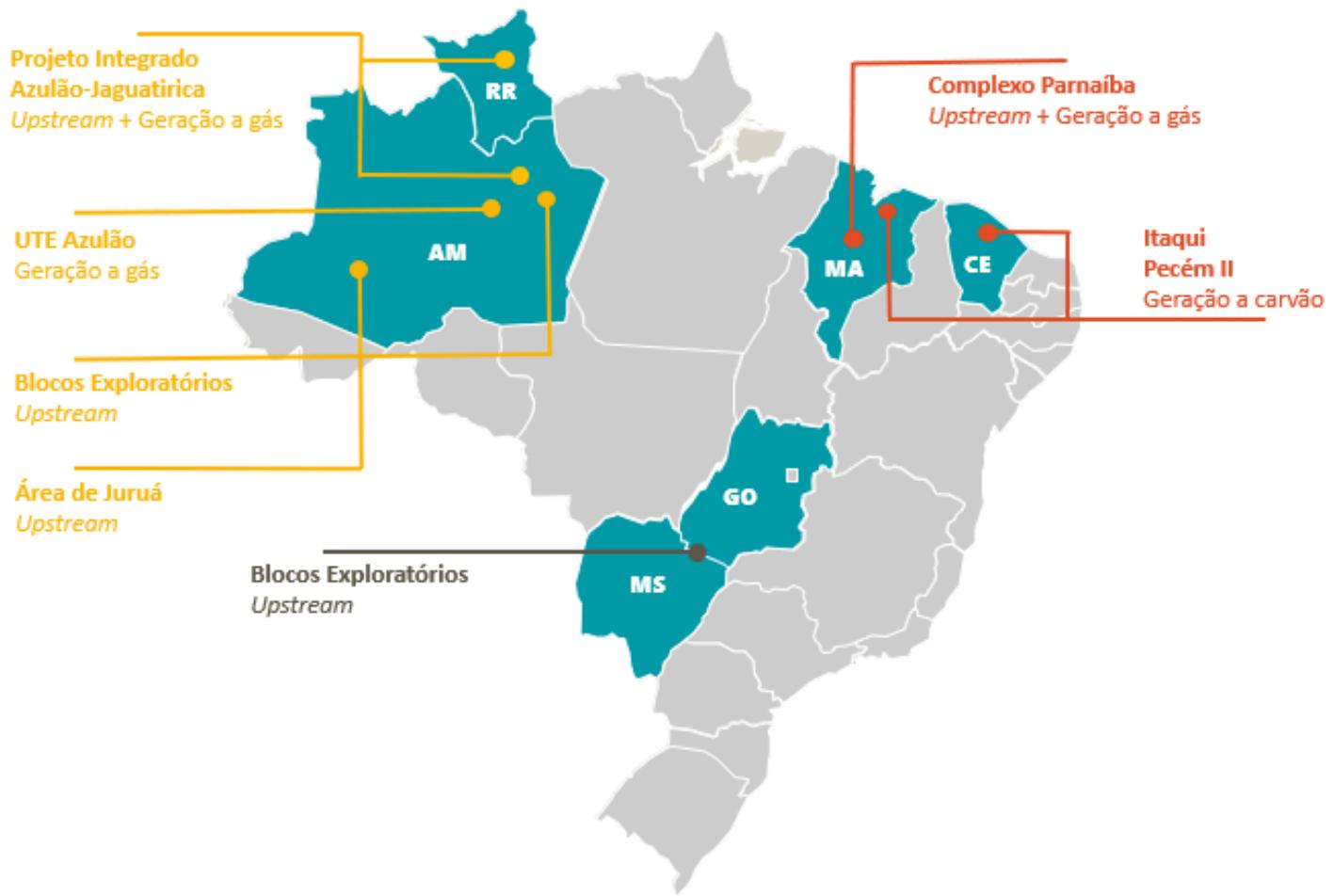


Exploração e produção em diversos campos de gás natural nas bacias sedimentares do Parnaíba, Amazonas e Paraná, além da área de Juruá, na Bacia do Solimões, e mais de 64 mil km² em concessões exploratórias.



Integração comercial de diferentes fontes de geração por meio de contratos oriundos de usinas próprias e de terceiros. Oferta aos clientes do mercado livre uma combinação de fontes que minimizem impactos socioambientais da geração de energia com segurança de suprimento.

Os ativos da Companhia estão distribuídos pelo Brasil, conforme demonstrado na figura abaixo:



O Complexo Parnaíba, localizado no Maranhão, possui capacidade instalada total de 1,9 GW, sendo 1,4 GW já em operação. Em dezembro de 2021, o Complexo era composto por 4 usinas termelétricas a gás natural (Parnaíba I, II, III, IV) supridas através de infraestrutura dedicada e própria, e por 10 campos de gás natural *onshore*, situados em suas adjacências. Adicionalmente, encontravam-se em construção as usinas Parnaíba V e VI. A localização estratégica do parque gerador, nas adjacências dos campos produtores de gás natural, garante a geração de energia a custos competitivos e com menor impacto ambiental, ao reduzir custos e perdas no transporte do combustível. Para fazer frente à geração do Complexo, a Bacia do Parnaíba contava com 29,45 bcm de reservas de gás natural (2P), certificados pela Gaffney, Cline & Associates (“GCA”), referente a 31 de dezembro de 2021.

A Usina Termoelétrica (“UTE”) Jaguatirica II, localizada em Roraima, terá capacidade instalada de 141 MW e consumirá o gás natural do Campo de Azulão, no Estado do Amazonas (Bacia do Amazonas). O gás natural extraído e produzido no campo será liquefeito e transportado em tanques criogênicos por rodovia existente até a usina.

Com o início de operação da UTE Jaguatirica II, uma parte significativa da geração a óleo diesel que supre Roraima será desligada, o que reduzirá as emissões de carbono e NOx (Óxidos de Nitrogênio).

A UTE Azulão é o mais novo empreendimento de geração termelétrica a gás natural da Companhia, que será implantada no município de Silves, Estado do Amazonas, e conectada ao Subsistema Norte do Sistema Interligado Nacional. O projeto da UTE Azulão foi contratado no primeiro Leilão de Reserva de Capacidade da ANEEL, em dezembro de 2021, e o contrato firmado no leilão prevê compromisso de venda de potência de 295 MW, pelo prazo de 15 anos, a partir do início da operação comercial, em julho de 2026. A UTE Azulão utilizará como combustível o gás natural proveniente do Campo de Azulão, localizado a menos de 1km de distância do local em que a usina será instalada. Dessa forma, a ENEVA irá replicar o modelo de negócios R2W, implementado com sucesso na Bacia do Parnaíba e em implementação no Projeto Integrado Azulão-Jaguatirica.

Na Bacia do Amazonas, foram certificadas 7,11 bcm de reservas de gás natural (2P) pela GCA, referentes a 31 de dezembro de 2021.

A Companhia também opera duas usinas termelétricas a carvão mineral, a UTE Itaqui, no estado do Maranhão, com capacidade instalada de 360 MW, e a UTE Pecém II, no estado do Ceará, com capacidade instalada de 365 MW.

No segmento de *Upstream*, além de operar em 11 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e do Amazonas, a Companhia possui contratos de concessão para exploração dos blocos arrematados na 13^a e na 14^a Rodadas de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e no 1º Ciclo de Oferta Permanente, todos na Bacia do Parnaíba. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de concessão para exploração de 3 blocos exploratórios localizados nas adjacências do Campo de Azulão, nas Bacias do Amazonas, de 4 blocos exploratórios na Bacia do Paraná, bem como da Área de Juruá, na Bacia do Solimões, todos arrematados no 2º Ciclo de Oferta Permanente da ANP.

Planejamento Estratégico

O Jeito de Ser ENEVA é a união de trajetórias, experiências e histórias das pessoas que fazem parte do time e reflete a forma como a Companhia conduz o negócio e seus relacionamentos, sempre orientados por 3 pilares: Missão, Visão e Comportamentos.

Missão

Conforme o planejamento estratégico de longo prazo da Companhia, a Eneva possui como missão liderar uma transição justa e inclusiva com energia que gera valor, enfatizando os seguintes pontos:

- Democratizar o acesso a uma energia confiável e acessível;
- Expandir o uso do gás natural em substituição a combustíveis mais poluentes e investir em energias renováveis;
- Valorizar a inclusão de populações mais vulneráveis;
- Oferecer soluções integradas de energia;
- Criar relacionamentos mutuamente benéficos entre a companhia, colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades das quais dependemos para prosperar.

Visão

A visão da ENEVA, que embasa a estratégia de crescimento até 2030, consiste em ser a empresa integrada de energia líder em geração de valor. Atrelado a essa visão está a consolidação como player integrado de energia, de modo a crescer e maximizar a geração de valor.

O planejamento estratégico está ancorado em cinco **alavancas de valor**:



Comportamentos

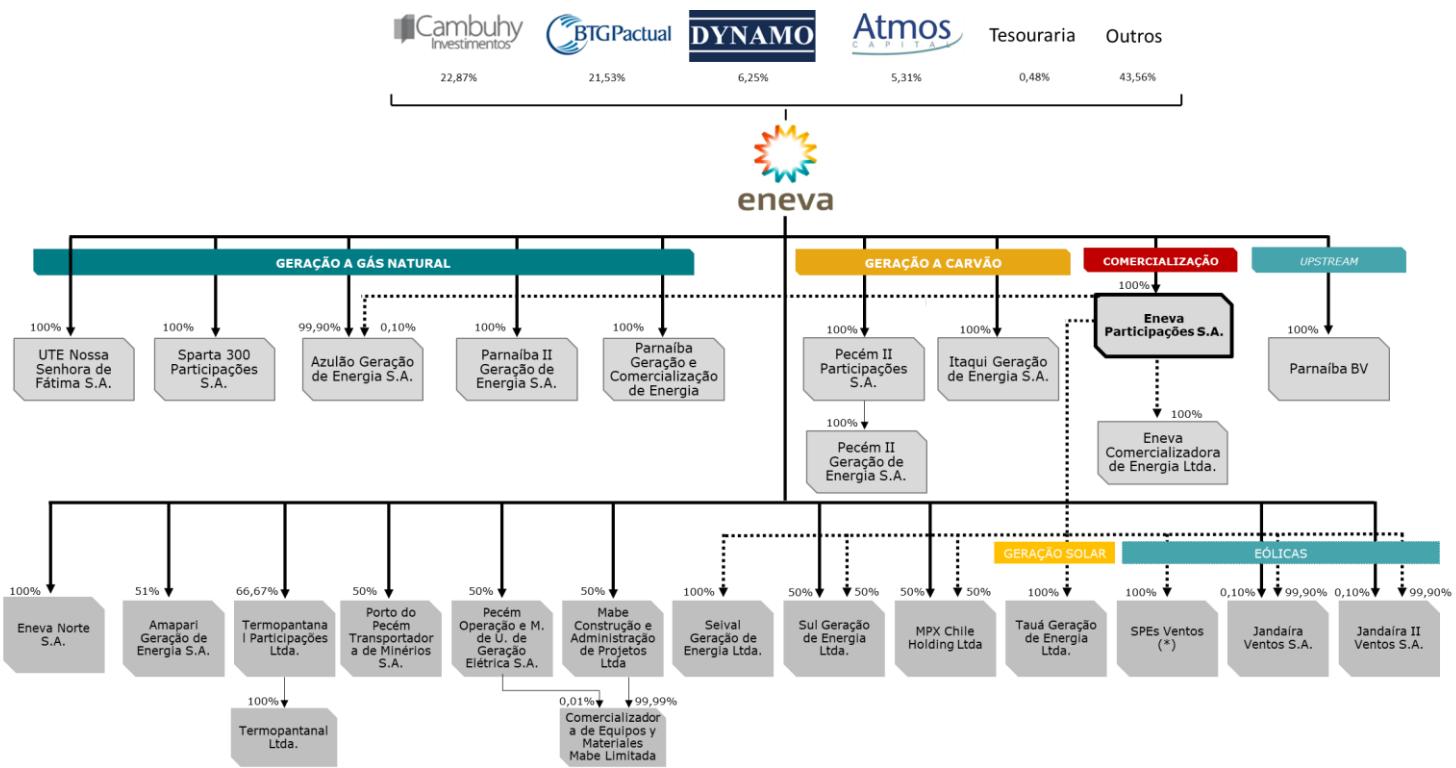
Para que a missão e visão 2030 sejam alcançados, a Companhia precisa perseguir os seguintes comportamentos:

- Ter coragem para assumir risco de forma responsável;
- Ser receptiva, construtiva e resiliente;

- Perseguir os mais altos padrões de desempenho;
- Confiar uns nos outros;
- Celebrar e reconhecer o sucesso.

Estrutura societária

A figura abaixo apresenta a estrutura societária da ENEVA em 31 de dezembro de 2021:



GESTÃO DE PESSOAS

A Eneva encerrou o ano de 2021 com um total de 1.224 colaboradores, sendo composto por 1.127 empregados permanentes. Na comparação com o final de 2020, quando contávamos com 1.105 colaboradores, o quadro de colaboradores da Companhia cresceu 10,77%.

O efetivo da Eneva está concentrado concentrado nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte, representando respectivamente, 59%, 30% e 11% do efetivo total. As usinas da Companhia estão localizadas nos estados do Maranhão (Complexo Parnaíba e Unidade de Itaqui), Ceará (Unidade de Pecém II), e Amazonas e Roraima (Projeto Integrado Azulão-Jaguatirica). Deste modo, para suportar o início das atividades na região, novos colaboradores foram contratados, passando de 53 para 129 colaboradores entre 2020 e 2021, apresentando um crescimento de 143%.

Número de Colaboradores ⁴

Unidade	Região						Geral		
	Nordeste		Norte		Sudeste		Feminino	Masculino	Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino			
Sede	0	0	0	0	156	233	156	233	389
Complexo Parnaíba	53	309	0	0	0	0	53	309	362
Itaqui	29	174	0	0	0	0	29	174	203
Pecém II	23	115	0	0	0	0	23	115	138
Azulão	0	0	15	56	0	0	15	56	71
Jaguatirica	0	0	10	51	0	0	10	51	61
Total	105	598	25	107	156	233	286	938	1.224

Admissões

Foram admitidos 267 empregados em 2021, nas regiões do Nordeste (40%), Sudeste (39%) e Norte (21%).

Contratação de Mão de Obra Local

Do total de admissões nas regiões Norte e Nordeste, 67% são naturais destas regiões e cerca de 75% são contratações de mão de obra local (residentes das regiões Norte e Nordeste no momento de contratação).

⁴ Este quantitativo refere-se ao total de colaboradores considerando aqueles por regime de trabalho tipo CLT com prazo indeterminado, CLT com prazo determinado, estatutário, aprendizes e estagiários.

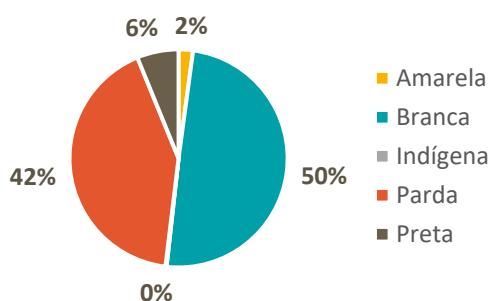
Taxa de Desligamento

A taxa de desligamento no ano de 2021 foi de 16,76%, sendo 9,85% por desligamento involuntários e 6,91% por desligamentos voluntários.

Diversidade de empregados

Nosso quadro de colaboradores é composto por 23% de mulheres e 77% de homens. Nas posições de liderança, 16% são ocupados por mulheres e 84% por homens, sendo o maior percentual de mulheres no nível de coordenação, com 31%, e o menor percentual no nível de supervisão operacional, com 5%.

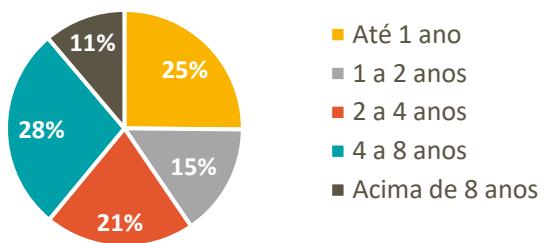
Distribuição por Raça



Cerca de metade dos nossos colaboradores (48%) se autodeclaram negros (pardos + pretos).

Cerca de 28% dos nossos colaboradores possuem entre 4 e 8 anos de casa, ao passo que 25% foram admitidos há menos de 1 ano e 21% estão entre 2 e 4 anos na Eneva. A média de tempo de casa da Eneva é de 3,7 anos, sendo o maior tempo de casa de 15 anos.

Tempo de Casa por Grupos

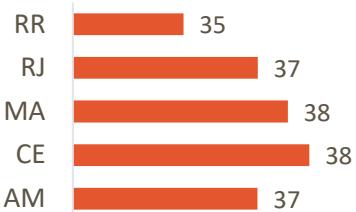


Média Tempo de Casa (anos)

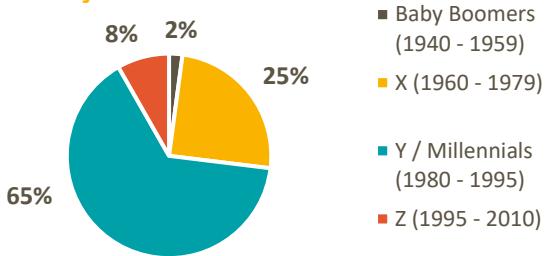
RR	1,9
RJ	3,4
MA	4,3
CE	3,9
AM	1,1

A média de idade da companhia é de 37 anos, sendo a idade mínima de 19 anos e a idade máxima de 75 anos. Além disso, temos 65% dos colaboradores na geração Y (*Millennials*) e 25% na geração X.

Média de Idade

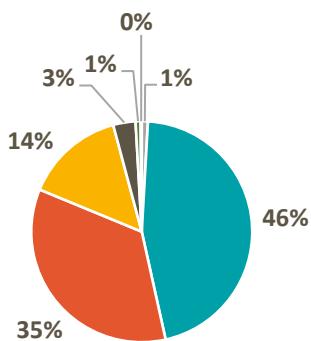


Geração



Ensino

- Médio incompleto
- Médio completo
- Graduado
- Pós graduado
- Mestrado
- Doutorado
- Pós doutorado



Do total de colaboradores, mais da metade (53%) possui nível educacional de graduação ou acima do nível superior.

Desenvolvimento de Pessoas

Em 2021, foi mantida a oferta de treinamentos para as equipes com base nos perfis e competências que serão necessários para atender o portfólio de projetos da Eneva. Através da Academia do Conhecimento (módulo de treinamento adotado pela Eneva para gestão de todos os treinamentos presenciais e online), foi elevado o catálogo de cursos para 94 treinamentos de variadas categorias: comportamental, técnico, liderança, ética & integridade, sistemas e ferramentas. Ressalta-se que todos os colaboradores podem acessar diversos conteúdos a qualquer hora e em qualquer lugar para desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais.

Corroborando o tema de treinamento e desenvolvimento de pessoas, o programa de Multiplicadores Internos da Eneva desenvolveu profissionais de todas as áreas e unidades para transmissão de diversos conhecimentos pela Companhia. Nesse sentido, foi implementada a formação CRIE (Capacitação por Recursos Internos Eneva), em que foram disponibilizadas ferramentas de sustentação para fornecer suporte a estes profissionais. Como forma de reconhecimento, os profissionais que integram o programa recebem um Kit Multiplicador e Pontuação para troca de produtos e resgate de prêmios no programa interno Seja+ Eneva. Atualmente esse programa conta com 45 profissionais de diversas áreas e possibilitou a criação de 15 cursos, que estão disponíveis na Academia do Conhecimento.

Em 2021, o Programa de Desenvolvimento Individual (PDI) foi reformulado, proporcionando maior agilidade, autonomia e controle para todos os colaboradores, resultando em uma adesão de 93%, comparado à adesão de 53% do ciclo anterior. O principal objetivo do PDI é engajar o colaborador a criar um compromisso com o autodesenvolvimento, a partir da definição de metas de aprendizagem, que podem ter como foco o desenvolvimento técnico, comportamental, de gestão ou em ferramentas e sistemas.

No segundo semestre de 2021, foi dada continuidade ao Programa de Estágio Técnico, com a entrada da terceira turma no Complexo Parnaíba. O programa faz parte do compromisso da Eneva com o desenvolvimento de mão de obra local, contando com o total de 13 alunos, de 20 a 26 anos, sendo 6 mulheres e 7 homens, estudantes dos cursos técnicos de Eletromecânica e Petróleo e Gás e moradores das cidades próximas ao Complexo. Nos últimos 4 anos de Programa foram 54 formandos. Ressalta-se que os alunos não contratados recebem orientação e acompanhamento de carreira por 6 meses, com a finalidade de prepará-los para ingressar no mercado de trabalho.

Programa de Trainee

No segundo ano do Programa, os trainees foram designados para atuarem em uma determinada unidade e/ou área, com o desafio de desenvolver um Projeto em todas as suas etapas, que consistem no planejamento, execução, acompanhamento e controle. Para suportar no processo, eles receberam formação e mentoria em Gestão de Projetos.

Remuneração

A estratégia de remuneração da Eneva foi definida para fomentar uma cultura de mérito, foco em resultados e sentimento de dono. A Política de Remuneração visa a promoção de um desempenho superior, bem como a atração e a retenção de colaboradores qualificados e alinhados aos nossos valores.

Anualmente são realizadas pesquisas de mercado, com participação de empresa terceira especializada, com a finalidade de definir as estratégias de remuneração e realizar comparações com empresas de porte e segmentos semelhantes, para garantir a atratividade e capacidade de retenção das pessoas com a expertise necessária para crescimento do negócio.

O foco consiste em manter a estratégia de remuneração base na mediana e premiar resultados extraordinários através dos Incentivos de Curto e Longo Prazo alinhados entre os 25% que melhor remuneram no mercado. Os incentivos de longo prazo sinalizam ao colaborador a intenção em mantê-lo na empresa por um longo prazo, e a importância de uma visão estratégica diante dos projetos.



Avaliação de Desempenho e Sucessão

Para promover uma cultura de performance e desenvolvimento contínuo dos colaboradores, a Eneva conta com um processo robusto de gestão de pessoas, o Ciclo de Avaliação de Carreira e Sucessão - CACS, que ocorre anualmente para todos os profissionais da Eneva. Os objetivos do CACS são:

- Reconhecer os melhores desempenhos, fortalecendo a cultura de meritocracia;
- Identificar talentos e possíveis sucessores;
- Apoiar os gestores no desenvolvimento de suas equipes, através de feedbacks estruturados com pluralidade de visões;
- Manter a companhia apta para os desafios atuais e futuros;
- Produzir insumos para a realização de um Plano de Desenvolvimento Individual consistente.

O ciclo anual de avaliação de carreira e sucessão já acontece há 5 anos na Companhia e em 2021 foram 1.010 profissionais avaliados, ao longo de 70 comitês e somando um total de 340 horas de reuniões. Do total de mulheres elegíveis, 10% receberam promoção para um cargo superior, enquanto 8% dos homens receberam promoções. Em 2020, 16% das mulheres e 10% dos homens promovidos foram promovidos, também em relação a base de elegíveis de cada um dos gêneros.

O processo de mapeamento sucessório permite que seja feito um desenvolvimento assertivo e focado, para que as pessoas efetivamente possam ocupar posições de maior complexidade.

Foram identificadas como posições críticas 6% do total das posições da Companhia, sendo que 61% dessas posições possuíam sucessores de curto prazo mapeados internamente e 39% sucessores do mercado. Em relação ao mapeamento interno de sucessores de médio/longo prazo para as posições críticas, este totalizou 76%.

Benefícios

A ENEVA adota um procedimento de benefícios visando garantir a equidade interna e a competitividade com o mercado, respeitando sempre as determinações do Acordo Coletivo de Trabalho vigente e celebrado em cada localidade. A forma de solicitação e concessão é relatada em cada procedimento e os valores seguem conforme o Acordo Coletivo mencionado.

Em 2021, além dos benefícios já inclusos no portfólio da Companhia, foram adicionados/aprimorados 7 novos benefícios, como Auxílio Funeral para pai e mãe, Programa Eneva baby (serviço que acolhe e orienta as gestantes da gravidez até o nascimento do bebê), empréstimo consignado, dentre outros.

Para apurar o nível de satisfação dos colaboradores com os benefícios ofertados foi realizada uma pesquisa interna, que obteve uma adesão de 60% do total de colaboradores da Companhia. Seus resultados mostraram que:

- O vale-refeição, plano de saúde e cartão-presente de Natal são os benefícios que mais agradam os colaboradores;
- Logo na sequência estão vale-alimentação, previdência privada, seguro de vida e plano odontológico, também muito bem avaliados;
- A maioria dos colaboradores avaliou plano de saúde, plano odontológico, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e previdência privada como os benefícios mais importantes;
- Por fim, cerca de 200 colaboradores elogiaram os benefícios no campo de comentários.

COMPROMISSOS ESG (*Environmental, Social and Governance*)

Em 2021, a Eneva definiu seu posicionamento ESG para liderar uma transição energética socialmente justa e inclusiva. Nele, foram elencados compromissos de longo prazo, em um horizonte de 2030 a 2050, considerando as especificidades do setor de atuação e do Brasil; a expectativa do Plano Decenal de Expansão de incremento capacidade de geração em fontes renováveis e gás natural, até 2030; a intermitência da matriz renovável, que exige a complementaridade por uma fonte de energia estável; a necessidade de otimizar ativos, para que não fiquem ociosos para suportar o crescimento econômico; o fato de o Brasil apresentar uma economia em desenvolvimento com uma população em expansão, mas onde, de acordo com o IBGE, ainda há mais de 2 milhões de pessoas sem acesso à eletricidade; bem como a transição para uma economia de baixo carbono, que requer uma preparação e recapacitação da mão de obra em larga escala.

Para dar suporte a esse desafio, a Companhia somou forças aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, observando dentro de suas metas prioritárias aquelas que mais se aproximam dos impactos positivos gerados pelo negócio. Com os objetivos mapeados e definidos, os Compromissos foram apresentados com três componentes interdependentes para a construção de um legado social, econômico e ambiental positivo nos locais onde a Eneva atua.

Compromissos ESG baseados em 3 componentes interdependentes e 9 ODS prioritários:



Componentes

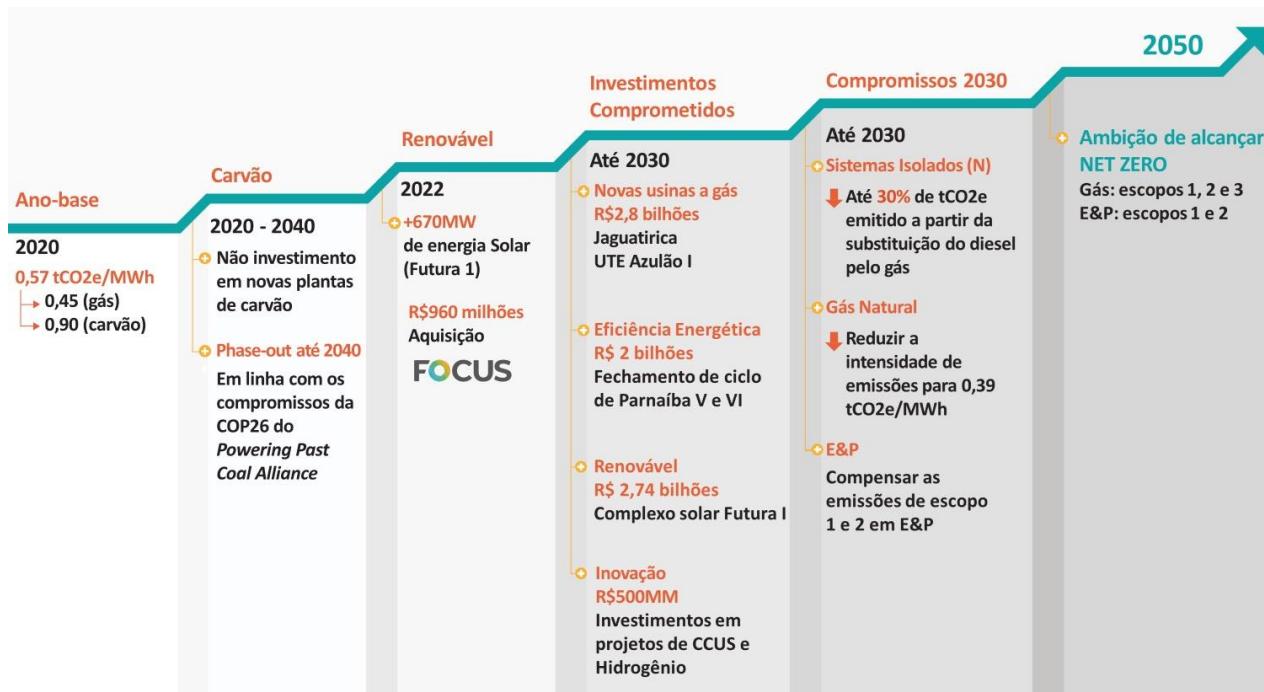
Para alcançar a visão de liderar uma transição justa e inclusiva, a atuação ESG da Companhia estará centrada em três principais tópicos, que reunirão uma série de esforços em cada um: 1. Reduzir as emissões; 2. Melhorar índice de progresso social nos municípios onde atuamos; e 3. Conservar a Amazônia.

Reducir emissões

O Brasil apresenta uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com 84% de energia renovável, majoritariamente provenientes de fontes hidrelétricas e eólicas. São fontes importantes para o sistema, mas apresentam intermitência como reflexo das condições naturais voláteis. Como exemplo, em contexto de crises hídricas, como ocorrido em 2021, o Sistema Elétrico necessita suplementar as fontes de energia para garantir a continuidade do fornecimento elétrico.

O gás natural se destaca como a principal fonte para a transição energética nacional, como a mais segura e menos poluente disponível, representando hoje 9% da matriz elétrica brasileira e sendo chamada a gerar eletricidade adicional quando as demais fontes não estão disponíveis.

Cientes da posição estratégica da Companhia na transição energética, nos próximos anos a Eneva irá investir em um conjunto de iniciativas que contribuirão para a redução da intensidade das emissões de CO₂e nos próximos anos. Os investimentos serão direcionados para projetos de eficiência energética, executar o *phase-out* das usinas a carvão até 2040, investir em tecnologias de captura e estocagem de carbono, bem como ampliar nossa carteira de plantas de geração renovável. Neste caminho, a Companhia tem a ambição de alcançar o *Net Zero* até 2050 – Escopos 1, 2 e 3 para geração de energia a gás e Escopos 1 e 2 para E&P, com os seguintes marcos nessa jornada:



Melhorar índice de progresso social nos municípios onde atuamos

A contribuição com o desenvolvimento do entorno das operações da Companhia, com ações que promovam a melhoria de qualidade de vida e geração de emprego e renda, faz parte da estratégia do modelo de negócios da Eneva. No interior do Maranhão, onde está localizada a operação mais longeja da Companhia no Complexo Parnaíba, a presença da Eneva garante o aumento da arrecadação dos municípios produtores de gás natural e contribui para o desenvolvimento, elevação da renda e escolaridade da população e aumento da participação da indústria no PIB, como mostram os dados de evolução nas cidades em que a Eneva está presente.

Santo Antônio dos Lopes (dados do IBGE, no período entre 2010 e 2019):

- O número de empresas no município foi de 82 para 162 (+97,5%);
- O salário médio mensal evoluiu de 1,1 para 4 salários-mínimos;
- O pessoal ocupado assalariado no município mais que dobrou.

Desde o início das nossas atividades, os projetos sociais da Eneva envolveram aproximadamente 70 mil pessoas direta e indiretamente. Até 2030, a meta é beneficiar 50 mil pessoas diretamente e 100 mil indiretamente por meio de projetos sociais com foco em geração de renda e educação. Para tanto, a atuação será focada nos seguintes territórios em que a Companhia está presente, replicando as linhas de atuação de:

- **Responsabilidade social:** Projetos sociais voltados para famílias em vulnerabilidade com foco em agricultura familiar, geração de renda e educação, para redução de analfabetismo.
- **Mão de obra local:** Formação de mão de obra local para maior empregabilidade e exercício da cidadania;
- **Fornecedores locais:** Promoção de iniciativas que contribuem para o desenvolvimento da economia local.

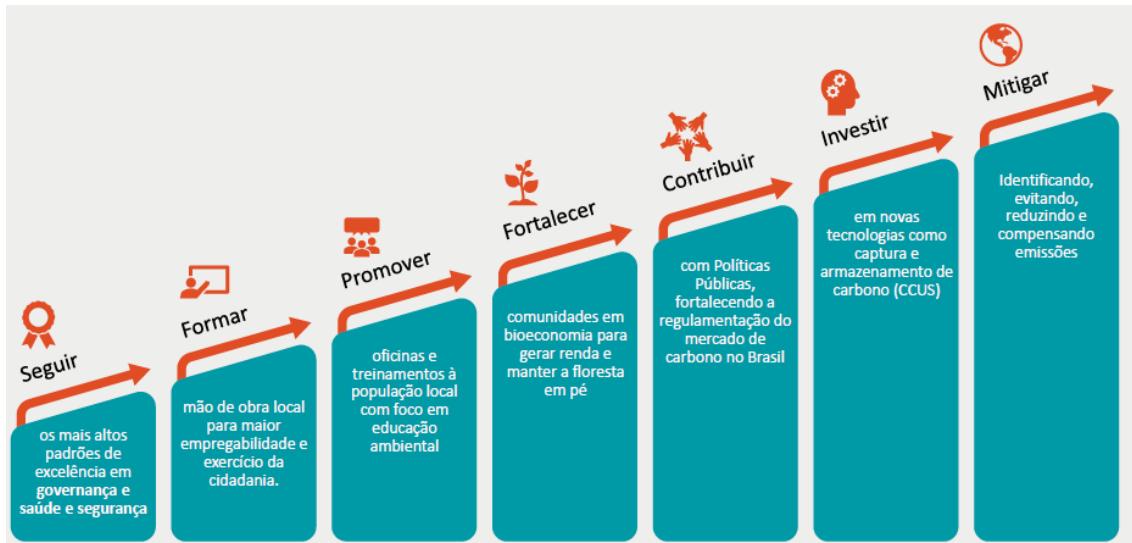
Conservar a Amazônia

A Eneva atua principalmente em estados que compõem a Amazônia Legal. Embora as operações estejam distantes de zonas de índices elevados de desmatamento, a Companhia entende que possui um papel fundamental para promover ações que garantam a conservação da maior floresta tropical do planeta.

Com o objetivo de preservar a floresta em pé a partir de projetos de bioeconomia por meio de sistemas agroflorestais, gerando oportunidades para o crescimento local sustentável, a Companhia irá impulsionar atividades que valorizem o produto proveniente da floresta e os inclua no mercado.

Com essas atividades, a Companhia pretende contribuir com a consolidação de 500 mil hectares de áreas protegidas na Amazônia Legal, multiplicando por 1.000 a atuação atual na área ambiental. Todas as atividades desenvolvidas nessa linha serão ancoradas na visão integrada de cinco pressupostos: apoio às agroflorestas e à bioeconomia; apoio à unidade de conservação; restauração florestal, quando necessário; monitoramento territorial para garantir a consolidação das áreas; e participação no mercado de carbono.

As ações que basearão os compromissos são:



A Eneva está em processo de construção e aprimoramento contínuo e, nesse sentido, foram definidas as primeiras ações a serem tomadas. Garantindo a transparência e aprimoramento constante, os compromissos poderão ser atualizados e aprimorados para adaptarem-se a novos contextos e ao surgimento de novas tecnologias e oportunidades do setor.

Destaques ESG 2021

- 1º Estudo de Riscos e Oportunidades Climáticas;
- 1º Inventário de GEE auditado e publicado no Programa GHG Protocol (selo Gold);
- Adesão ao CDP (Clima C e Água B);
- Inclusão da Eneva na carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3;
- ESG na tomada de decisão e planejamento de longo prazo;
- Criação do grupo de embaixadores ESG;
- Adesão a Rede Brasil do Pacto Global;
- Lançamento dos compromissos ESG.

GESTÃO AMBIENTAL

Visão Geral

O compromisso com a preservação ambiental e a minimização de impactos das operações é um importante pilar da atuação da Eneva. As diretrizes, os aspectos e os impactos operacionais com foco na gestão ambiental estão centralizados no Sistema de Gestão em Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social – partes indissociáveis dos processos de gestão, operação e de tomada de decisão da Companhia.

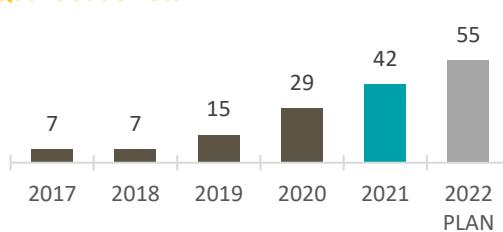
Sistema de Gestão

A gestão e o acompanhamento do tema ambiental seguem a política, diretrizes, manuais e procedimentos de HSE, auditados por consultorias independentes anualmente. Com vistas à melhoria contínua, foram mantidos normativos corporativos, padronizando as operações na gestão das emissões reguladas e de gases de efeito estufa, efluentes, recursos hídricos e resíduos.

Em 2021, foram criados e publicados novos procedimentos de gestão da biodiversidade, de produtos químicos, ruído ambiental e passivos. Para engajar e facilitar a comunicação interna, periodicamente é divulgada a performance ambiental por meio de reuniões de análise crítica em todas as operações. Além disso, outras ferramentas de análise crítica foram mantidas como o Painel de Licenciamento Ambiental e o Dashboard para gestão operacional dos KPIs em Meio Ambiente, em todas as unidades.

As métricas de performance ambiental foram expandidas, de acordo com as metodologias internacionais: Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Em 2021, foram implantados 13 novos KPIs com foco na manutenção da qualidade do ar, no monitoramento de efluentes, na destinação sustentável de resíduos e no aumento de reposição florestal.

Estruturação de KPIs I Meio Ambiente
Quantidade Total



Licenciamento Ambiental

Todos os ativos da companhia são avaliados por meio de estudos de impacto socioambiental, conduzidos e elaborados por consultorias independentes e multidisciplinares (físico, biótico e social). Eles são instrumentos do licenciamento ambiental, apresentados e aprovados por órgãos governamentais. São elaborados de forma participativa, inclusiva e sempre optando pelo menor impacto possível, além da proposição de programas de controle e monitoramento.

Por meio de um sistema de controle de prazos e cumprimento de requisitos legais, é realizada a gestão de mais de 100 licenças e autorizações ambientais, totalizando mais de 1.000 condicionantes distribuídas em unidades operacionais.

Em 2021, todas as licenças necessárias para os ativos da Eneva foram mantidas, tendo sido emitidas 99 licenças e autorizações de forma a garantir o fortalecimento e a expansão da Companhia. Nesse período, destaca-se a emissão de licenças relevantes para o grupo Eneva: (i) a renovação de todas as licenças de operação do Complexo Parnaíba; (ii) 10 Licenças Prévias de Perfuração que permitiram o desenvolvimento da campanha de poços no Maranhão; (iii) mais 9 poços de água licenciados; (iv) licença de instalação para GVP; (v) Licença Prévia para GVTE; (vi) Licença de Instalação para Parnaíba VI; (vii) Licença de Operação para Parnaíba V; (viii) Renovação da Licença de Operação para UTE Pecém II; (ix); Licenças de Operação para Jaguatirica e Azulão; (x) licenças para perfuração de mais 4 poços exploratórios no Amazonas; e (xii) Licença Prévia para UTE Azulão I.

Controles e monitoramentos para a proteção do meio ambiente são estabelecidos e adotam-se padrões internos rigorosos de qualidade ambiental em todas as unidades, como o monitoramento e controle de:

- Emissões Atmosféricas
- Efluentes Líquidos
- Qualidade da água superficial e subterrânea
- Resíduos Sólidos
- Meteorológico e da Qualidade do Ar
- Qualidade do Solo
- Fauna Terrestre e Aquática
- Ruído
- Relacionamento com Comunidade Local
- Educação Ambiental
- Contratação e Apoio da Mão de Obra Local
- Reassentamento de População

Todos os resultados de controle e monitoramento realizados são apresentados a órgãos ambientais competentes e estão disponíveis para consulta pública nas documentações apresentadas para os processos de licenciamento.

Programa Reflorestar

Em 2021, foi iniciado o Programa Reflorestar visando recuperar uma área inicial de 60 hectares, o equivalente a aproximadamente 85 campos de futebol, nas proximidades da Bacia do Rio Mearim e no Parque Estadual do Mirador, na Bacia do Rio Itapecuru, no estado do Maranhão. A reposição florestal é de extrema importância para recuperação de biomas no Estado e para a preservação das bacias hidrográficas, que têm papel fundamental na economia local e no abastecimento da população.

Áreas com potencial para sistemas agroflorestais terão preferência no programa, de forma a incentivar a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico da região. A primeira área recuperada foi a região de um antigo lixão do município de Lima Campos. A partir de 2022, este programa será ampliado e incluído no Compromisso ESG pela Conservação da Amazônia, integrando especificamente as atividades no pilar reflorestamento.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Um dos itens necessários para o desenvolvimento para projetos sociais é o estabelecimento de um relacionamento duradouro, transparente e que responda às expectativas das partes envolvidas. Para tanto, é necessária a identificação destas partes, de suas expectativas, e da materialidade dos temas que com elas se relacionam.

A Eneva mantém como pressupostos de seu trabalho:

- Manter relacionamento de transparência e credibilidade, ética nos negócios e de combate à corrupção, promovendo o engajamento com suas partes interessadas;
- Fomentar o desenvolvimento sustentável nas regiões onde atua em parceria com as partes interessadas, por meio da adoção e disseminação de práticas de gestão e governança do território que incorporem a natureza integrada das vertentes social, ambiental, econômica e cultural;
- Identificar e gerir os impactos positivos e negativos ao meio ambiente e às pessoas, e possibilitar a gestão eficaz do uso de recursos naturais, buscando a utilização das melhores práticas de mercado.

Projetos Sociais

Dentre os projetos sociais apoiados pela Eneva em 2021, destacam-se:

Projeto Educação Sustentável

O Programa de Educação Ambiental (PEA) tem como objetivo geral orientar professores e sensibilizar alunos AID para uma atuação efetiva e contínua na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região. O Projeto de Educação Sustentável tem como principal proposição promover a sustentabilidade, segurança alimentar e melhoria no processo pedagógico por meio da agricultura familiar.

Em 2021, o Projeto Educação Sustentável teve implantação total em escolas públicas municipais/estaduais (57 unidades de ensino) das áreas do Complexo do Parnaíba, Itaqui, Pecém, Azulão e Jaguatirica, com os seguintes destaques:

- Implantação de 92 hortas orgânicas nos espaços ociosos das escolas públicas municipais/estaduais;
- Participação e envolvimento de 350 profissionais da área da educação entre professores e merendeiras;

- > Capacitação teóricas e práticas ao pedagógico das escolas, com participação do SESI;
- > Mais 11 toneladas de hortaliças, frutíferas e medicinais destinadas a merenda escolar e famílias de vulnerabilidade local - segurança alimentar;
- > Replicação em famílias que venderam para incremento de renda – 100% orgânico.

Projeto Agrícola HortCanaã

O Projeto de Reassentamento da Vila Canaã está em fase de pós-emancipação, com todos os compromissos assumidos com o órgão ambiental e a comunidade da Vila Canaã cumpridos e concluídos. A Companhia continua com o monitoramento e os avanços do projeto se consolidam com a inclusão de novos parceiros e políticas públicas. Como apresentação do processo e conclusão da emancipação, são descritas as principais ações e compromissos com o histórico e avanços do Projeto de Reassentamento da Vila Canaã.

Área de Produção Orgânica



Cacau Orgânico

O Projeto Polo Agrícola HortCanaã concluiu a primeira produção do Chocolate Orgânico e o produto teve seu lançamento em março de 2021, com destinação direta para comercialização dentro do Estado do Maranhão. É o primeiro chocolate produzido com cacau orgânico 100% maranhense, obtendo assim melhor qualidade e valorização da produção do projeto social. O resultado foi o retorno positivo da mídia local e aumento considerável das vendas dos chocolates e dos produtos do próprio Polo.



Chocolate com Produção Orgânica

Além disso, foram plantadas 27 mil mudas híbridas de cacau, por agricultores, suas famílias e acompanhamento da Universidade Estadual do Maranhão. A projeção de primeira safra é para 2022 e o total de área destinada somente para produção do cacau, depois desse plantio, chega a 24 hectares.



Lançamento do Chocolate Orgânico

A ação é fruto de uma parceria com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, órgão especial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que trata diretamente da produção e pesquisa dos melhores cacaus do Norte e Nordeste. Com a parceria, o Polo será incluído nas ações de pesquisa, melhoramento genético e assistência especializada.



Chocolate Orgânico Polo Agrícola

O Polo Agrícola HortCanaã foi aprovado em mais um edital da Embrapa Maranhão para o projeto “Horta Pedagógica”, que tem como objetivo promover segurança alimentar, nutricional e médica para as comunidades vulneráveis.

As hortas do projeto serão 100% medicinais e vão servir de apoio para extensão do curso de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão. Também funcionarão como sala de aula aberta para disciplinas básicas e temas transversais que poderão ser abordados, de forma prática, em conjunto com os aspectos agronômicos.

Projeto Agrícola Nova Demanda (Santo Antônio dos Lopes)

Iniciado em 2020, o projeto de Incentivo à Agricultura Familiar no Povoado Nova Demanda teve avanços significativos, com a Associação de Produtores e Agricultores Rurais Nova Demanda incluída em políticas públicas, através do Projeto Mais Sementes. Adicionalmente, em 2021, o projeto participou e obteve aprovação em dois editais do PROCAF – Programa de Compras da Agricultura Familiar, gerando fonte de renda e escoamento dos produtos, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Renda Média dos Agricultores



Atualmente, a APRAND (Associação de Produtores Rurais Agroecológicos do Povoado Nova Demanda) conta com 30 famílias associadas, que recebem visitas periódicas da Assistência Técnica, concedidas pela ENEVA afim de orientá-los na melhor forma de produção de alimentos agroecológicos. Além disso, a ENEVA apoiou a iniciativa de realização de feiras nos municípios vizinhos, promovendo a circulação dos produtos.



Feira Orgânica

Foi identificada a necessidade de implantação de sistema de irrigação, resultando na entrega de kits de irrigação às famílias associadas, distribuídos em blocos conforme engajamento e produção.

Projetos Agroflorestais

Em abril de 2021, foi iniciado o Projeto Agroflorestal nos municípios de Itapiranga e Silves, no Amazonas, para levar apoio às ações de desenvolvimento social e geração de renda para 450 famílias, que se sustentam com a agricultura e a criação de animais.

A etapa inicial contou com visitas de pesquisadores da EMBRAPA às áreas de produção, elaborando um plano de trabalho e identificando áreas para o reflorestamento no manejo agroflorestal, além da indicação de mudas. O propósito é centrado em: (i) uso coletivo; (ii) melhoria da qualidade e diversidade dos produtos; e (iii) comercialização.



Reunião com os agricultores locais

Adicionalmente, foram iniciadas, em 2021, as capacitações com o “Sistema de Produção Agroflorestais de Café”, em parceria com A Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus, AM), Embrapa Rondônia (Porto Velho, RO), e Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), por meio de curso on-line. A ENEVA atuou com a mobilização nos grupos de Itapiranga e Silves, disponibilizando acesso à transmissão, transporte, apoio local, certificados e incentivo à produção local.

Projeto AMUQUEC

O ano de 2021 foi marcado pela atualização das DAPs - Declaração de Aptidão - junto ao PRONAF das associadas e à regularização da Associação. Foi iniciado um novo ciclo de capacitação com as quebradeiras de coco para produção de sabonete artesanal do azeite

do coco babaçu. O objetivo é incentivar as quebradeiras a alcançar o mercado consumidor. Com o mesmo objetivo, a AMUQUEC foi aprovada em 2 editais do PROCAF.

No ciclo de capacitações, as associadas de Capinzal do Norte/MA receberam o acompanhamento da equipe de Sesi por 6 meses com capacitações nos âmbitos de: Educação Financeira; Desperdício; Formação de Cardápio; Organização e armazenamento de produtos e a COPEL, para articulação de início de vendas e auxiliar a entrada delas no mercado.

A associação participou, em setembro de 2021, da atividade promovida pelo Governo do Maranhão: “Mulheres do Babaçu - Quebradeiras de Coco do Maranhão”, evento alusivo ao Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, para pautar a comercialização de produtos, atrações culturais e participação de membros de movimentos relacionados ao extrativismo sustentável.



AMUQUEC

Projeto Aprender

Em 2019, a ENEVA passou a apoiar o Projeto Aprender voltado para a educação de crianças na primeira infância. Com a permanência do quadro pandêmico, em 2021 o projeto foi remodelado com encontros virtuais periódicos, envolvendo também a Secretaria de Estado do Maranhão para apresentação de devolutivas e de indicadores nos municípios de AID do Complexo Parnaíba.

O projeto apresentou avanços no último ano, atingindo todos os municípios do Estado do Maranhão. Mesmo em época de pandemia, houve aumento de ações reformuladas devido ao número considerável de abstinências, em virtude da ausência de acesso à internet, principalmente aos profissionais e alunos que residem na zona rural.

Os encontros virtuais periódicos possibilitaram a LABEDU, executora do projeto, a apresentar dados qualitativos e quantitativos dos municípios e abrir espaço para cada representante da educação descrever a evolução dos professores, observando as particularidades de cada município, com o projeto adaptando-se de acordo a realidade. Dessa forma, o projeto tomou uma dimensão gigantesca, a ponto do Projeto Aprender ser inserido na política de formação do Estado do Maranhão.

Projeto Revolução do Saber

Em 2021, a ENEVA iniciou a formação da turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) direcionada a integrantes de projetos sociais, com foco na erradicação do analfabetismo. Os alunos receberam apoio logístico da Eneva e da Secretaria Municipal de Educação, que disponibilizou o material e os profissionais de educação.

O projeto atende a associados da AMUQUEC e da APRAND, com atividades educacionais lúdicas e audiovisuais, trazendo temáticas pedagógicas voltadas à erradicação do analfabetismo na região.



Revolução do Saber

Elas Empreendedoras

O Projeto tem como principal objetivo despertar e incentivar ações empreendedoras nas mulheres das comunidades das áreas de atuação da Eneva no Maranhão, Amazonas e Ceará, contando com 230 mil mulheres nessas regiões. Através da promoção do protagonismo e fortalecimento da figura da mulher, o projeto atende agricultoras e quebradeiras de coco dos estados em a Companhia opera, contando com capacitações voltadas para o empreendedorismo, como temas administrativos, financeiros e plano de negócios. O projeto ainda atua em temáticas paralelas como empoderamento feminino, violência contra mulher, diversidade etc.



Elas Empreendedoras

Também são realizadas capacitações em parceria com o Sesi Cozinha Empreendedora, transformando o saber culinário em geração de renda, com cursos e oficinas direcionadas à grande variedade de produção - geleias orgânicas artesanais, compotas, conservas, antepastos, pães, bolos, sucos e outros, seguindo todas as normas e procedimentos de qualidade, segurança e higiene. Para viabilizar o projeto, foi disponibilizado um espaço equipado com cozinha semi-industrial, impulsionando o primeiro momento e apoiando as próximas fases.



Cozinha Semi Industrial

Projetos Incentivados

Com base em dedução fiscal, os projetos apoiados pela Eneva para acesso a benefícios federais possuem os seguintes recortes: educação, acesso à cultura e desenvolvimento local. Em 2021, os investimentos foram realizados por meio das Lei Rouanet, Incentivo ao Esporte, Fundos da Criança e Adolescente e Fundo do Idoso, somando R\$ 2,08 milhões em projetos nos estados do Maranhão, Ceará, Amazonas e Roraima.

Arte de Incluir

Realizado no Ceará, o projeto é composto por apresentação musical com os alunos PCD que participaram de cursos de teatro, canto e dança durante 3 meses. A iniciativa social foi realizada por meio da Lei Rouanet e atendeu jovens e adolescentes com síndrome de down, que receberam aulas específicas e adaptadas para a construção do espetáculo. A ação promove acesso a modalidades artísticas como música, dança, canto, pintura, fotografia e outras, com duração de 10 meses, chegando a mais de 100 crianças e adolescentes da região.



Arte de Incluir

Workshops Elaboração de Projetos Sociais

O Workshop em Elaboração de Projetos, nos estados de Roraima e Amazonas, foi realizado com lideranças comunitárias e representantes de instituições sociais. O encontro capacita e incentiva os participantes para a formalização de projetos, esclarecimentos sobre leis de incentivo, estruturação de associação e cooperativas e, por fim, parte prática com estruturação de drafts de iniciativas propostas pelos comunitários.



Turma formada na área do Azulão

O workshop chegou a 42 representantes/líderes que trabalham com educação, crianças e adolescentes, resíduos orgânicos, educação ambiental e outros. Eles ficaram aptos à captação de recursos públicos e privados para iniciarem ou darem andamento a seus projetos sociais.

O objetivo dos workshops é garantir projetos habilitados a captações de recursos incentivados, como prioridade na região, aumentando as possibilidades de investimento direto nos territórios em que a Eneva atua.

Apoio à prevenção e combate à Covid-19

Em Roraima:

A Eneva contribuiu com o Sistema Público de Saúde de Roraima contratando um sistema de geração de oxigênio, para alimentação do Hospital Geral do Estado, bem como 50 cilindros de oxigênio para atender à população local. A doação ocorreu via programa Matchfunding Salvando Vidas do BNDES, operacionalizado pela Sitawi Finanças do Bem. O montante doado foi de R\$ 1,600 milhão, além de 2.025 testes de Covid-19.

Maranhão:

A Companhia doou, em 2021: 100 testes rápidos, 2.500 kits de higiene, 200 mil máscaras, 5.000 jalecos, 1.500 cestas básicas. Além do Projeto Costurando para o Bem, que doou R\$ 273 mil.

Em São Luís, a Companhia realizou as seguintes doações: 20 colchões, 20 rouppeiros, 50 mil máscaras, 100 kits de alimentação, 500 cestas básicas, 50 jalecos e 500 kits de higiene, seis tubos de aço com 20" (vinte polegadas) e 16" (dezesseis polegadas) para obras de drenagem no município de Pedreiras, que sofre com enchentes do Rio Mearim. Ademais, doou 725 testes de COVID-19 para o Hospital Regional de Pedreiras além de 1.500 cestas básicas para populações onde estão localizadas nossas operações e municípios com IDH extremamente baixo. As doações foram feitas com apoio da Federação dos Municípios do Maranhão, no valor de aproximadamente R\$ 78 mil.

Ceará:

A ENEVA doou 59 testes de COVID-19 para a Prefeitura de São Gonçalo do Amarante, além de 160 cestas básicas.

Amazonas:

Por meio da iniciativa UNIÃO BR – Juntos pelo Amazonas, operacionalizada pelo Instituto Phi – Philantropia Inteligente, a ENEVA doou R\$ 100 mil para a aquisição de cinco miniusinas geradoras de O₂ no interior do Amazonas. A estratégia visou fortificar o sistema nos municípios do interior, evitando a remoção de casos moderados para Manaus. Dentre as empresas participantes se encontram AMBEV, Coca-Cola, Leroy Merlin, Americanas, Lojas Renner, Electrolux, SulAmérica, Natura, Casas Bahia, Claro, Google, Paypal, XP, Carrefour, Heineken, entre outras.

Itapiranga, Silves e Manaus:

A Companhia doou 95 mil máscaras, 1.900 kits de limpeza, 12 medidores de pressão e 6 caixas térmicas, 7 oxímetros, 8 termômetros infra, e 100 galões de água potável, 657 testes de Covid, 10 equipamentos concentradores estacionários de oxigênio, totalizando R\$ 112 mil, além do Projeto Costurando para o Bem, cujo valor de doação foi de R\$ 150 mil.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A ética faz parte das decisões da ENEVA, norteando a realização dos nossos negócios e nossas relações com clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, entidades públicas e demais partes interessadas.

A Companhia reconhece o valor das boas práticas de Governança Corporativa e se empenha, constantemente, em aprimorá-las, atuando ativamente na realização de reuniões com investidores, na manutenção de discussões junto aos seus stakeholders, no incentivo à participação de seus acionistas nas Assembleias Gerais e na implantação das mais avançadas técnicas de desenvolvimento sustentável em seus empreendimentos.

A Companhia adota, ainda, as práticas de governança corporativa indicadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, além das regras previstas do Novo Mercado.

Estrutura de governança

A estrutura de Governança Corporativa da ENEVA está pautada nos pilares de boas práticas que regulam as relações corporativas, suportam os controles internos e garantem uma atuação de conformidade e transparência nas tomadas de decisões. Este modelo representa a busca permanente pelo aprimoramento das práticas adotadas e, por consequência, a tratativa igualitária de seus acionistas.

A ENEVA conta, atualmente, com a seguinte estrutura de Governança Corporativa:



Conselho e Comitês

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos independentes, com mandato de 1 ano, podendo ser reeleitos. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia era composto por:

JERSON KELMAN PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	HENRI PHILIPPE REICHSTUL VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO E COORDENADOR DO COMITÊ DE PESSOAS	MARCELO PEREIRA LOPES DE MEDEIROS MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO E DO COMITÊ DE PESSOAS	GUILHERME BOTTURA MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO, DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO E COORDENADOR DO COMITÊ FINANCEIRO
FELIPE GOTTLIEB MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO E COMITÊS DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO E FINANCEIRO	RENATO ANTONIO SECONDO MAZZOLA MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO, DOS COMITÊS DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO E PESSOAS	ELENA LANDAU MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO	

Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, decisões sobre questões estratégicas, monitoramento dos planos de gestão de negócios executados pela Diretoria Executiva, de acordo com as competências estabelecidas no Estatuto Social, no seu regimento interno e na legislação em vigor.

Comitês de Assessoramento

Para apoiar os processos de tomada de decisão, o Conselho conta com comitês especializados, funcionando simultaneamente ao Conselho, em caráter permanente ou temporário. Atualmente, a Companhia possui os seguintes comitês:

Responsabilidades	
Comitê de Auditoria Estatutário	Auditória interna, Controles internos e de <i>Compliance</i> , Asseguração de transparência e integridade das informações financeiras públicas.
Comitê Financeiro	Orientação e auxílio às operações financeiras para garantir eficiência de processos e decisões.
Comitê de Pessoas	Orientação e auxílio em aspectos corporativos (remuneração, benefícios, fixação de metas anuais, planos de retenção, aprimoramento profissional, sucessão etc.).

Diretoria Executiva

A Diretoria da Companhia, em dezembro de 2021, era composta por oito membros, conforme figura a seguir:

PEDRO ZINNER DIRETOR PRESIDENTE - ESTATUTÁRIO	LINO CANÇADO DIRETOR DE OPERAÇÕES - ESTATUTÁRIO	MARCELO HABIBE DIRETOR DE FINANÇAS E RI - ESTATUTÁRIO	MARCELO CRUZ DIRETOR DE NOVOS NEGÓCIOS, MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO - ESTATUTÁRIO
THIAGO FREITAS DIRETOR JURÍDICO, GOVERNANÇA E COMPLIANCE	DAMIAN POPOLO DIRETOR DE RELAÇÕES EXTERNAS	RENATO CINTRA DIRETOR DE SERVIÇOS CORPORATIVOS	ANITA BAGGIO DIRETORA DE GENTE, PERFORMANCE, ESG, HSE, RESPONSABILIDADE SOCIAL, COMUNICAÇÃO & CULTURA

Compete à Diretoria Executiva planejar e conduzir as operações da Companhia seguindo os limites estabelecidos por lei e pelo estatuto da Companhia.

Políticas e Regimentos

As Políticas e Regimentos da Companhia estabelecem as diretrizes e condutas a serem observadas para evitar que situações de corrupção ou de não conformidade ocorram nos negócios da Companhia, garantindo uma atuação de acordo com os princípios éticos e legislação aplicável. Os normativos são estabelecidos e revisados com apoio do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração e estão aderentes à legislação anticorrupção e às melhores práticas de integridade. Em 2021, a Companhia publicou a Política de Defesa Econômica.

Políticas Corporativas e Regimentos da ENEVA em 2021:

- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, Preservação de Sigilo e de Negociação
- Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária
- Política de Remuneração
- Política de Transações com Partes Relacionadas
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política Anticorrupção
- Política de Defesa da Concorrência

- Política de Direitos Humanos
- Regimento Interno do Conselho de Administração
- Regimento Interno do Comitê Financeiro
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário
- Regimento Interno do Comitê de Pessoas

Diretrizes e Procedimentos de Integridade:

- Diretriz de Conflito de Interesses
- Diretriz de Relações com Terceiros
- Diretriz de Interação com Poder Público
- Diretriz de Brindes, Presentes e Hospitalidades
- Diretriz de Igualdade, Oportunidade e Respeito
- Diretriz de Gestão de Consequências
- Procedimento de Investigações Internas de Relatos

Canal de Denúncia

A ENEVA possui um canal de denúncias seguro, confidencial, externo e independente. As denúncias de infrações ao Código de Conduta da Companhia e à lei brasileira podem ser feitas nesse canal de forma anônima por colaboradores, prestadores de serviço e pela sociedade em geral.

A Companhia orienta seus colaboradores a denunciar qualquer atitude que potencialmente esteja em desacordo com o Código de Conduta. Esta orientação é reforçada constantemente por meio dos treinamentos presenciais, cursos *online*, ações de comunicações internas sobre *Compliance*, ética, integridade e política para todos os colaboradores.

Todos os relatos registrados no Canal de Denúncia são tratados e apurados, avaliados e discutidos pela área de *Compliance* e demais áreas previstas na Diretriz de Gestão de Consequência. As aplicações de medidas disciplinares, quando cabíveis, são implementadas respeitando a razoabilidade e proporcionalidade.

As apurações prezam pelo respeito à confidencialidade do denunciante, sendo assegurada a não retaliação.

A apuração visa também observar os pontos de melhoria identificados a partir dos relatos recebidos, a fim de assegurar a melhoria contínua dos controles internos e demais elementos de *Compliance*, buscando, ainda, a identificação de melhorias relevantes para as demais áreas da Companhia, para que seja realizado trabalho de aconselhamento e suporte para as demais áreas.

Atos de fraudes, improbidades e corrupção identificados no curso da apuração interna serão comunicados às autoridades competentes.

O objetivo fim do canal de denúncia é prevenir, e quando não for possível, interromper a cadeia delitiva ou desvio de conformidade, visando promover um ambiente íntegro e ético para o público interno e externo, identificando, ainda, os pontos de aprimoramento, de forma a garantir melhoria contínua dos controles internos e estrutura de *Compliance*.

Atividades de *Compliance*

A Companhia estruturou seu Programa de Integridade, coordenado pela área de *Compliance*, com atividades periodicamente reportadas à Diretoria Jurídica, de Governança, *Compliance* e Controles Internos, e apresentadas ao Comitê de Auditoria Interna, que por sua vez, reportam ao Conselho de Administração. O Programa assegura os mecanismos adequados para promover a conduta ética alinhada aos princípios e diretrizes da ENEVA.

A Companhia está fortemente engajada em combater qualquer forma de corrupção, fraude, suborno, favorecimento, tráfico de influência, extorsão, lavagem de dinheiro e propina nas suas relações internas, com fornecedores, parceiros ou agentes públicos.

Gestão de Riscos

O processo de gestão de riscos na ENEVA segue os princípios éticos da Companhia, seus valores e cultura, e apoia o plano de crescimento, o planejamento estratégico e a continuidade dos negócios. Ele visa reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada de todos os riscos aos quais a Companhia está exposta.

Seguindo as melhores práticas internacionais de gestão de riscos, a Companhia trabalha continuamente na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento, comunicação e reporte dos riscos.

Os riscos são classificados e priorizados de acordo com a Matriz de Riscos da Companhia, que contempla as diversas dimensões de impacto, incluindo a financeira, reputacional, de saúde e segurança, comunidades e meio ambiente, e fornece a visão consolidada dos riscos corporativos.

Todos os órgãos de governança e liderança da Companhia são envolvidos no processo de gestão de riscos e têm o papel de disseminar suas diretrizes para os colaboradores, propiciando uma cultura de antecipação e de prevenção/mitigação do risco. Em 2021, com o gradual reconhecimento dos riscos que as mudanças do clima representam para

os negócios, a necessidade de incorporação dos riscos climáticos à matriz de risco corporativo se tornou clara e, assim, foi realizado o mapeamento de riscos climáticos, isto é, elaboração de matrizes de riscos físicos e de transição dos ativos da ENEVA. Os riscos identificados foram incorporados no processo de gerenciamento de risco, e para a mitigação deles foram elaborados controles e planos de ação. O trabalho contribuiu na identificação dos principais desafios que a ENEVA tem para aprimorar a gestão de mudança do clima.

Em 2021, destaca-se também a revisão, por parte do Conselho de Administração da Companhia, do orçamento de risco das atividades de trading da Comercializadora.

CONTEXTO SETORIAL

Introdução

O ano de 2021 foi marcado pela retomada consolidada da demanda de energia elétrica após sofrer recuo considerável em 2020, devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19. A demanda apresentou crescimento de 3,9% em 2021, em comparação ao ano de 2020, contribuindo para a expectativa de um crescimento médio anual de 3,3% até 2026.

Em relação a expansão da capacidade instalada, houve acréscimo de 4% à capacidade total do SIN, considerando todas as fontes de energia. A capacidade termelétrica também cresceu 4%, com destaque para as fontes eólicas e solares, que apresentaram 17% e 33% de crescimento, respectivamente.

Com a retomada da demanda e da expectativa de crescimento da mesma, a agenda de leilões, que havia sido suspensa em 2020, foi retomada em 2021. Foram realizados leilões de Energia Nova, Energia Existente e de Reserva de Capacidade.

Adicionalmente, outro fator relevante em 2021 foi a condição hidrológica desfavorável, que vigorou durante a maior parte do ano. Nesse aspecto, em alguns meses do ano, a Energia Natural Afluente (ENA) atingiu seu pior desempenho histórico, contribuindo para que o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) atingisse o teto regulatório, ao mesmo tempo que os reservatórios hidrelétricos atingiam níveis preocupantes.

Diversas ações emergenciais foram planejadas para tentar mitigar os efeitos da escassez de chuvas, como manutenção de bandeiras tarifárias de valor elevado, mecanismos de curto prazo para aumento da oferta de energia termelétrica, campanhas de conscientização do consumo, flexibilização de restrições operativas de hidrelétricas e linhas de transmissão, antecipação das obras de geração e transmissão, dentre outros.

Para as termelétricas, o impacto devido às condições hidrológicas desfavoráveis se deu principalmente sob a forma de despacho fora da ordem de mérito. O Operador Nacional do Sistema (ONS), em alguns momentos do ano, despachou todos os recursos termelétricos fora do mérito para manutenção dos níveis dos reservatórios, sob comandos do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

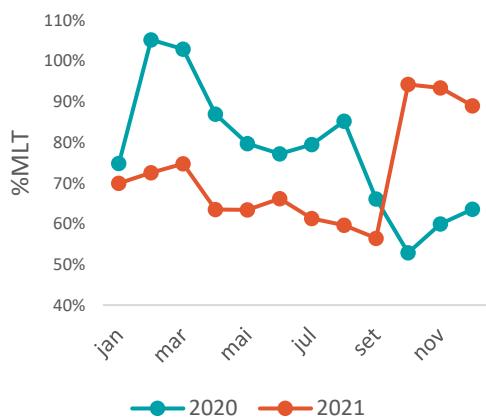
A partir de outubro de 2021, foi observada uma reversão de tendência hidrológica, saindo de um período de escassez para alguns meses de realização de chuvas acima da média, que tem contribuído para a redução do PLD e recuperação gradual dos reservatórios hidrelétricos.

Sistema Interligado Nacional (SIN) – Visão Geral

De maneira geral, como mencionado anteriormente, o ano de 2021 foi marcado por condições hidrológicas fortemente desfavoráveis na maior parte do ano, situação que persistia desde o último trimestre de 2020. A Energia Natural Afluente (ENA) do SIN apresentou o pior desempenho histórico entre os meses de maio a setembro. A partir de outubro, houve recuperação significativa da hidrologia.

A ENA do submercado Sudeste apresentou o pior desempenho do histórico para os mesmos meses de maio a setembro de 2021 com valores figurando entre 50% e 70% da média histórica. A partir de outubro, com a melhora das condições, a ENA desempenhou próximo da média histórica. Adicionalmente, o submercado Sul também apresentou, na maior parte do ano, uma hidrologia desfavorável, com exceção dos meses de janeiro, fevereiro e outubro. Para o restante do ano, a ENA esteve entre 20% e 60% da média histórica.

Energia Natural Afluente - Sudeste



Energia Natural Afluente - Sul



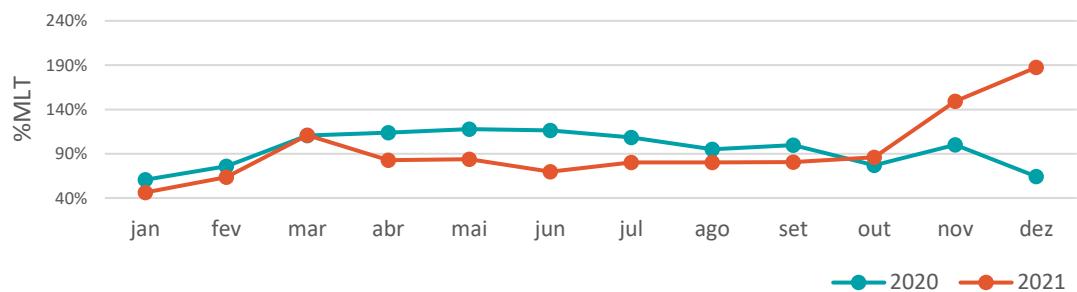
O submercado Nordeste apresentou a ENA com os valores entre 30% e 50% da média histórica. Essa situação se reverteu a partir de novembro e, em dezembro, a ENA superou a média histórica.

Energia Natural Afluente - NE



No submercado Norte, a escassez de chuvas também resultou em um cenário hidrológico desfavorável, com ENA em valores inferiores a 50% em janeiro de 2021. No entanto, seguindo a tendência de recuperação do SIN, a ENA do submercado apresentou valores consideravelmente acima da média histórica entre novembro e dezembro.

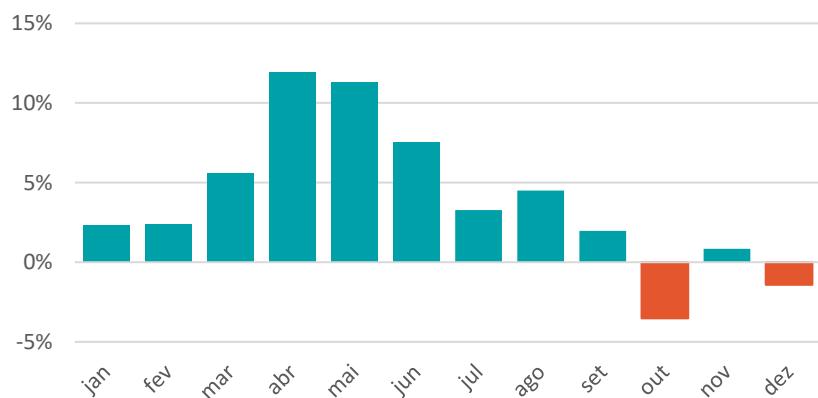
Energia Natural Afluente - N



A carga de energia ao longo de 2021 apresentou crescimento de 3,9%, em relação a 2020, altamente impactada pela retomada da demanda de energia após as restrições provocadas pela pandemia da COVID-19, principalmente entre os meses de abril e junho.

Entre os meses de outubro e dezembro de 2021, a carga de energia foi inferior ou próxima à verificada no mesmo período de 2020, principalmente em função de temperaturas mais baixas para esses meses, acompanhadas por melhora nas condições hidrológicas. Para o período de 2022 a 2025, estima-se que o consumo no sistema interligado nacional cresça a uma taxa média de 3,3% anuais⁵.

Variação da Carga de Energia do SIN 2020 vs 2021

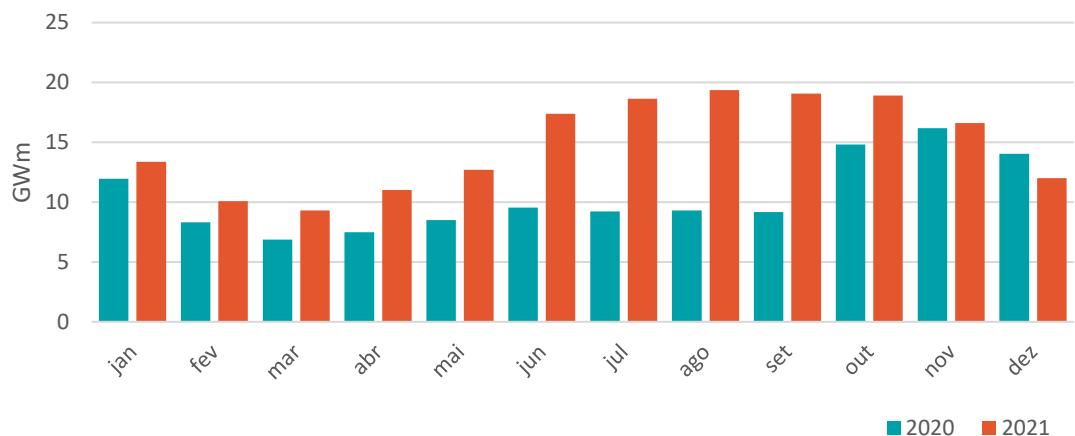


O despacho das termelétricas foi maior em praticamente todos os meses, comparativamente a 2020, principalmente por conta da escassez de chuvas e pela

⁵ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-305/topicos-603/Boletim%20T%C3%A9cnico%20Previs%C3%B5es%20de%20carga%20para%20o%20PLAN%202022-2026_Final.pdf

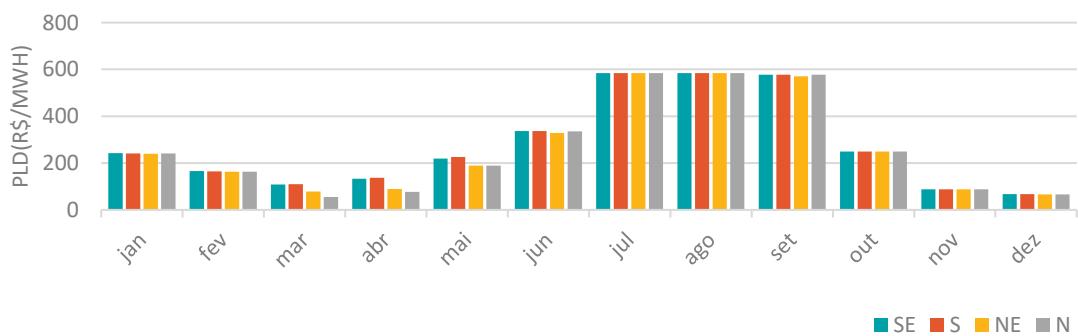
retomada da carga de energia. O despacho térmico ficou próximo ou abaixo de 2020 durante os meses de novembro e dezembro, devido a recuperação hidrológica.

Despacho Térmico



De maneira geral, os valores dos PLDs, em 2021, foram menores nos primeiros meses do ano, entretanto, à medida que a condição hidrológica desfavorável permanecia, os reservatórios das hidrelétricas se esvaziaram cada vez mais, aumentando o risco de déficit de energia. Consequentemente, os PLDs sofreram aumentos a partir de junho, chegando ao valor do teto regulatório entre julho e setembro. A partir de outubro, dadas as melhores das condições hidrológicas, houve queda acentuada do PLD, que chegou a estar próximo do piso regulatório em dezembro.

PLD 2021



A agenda de leilões, que havia sido interrompida em 2020, foi retomada. Em abril ocorreu o segundo Leilão de Sistemas Isolados, com a finalidade de atender parte da demanda de energia dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Foram ofertados projetos cuja fonte era óleo diesel, biodiesel e gás natural. O preço médio de energia no leilão foi de 1.078,79R\$/MWh, para uma potência nominal de 127,75 MW.

Em junho de 2021, foi realizado o 23º Leilão de Energia Existente (A-4) e o 24º Leilão de Energia Existente (A-5). Ambos tiveram por objetivo a compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração a partir de fonte termelétrica a gás natural

ou carvão mineral nacional. Foram contratados 162,5 MWm a um preço médio de 151,15R\$/MWh no A-4 e 172,39R\$/MWh no A-5.

Em julho de 2021, foi realizado o 33º Leilão de Energia Nova (A-3) e o 34º Leilão de Energia Nova (A-4), com o objetivo de contratar novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica, eólica, fotovoltaica e térmica biomassa. Foram contratados 151 MWm de potência, a um preço médio de 165,11R\$/MWh no A-3 e 174R\$/MWh no A-4.

Em setembro de 2021, foi realizado o 35º Leilão de Energia Nova (A-5), com o intuito de contratar novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica, eólica, solar fotovoltaica, e térmicas a biomassa, gás natural, carvão mineral nacional e resíduos sólidos urbanos.

Por fim, em dezembro de 2021, foi realizado o 1º Leilão de Reserva de Capacidade, cujo principal objetivo era a contratação de potência elétrica proveniente de empreendimentos de geração de energia elétrica novos ou existentes, a partir de fonte termelétrica. A nova modalidade de leilões contribui para a agenda de modernização do setor elétrico, na medida em que considera uma melhor alocação de custos associados a disponibilidade de potência do SIN. As usinas que se sagraram vencedoras do certame terão a sua receita fixa custeada por todos os consumidores do SIN, na proporção de seus respectivos consumos, diferentemente dos CCEARs, onde esta mesma remuneração é custeada apenas pelos consumidores regulados, enquanto o benefício sistêmico é de todos. No total foi contratada uma disponibilidade de potência de 4.632,88 MW a um preço médio de 824.553,83R\$/MW/ano. A ENEVA sagrou-se vencedora nesse leilão com dois empreendimentos, Parnaíba IV, usina existente de 56 MW localizada no Complexo Parnaíba (MA), e Azulão, usina nova de 295 MW, que replicará o modelo R2W no Campo de Azulão (AM).

Indústria de E&P Nacional

Visão Geral

No ano de 2021, a indústria nacional de Exploração & Produção de petróleo e gás natural produziu um total de 1,367 bilhão de barris de óleo equivalente (boe)⁶. É importante destacar que, no referido ano, a produção de gás natural foi recorde, totalizando a marca de 134 milhões de m³/dia. Comparativamente ao ano de 2020, esse crescimento pode ser atribuído ao avanço do cronograma de vacinação contra a Covid-19, visto que a flexibilização das medidas restritivas à movimentação e ao funcionamento do comércio

⁶ AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). Superintendência de Desenvolvimento e Produção. In: Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural. Rio de Janeiro, 31 jan. 2022. Disponível em https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/bmp/2021/2021_12_boletim.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

reaqueceu a atividade econômica no país, e à forte crise hídrica que assolou o território nacional, principalmente no segundo semestre, ocasionando maior necessidade de despacho das termelétricas.

Entre os acontecimentos relevantes para o setor de exploração ao longo de 2021, destaca-se o 17º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente da ANP⁷, realizado em outubro de 2021. O certame, que contou com a participação de nove empresas ofertantes, resultou em cinco blocos arrematados na bacia de Santos, totalizando uma área adquirida de 3.425,50 km². O total de bônus ofertado para os blocos foi de R\$ 37.140.000,52 e a previsão do investimento mínimo na fase de exploração é de R\$ 136.345.000,00. Além desse evento, ocorreu a Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, com onze empresas habilitadas, resultando em 31,68% de excedente em óleo Atapu e 37,43% de sépia e um bônus de R\$ 11.140.000.000,00.

Adicionalmente, motivado pela alta do dólar e aumento dos preços internacionais do petróleo, o país bateu o recorde na arrecadação e distribuição de royalties e participação especial⁸ oriundo da indústria de E&P, com um recolhimento total de R\$ 37 bilhões.

Oferta: Reservas provadas e produção de petróleo e gás natural no Brasil

Os dados mais recentes disponíveis, de 2020, certificam a existência de 11,89 milhões de barris de petróleo em reservas provadas (1P) no Brasil⁸, um recuo de 6,7% nas reservas provadas de petróleo em relação ao ano anterior. Em relação ao gás natural, em 2020, foram declarados 337.238 milhões de m³ em reservas provadas⁸, quantia 7,9% menor que a provada em 2019. O volume posiciona o Brasil como o terceiro país com maiores reservas da América do Sul e Central, praticamente alinhado à segunda colocada, Argentina e atrás apenas da Venezuela (que possui 17,8 vezes mais reservas provadas que o ambiente brasileiro)⁸.

Em 2021, a produção total acumulada de petróleo e gás natural no Brasil, conforme mencionado anteriormente, atingiu o patamar de 1,367 bilhão de barris de óleo equivalente (boe), se concentrando no ambiente *offshore*, principalmente nos campos do pré-sal, que representaram 72,4% de todos os hidrocarbonetos produzidos no país. Eles foram seguidos pelos campos do pós-sal e pelos campos terrestres, responsáveis por 21,5% e 6,1% da produção nacional, respectivamente.

⁷ AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). In: Resultados - 2º Ciclo da Oferta Permanente. [S. I.] 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-andamento/17a-rodada-llicitacoes-blocos/resultados>. Acesso em: 22 fev. 2022.

⁸ AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). Superintendência de Desenvolvimento e Produção. Encarte de consolidação da produção 2020. In: Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural. Rio de Janeiro, 31 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/bmp/2020/2020-012-boletim.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

Em 2021, os cinco principais campos produtores de petróleo foram do pré-sal: Tupi (901 Mbbl/d), Búzios (550 Mbbl/d), Sapinhoá (195 Mbbl/d), Jubarte (158 Mbbl/d) e Roncador (130 Mbbl/d)⁷.

Produção de óleo (m ³) no Brasil - 2021			
	Mar	Terra	Total
Alagoas	3.098	104.165	107.263
Amazonas	0,00	847.026	847.026
Bahia	19.416	1.282.944	1.302.360
Ceará	0	39.243	39.243
Espírito Santo	11.747.688	475.194	12.222.882
Maranhão	0,00	4.746	4.746
Rio de Janeiro	135.880.451	0,00	135.880.451
Rio Grande do Norte	54.076	1.889.925	1.944.001
São Paulo	15.775.724	0,00	15.775.724
Sergipe	12.896	448.628	461.524
BRASIL	163.493.350	5.091.871	168.585.221

Em relação ao gás natural, em 2021, a produção cresceu 5% em comparação a 2020, crescimento inferior ao verificado entre 2018 e 2019, de 9,46%.

Produção de gás natural (mil m ³) no Brasil - 2021			
	Mar	Terra	TOTAL
Alagoas	49.827	152.042	201.870
Amazonas	0	4.957.093	4.957.093
Bahia	1.175.026	807.874	1.982.900
Ceará	0	314	314
Espírito Santo	1.971.199	26.125	1.997.324
Maranhão	0	2.141.124	2.141.124
Rio de Janeiro	31.223.338	0	31.223.338
Rio Grande do Norte	58.379	186.501	244.880
São Paulo	6.057.236	0	6.057.236
Sergipe	1.700	16.549	18.249
BRASIL	40.536.705	8.287.622	48.824.327

O Mercado de Gás: Mudanças e Perspectivas

O mercado de gás natural foi marcado, em 2021, por mudanças significativas, principalmente no que tange à Petrobras, que deu prosseguimento ao processo de

desinvestimento dos seus ativos, atendendo a compromissos definidos no Termo de Compromisso de Cessação (TCC) firmado com o Cade como, por exemplo, o acesso não discriminatório a infraestruturas essenciais do seu Terminal de Regaseificação da Bahia⁹.

No que tange ao Novo Mercado de Gás, em abril de 2021 foi promulgada a Lei nº 14.134 (“Nova Lei do Gás”), que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte, escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. Como resultado da lei, destaca-se a validação das capacidades liberadas pela Petrobras junto aos Transportadores Associados de Gás S.A. (TAG) e Nova Transportadora de Gás S.A. (NTS)¹⁰, bem como a aprovação das tarifas a serem praticadas nos contratos extraordinários, que viabilizaram o acesso ao sistema de transporte pelos agentes da Indústria. Além disso, nos estados do Amazonas, Ceará, Piauí e Rondônia, em consonância a essa norma, ocorreram a publicação de novas leis estaduais que, em síntese, priorizam a promoção da concorrência, a harmonização e a melhoria da regulação e a liberalização do supracitado mercado.

Com isso, a Agência prevê para o ano de 2022 a realização das chamadas públicas cuja temática será continuar trabalhando para a abertura desse novo mercado, visando ser um facilitador para a ampliação da utilização do gás natural na matriz energética nacional¹⁰.

⁹ AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). Gás natural: medidas implementadas pela ANP para a abertura do mercado. 04 jan. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/gas-natural-medidas-implementadas-pela-anp-para-a-abertura-do-mercado Acesso em: 22 fev. 2022.

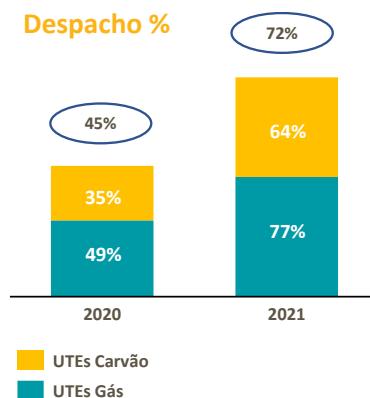
DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2021 apresentou recuperação do consumo de energia elétrica no país em relação ao ano de 2020, que vem sendo sustentada pela retomada gradual da atividade econômica, após os efeitos negativos advindos das medidas restritivas implementadas em 2020 para contenção da pandemia de COVID-19. Dessa forma, em 2021, o PIB cresceu 4,6% em relação ao ano anterior, comparado à queda de 3,9% em 2020 versus 2019.¹⁰

Adicionalmente, o ano de 2021 foi marcado pelo cenário hidrológico altamente desfavorável no país, em função da grande escassez de chuvas na maior parte do ano, o que prejudicou a formação de Energia Natural Afluente (ENA), além de reduzir o volume de Energia Armazenada (EARM) para níveis críticos. No subsistema Sudeste/Centro Oeste, que concentra mais da metade do volume armazenável de água do Brasil, até o mês de setembro de 2021 o nível de EARM era de 16,8%, comparado a 32,9% no mesmo período em 2020. Ao final do ano de 2021, o volume de Energia Armazenada apresentou uma melhora, atingindo 25,7%, mas ainda considerado um baixo nível.¹¹

Nesse sentido, durante a maior parte do ano, todas as usinas da ENEVA foram despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em alguns meses do ano, o despacho se deu fora da ordem de mérito, para garantia energética do sistema, isto é, momentos em que o Preço de Liquidação de Diferença (PLD) não indicava o despacho por mérito da usina, mas os baixos níveis de reservatórios indicavam que as usinas térmicas ainda precisavam se manter ligadas.

A partir da metade do mês de dezembro, em virtude da melhoria consistente do cenário hidrológico com reflexo nos níveis dos principais reservatórios do país, as usinas da ENEVA foram desligadas pelo ONS. Como resultado, o despacho das usinas da ENEVA no ano de 2021 foi, em média, de 72%, comparado a 45% no ano de 2020. O gráfico ao lado apresenta os despachos médios das usinas a gás natural e a carvão nos dois períodos de comparação.

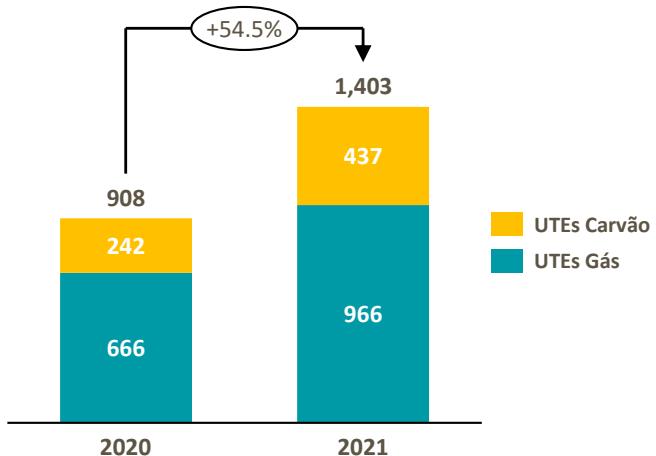


Como resultado do alto nível de despacho, a geração média bruta de energia apresentou uma elevação de 54,5% em 2021 em comparação a 2020, sendo que a geração das usinas a gás cresceu 45,0% e das usinas a carvão 80,7% nos períodos de comparação.

¹⁰ Fonte: IBGE, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33067-pib-cresce-4-6-em-2021-efecha-o-ano-em-r-8-7-trilhoes> - Acesso em 08/03/2022.

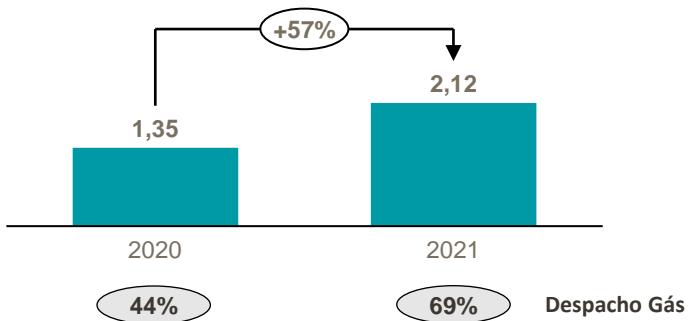
¹¹ Fonte: Dados disponíveis no site do ONS, em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_armazenada.aspx - Acesso em 23/02/2022.

Geração Média de Energia – YTD (MWmed)



Em resposta ao maior despacho das usinas do Complexo Parnaíba, a Companhia produziu 2,12 bcm de gás em 2021, apresentando um aumento de 57,0% em comparação ao volume produzido em 2020. O despacho da Unidade de Tratamento de Gás em 2021 foi de 69,1%, comparado a 43,9% no ano anterior.

Produção de Gás (bcm) – Acumulado (YTD)

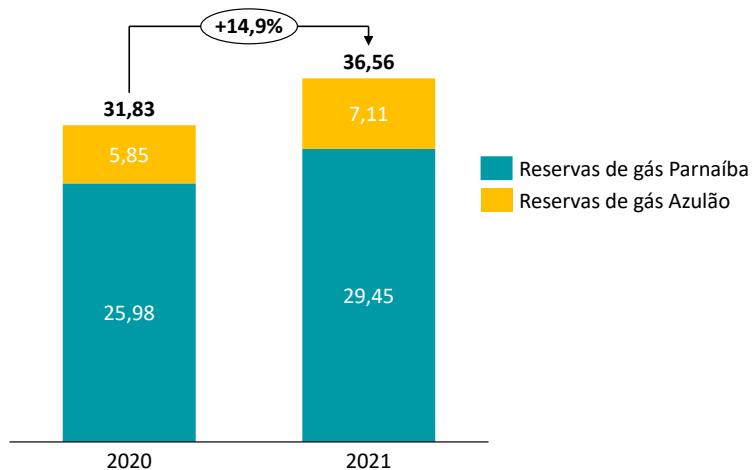


Em 02 de agosto de 2021, a Companhia divulgou um relatório de certificação de reservas e recursos contingentes nas Bacias do Amazonas e do Solimões, referente a 30 de junho de 2021, elaborado pela Gaffney, Cline & Associates (GCA). O relatório apresentou a incorporação de 0,47 bcm nas reservas 2P no Campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. Adicionalmente, nesta bacia, também foram certificados recursos contingentes de gás, totalizando 5,84 bcm, e de óleo, no montante de 4,23 milhões de barris, ambos P50. Já na área de Juruá, na Bacia do Solimões, foram certificados 20,85 bcm de gás (P50).

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia divulgou um novo relatório de certificação de reservas e recursos contingentes, referente a 31 de dezembro de 2021, também elaborado pela GCA. O relatório apresentou uma incorporação de reservas certificadas 2P de 3,48 bcm na Bacia do Parnaíba, já descontando o consumo de gás acumulado do ano no valor de 2,12 bcm, totalizando em 2021 o montante de 29,45 bcm de reservas 2P nesse local. Na Bacia do Amazonas, a incorporação foi de 0,81 bcm, totalizando 7,11 bcm de reservas 2P certificadas em 2021.

O relatório referente a 31 de dezembro de 2021 também divulgou os seguintes volumes de recursos contingentes totais (P50): i) 3,43 bcm de gás e 0,31 milhões de barris de óleo na Bacia do Amazonas; ii) 20,85 bcm de gás na Bacia do Solimões; e iii) 2,13 bcm de gás e 0,88 milhões de barris de óleo na Bacia do Parnaíba.

Reservas (bcm)



Dessa forma, considerando os números consolidados e descontando o consumo de gás natural em 2021, a incorporação das reservas 2P da Companhia foi de 4,29 bcm entre os anos de 2020 e 2021. A ENEVA encerrou o ano de 2021 com reservas 2P totais de gás de 36,56 bcm, com o Índice de Reposição de Reservas Total de 321%. Para a Bacia do Parnaíba, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) foi de 264% no ano.

A tabela abaixo resume os principais dados operacionais das usinas da Companhia, além do segmento de *Upstream*, para os anos de 2020 e 2021:

Dados operacionais		2021	2020
Itaqui	Disponibilidade (%)	71%	97%
	Despacho (%)	62%	37%
	Geração Líquida (GWh)	1.573	1.007
	Geração Bruta (GWh)	1.768	1.115
Pecém II	Disponibilidade (%)	98%	98%
	Despacho (%)	66%	34%
	Geração Líquida (GWh)	1.826	919
	Geração Bruta (GWh)	2.046	1.013
Parnaíba I	Disponibilidade (%)	95%	91%
	Despacho (%)	73%	39%
	Geração Líquida (GWh)	4.021	2.087
	Geração Bruta (GWh)	4.165	2.166
Parnaíba II	Disponibilidade (%)	73%	95%
	Despacho (%)	85%	73%
	Geração Líquida (GWh)	2.791	2.962
	Geração Bruta (GWh)	2.944	3.136
Parnaíba III	Disponibilidade (%)	97%	97%
	Despacho (%)	68%	25%
	Geração Líquida (GWh)	1.000	365
	Geração Bruta (GWh)	1.035	377
Parnaíba IV	Disponibilidade (%)	82%	97%
	Despacho (%)	69%	37%
	Geração Líquida (GWh)	302	159
	Geração Bruta (GWh)	316	171
Upstream	Bacia do Parnaíba		
	Despacho UTG (%)	69%	44%
	Produção (Bi m ³)	2,12	1,35
	Reservas remanescentes (Bi m ³)	29,5	26,0

Os projetos em construção, Azulão-Jaguatirica e Parnaíba V, apresentaram alterações em seus cronogramas iniciais de construção por conta do efeito da pandemia COVID-19, que gerou atrasos de fornecimento de materiais e peças de origem internacional, redução de força de trabalho e paralisação das obras por um período no ano de 2020. As expectativas para o início de operação comercial dos projetos Azulão-Jaguatirica e Parnaíba V foram revisadas para o 1S22 e 2S22, respectivamente.

Em Azulão-Jaguatirica, na data de 27 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica Jaguatirica II e postergou o termo inicial do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados para janeiro de 2022 ou data de efetivo início da operação comercial da usina, o que ocorresse primeiro. Nesse aspecto, o prazo de suprimento do Contrato manteve-se inalterado, com a consequente postergação de seu termo final de 27 de junho de 2036 para 26 de janeiro de 2037. Além disso, é importante

destacar que, A UTE Jaguatirica II começou a fornecer energia para o Sistema Isolado no dia 15 de fevereiro de 2022, com a operação comercial da primeira turbina a gás, com capacidade instalada de 48,653 MW. Em 11 de março de 2022, com a aprovação da declaração de operação comercial da segunda turbina, a planta passou a ter uma capacidade disponível total de 97,306 MW.

Com capacidade instalada total de 140,834 MW, a UTE Jaguatirica II, movida a gás natural extraído do campo de Azulão, no estado do Amazonas, é o primeiro empreendimento do Leilão dos Sistemas Isolados n° 01/2019 a entrar em operação comercial e será a maior usina do estado de Roraima.

DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A ENEVA S.A. apresenta as Demonstrações Financeiras de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 21 de março de 2022.

DRE Consolidado	(R\$ milhões)		
	2021	2020	%
Receita Operacional Líquida	5.124,4	3.243,3	58,0%
Custos Operacionais	(3.181,7)	(1.745,4)	82,3%
Depreciação e amortização	(547,5)	(419,2)	30,6%
Despesas Operacionais	(544,8)	(448,5)	21,5%
Poços secos e PCLD	(55,6)	(17,9)	210,3%
Depreciação e amortização	(61,3)	(62,9)	-2,5%
Outras receitas/despesas	194,6	76,1	155,6%
Equivalência Patrimonial	(0,7)	(8,8)	-91,7%
EBITDA ICVM 527/12	2.200,7	1.598,9	37,6%
EBITDA excluindo poços secos ¹	2.256,3	1.616,9	39,5%
Resultado Financeiro Líquido	(186,5)	(299,7)	-37,8%
EBT	1.405,3	817,1	72,0%
Impostos Correntes	(105,9)	(33,9)	212,7%
Impostos Diferidos	(126,1)	223,3	N/A
Participações Minoritárias	(0,0)	(1,1)	-99,3%
Resultado Líquido Eneva	1.173,3	1.007,6	16,4%

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos e PCLD.

Receita

A receita líquida consolidada cresceu 58,0% ou R\$ 1.881,1 milhões na comparação entre os anos de 2021 e 2020, devido, principalmente, ao aumento da receita bruta variável contratual (CCEAR), no valor de R\$ 1.750,6 milhões. A maior receita variável se deveu: (i) à maior cotação do dólar, além dos maiores preços de Henry Hub e CIF-ARA no período, que são os indexadores para o cálculo do componente combustível no CVU das usinas Parnaíba I e usinas a carvão da Companhia, respectivamente; (ii) elevação do despacho médio das usinas no ano de 2021 (72%) versus o despacho médio de 2020 (45%).

Adicionalmente, a receita líquida consolidada cresceu em função também da elevação da receita fixa bruta no valor de R\$ 355,0 milhões, decorrente do reajuste contratual anual pela inflação das usinas com contrato no mercado regulado.

É importante ressaltar que as receitas da Companhia decorrem, majoritariamente, de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, celebrados em leilões de energia realizados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que pré-definem preços, volume e prazos, e possuem mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos agentes. Esses contratos garantem receita fixa independente do despacho, no caso de contratos por disponibilidade.

Custos

Em 2021, os custos operacionais atingiram R\$ 3.181,7 milhões, apresentando um crescimento de 82,3% em relação a 2020 devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- (i) maior custo com compra de carvão, em função do maior despacho das usinas no ano e da elevação do preço da commodity de carvão CIF-ARA;
- (ii) compra de energia pela UTE Parnaíba II para resarcir ao sistema pela energia não gerada, que é valorada à PLD. A usina incorreu nesse custo devido à necessidade de paralisações para manutenções corretivas realizadas entre os meses de junho e julho de 2021, gerando abaixo do compromisso contratual;
- (iii) maiores custos incorridos com Participações Governamentais, devido à elevação da produção de gás no ano e aumento do preço médio de referência do gás estipulado pela ANP¹² para os campos da Companhia, que começaram a vigorar a partir de fevereiro de 2021.

Despesas

As despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, cresceram 25,4% em 2021, na comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 483,4 milhões em 2021. O crescimento se deveu, principalmente, ao aumento de despesas relacionadas aos planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP), a maiores despesas com pessoal, em virtude de novas contratações, para sustentar a estratégia de crescimento da Companhia, e à contabilização de uma maior despesa com poços secos.

EBITDA

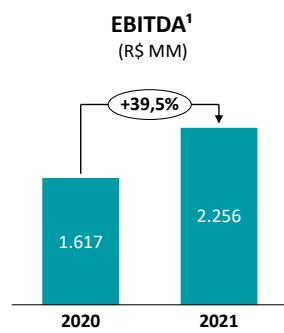
Na comparação anual entre 2021 e 2020, o EBITDA consolidado ajustado, excluindo poços secos, aumentou 39,5%, totalizando R\$ 2.256,3 milhões em 2021, representando o maior EBITDA anual da história da Companhia. O resultado foi consequência principalmente do crescimento expressivo da receita variável recebida pela venda de energia no mercado regulado, em função da alta significativa dos indexadores de

12 - Os preços de referência para cálculo das participações governamentais são divulgados mensalmente pela ANP, disponíveis em <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/preco-de-referencia-dogas-natural>.

combustíveis CIF-ARA e Henry-Hub, que afetam o CVU das usinas a carvão e da UTE Parnaíba I, a gás. Logo, em um ano com despacho muito elevado como o de 2021, o crescimento da receita variável mais que proporcional ao dos custos variáveis da operação levaram ao incremento de margens variáveis.

O aumento do EBITDA em 2021 versus 2020 também foi impulsionado pela ampliação das margens fixas das usinas e pela reversão de *impairment* realizada em Itaqui no 4T21, no valor de R\$ 150,1 milhões, refletindo o resultado positivo obtido no teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível, com a melhoria do desempenho operacional da usina e com melhores perspectivas futuras de despacho e preços.

Esses efeitos mais do que compensaram os custos incorridos pela UTE Parnaíba II com resarcimento de lastro de energia em função de paralisações para manutenções corretivas e as maiores despesas gerais e administrativas, conforme explicado acima.



Resultado Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro	(R\$ milhões)		
	2021	2020	%
Receitas Financeiras	132,8	67,5	96,6%
Receitas de aplicações financeiras	81,2	56,5	43,6%
Multas e juros recebidos	42,0	2,8	N/A
Juros sobre debêntures	-	-	N/A
Outros	9,6	8,2	17,4%
Despesas Financeiras	(262,4)	(366,8)	-28,5%
Multas e juros de mora	(2,5)	(3,9)	-36,8%
Encargos de dívida ¹	(12,9)	(165,6)	-92,2%
Juros sobre provisão de abandono	(24,9)	(7,6)	227,5%
Comissões e corretagens financeiras	(4,0)	(4,7)	-15,2%
IOF/IOC	(5,3)	(2,9)	87,3%
Juros sobre debêntures	(174,6)	(149,5)	16,7%
Outros	(38,2)	(32,5)	17,4%
Variação cambial e monetária líquida	(59,6)	3,5	N/A
Perdas/ganhos com derivativos	2,7	(3,9)	N/A
Resultado Financeiro Líquido	(186,5)	(299,7)	-37,8%

1 - Inclui amortizações sobre os custos de transação.

A Companhia apresentou, em 2021, um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 186,5 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 299,7 milhões em 2020. Os principais efeitos que contribuíram para a melhoria deste resultado na comparação anual foram:

- (i) Aumento da receita de aplicações financeiras, como reflexo da elevação verificada no CDI médio ao longo do ano, que passou de 2,8% em 2020 para 4,4% em 2021;
- (ii) Elevação da receita proveniente de multas e juros recebidos, devido principalmente ao recebimento de multas e juros após o êxito de uma ação judicial relacionada a Pecém II no 3T21; e
- (iii) Redução nas despesas com encargos de dívida devido à capitalização dos encargos relacionados aos financiamentos dos projetos que ainda não estavam operacionais até o final de 2021 (Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica). É importante ressaltar que a Norma Contábil CPC 20 permite a reclassificação de juros, correção monetária e encargos para imobilizado em andamento durante o período de implantação dos projetos. Além disso, outro ponto que contribuiu para essa redução foi a substituição de dívidas mais onerosas por debêntures em melhores condições.

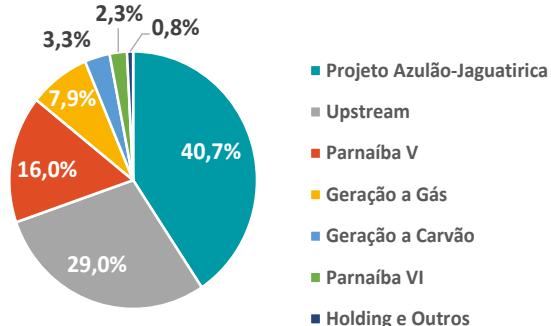
Investimentos

Capex	(R\$ milhões)	
	2020	2021
Geração a Carvão	37,9	57,5
Pecém II	2,5	20,0
Itaqui	35,4	37,5
Geração a Gás	135,2	138,7
Parnaíba I ¹	81,1	59,4
Parnaíba II ²	41,8	73,4
Parnaíba III ²	11,6	3,8
Parnaíba IV ²	0,6	2,1
Parnaíba V	705,3	279,8
Parnaíba VI ³	-	39,5
Azulão-Jaguatirica	1.209,3	710,5
Upstream	174,8	507,7
Poços secos	19,3	56,3
Holding e Outros	9,8	13,9
Total	2.272,4	1.747,5

Notas: 1 - O capex de Parnaíba I é apresentado separadamente ao de Parnaíba V. Conforme reestruturação societária anunciada no 1T20, a SPE Parnaíba I foi incorporada na PGC em janeiro/20; 2 - O capex de cada uma das usinas Parnaíba II, III e IV é apresentado separadamente. Conforme reestruturação societária anunciada no 4T18, as SPEs Parnaíba III e Parnaíba IV foram incorporadas na SPE Parnaíba II; 3- A UTE Parnaíba VI é o fechamento de ciclo da UTE Parnaíba III, cujo contrato de início do PPA se iniciará em janeiro de 2025. Para melhor compreensão, o capex será apresentado separadamente ao de Parnaíba III.

Em 2021, a Companhia investiu R\$ 1.747,5 milhões, dos quais 40,7% foram destinados à implementação do projeto Integrado Azulão-Jaguatirica, cuja operação comercial de duas turbinas a gás se iniciou no 1T22, e 16,0% foram destinados à construção da UTE Parnaíba V, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2022.

O segmento de *Upstream* foi responsável por 29% dos investimentos totais da Companhia durante 2021, sendo direcionados principalmente para o desenvolvimento do campo de Gavião Preto, para a campanha exploratória em curso nas bacias do Amazonas e do Parnaíba e uma parcela para o pagamento dos bônus de assinatura dos ativos adquiridos no 2º Ciclo da Oferta Permanente.

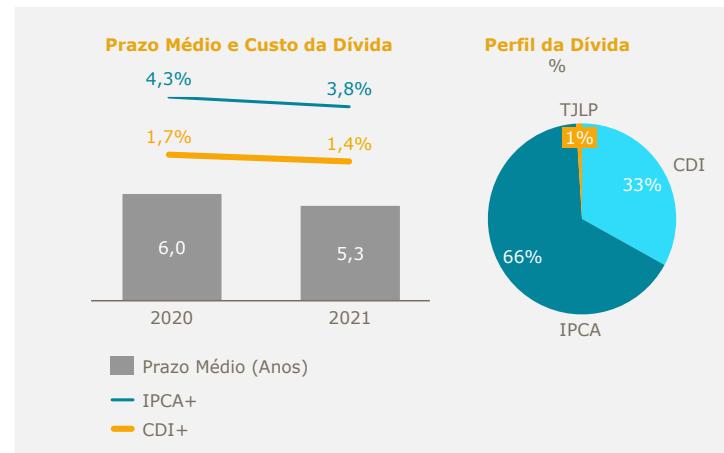


Nas usinas a gás natural, os investimentos foram referentes, principalmente, ao cumprimento dos marcos contratuais de longo prazo com a GE, relacionados às manutenções preventivas das turbinas *Hot Gas Path* (HGP).

Nas usinas a carvão, os investimentos em 2021 se referem às atividades associadas às manutenções. A UTE Itaqui realizou a parada programada para manutenção preventiva (*Major Overhaul*) no primeiro semestre do ano e a UTE Pecém II realizou a *Minor Overhaul* no segundo semestre.

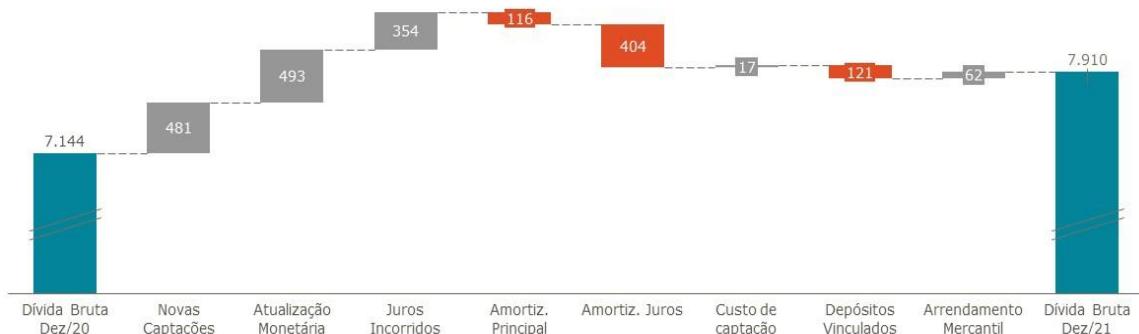
Endividamento

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta consolidada (líquida do saldo de depósitos vinculados aos contratos de financiamento e custos de transação e incluindo arrendamento mercantil) totalizava R\$ 7.910 milhões, comparada a uma dívida de R\$ 7.144 milhões registrada no final de dezembro de 2020. Ao final de 2021, o prazo médio de vencimento da dívida consolidada era de cerca de 5,3 anos, o spread médio para as dívidas indexadas ao IPCA era de 3,8% e para as demais dívidas da Companhia era de 1,4% acima do CDI.



Evolução da Dívida Bruta

(R\$ milhões)

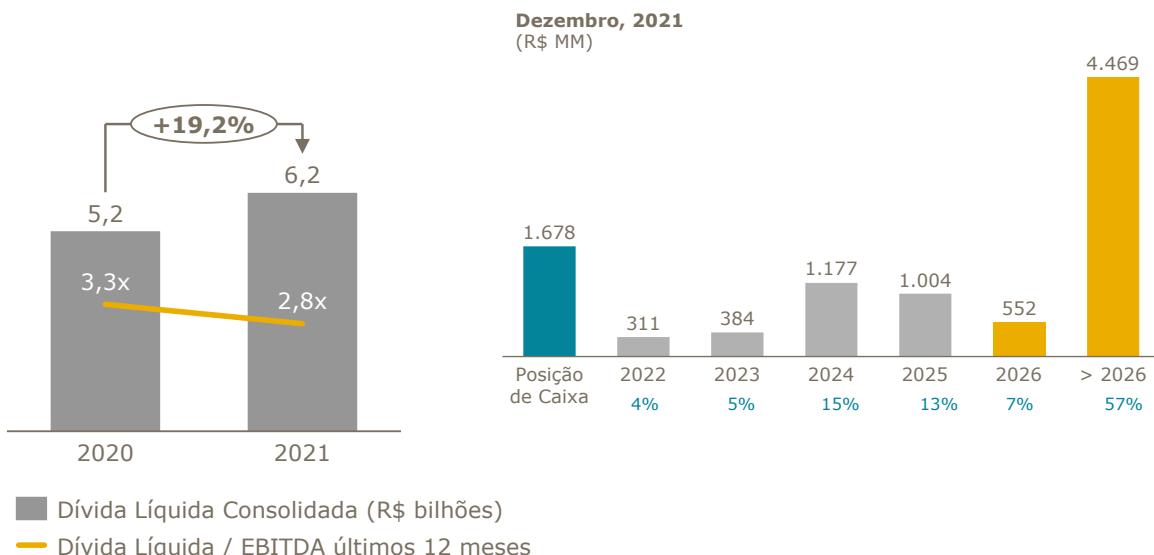


No ano de 2021, a Companhia realizou desembolsos referentes aos contratos junto ao Banco do Nordeste (BNB), para a implantação da UTE Parnaíba V, e junto ao BASA, para financiamento do Projeto Integrado Azulão-Jaguatirica. Até o final do ano, já havia sido desembolsado um montante total de R\$ 753 milhões de um total de R\$ 843 milhões previsto no contrato do BNB, além de um montante total de R\$ 1,0 bilhão com o BASA (valor total previsto no contrato).

Ao final de dezembro de 2021, o saldo de caixa consolidado da Companhia (caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de R\$ 1.678 milhões, sem contemplar o saldo em depósitos vinculados aos contratos de financiamentos da Companhia, de R\$ 198 milhões.

A dívida líquida consolidada totalizou R\$ 6.232 milhões no final do período, equivalente a uma relação dívida líquida/EBITDA de 2,8x nos últimos 12 meses.

Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Cronograma de Vencimento da Dívida (Principal)

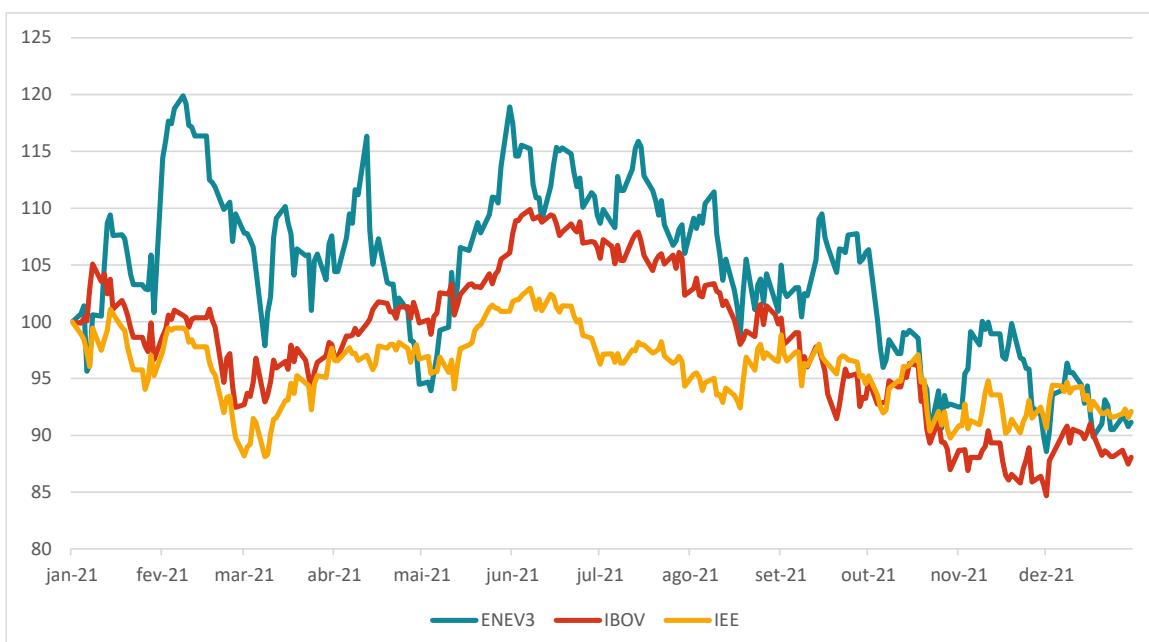


Desempenho da Ação e Mercado de Capitais

As ações da Companhia são negociadas na bolsa brasileira (B3) sob o código ENEV3 (100% ações ordinárias). No último dia de pregão em 2021, a ação encerrou cotada a R\$ 14,15, uma desvalorização de 8,9% em relação ao preço registrado no último pregão de 2020 (R\$ 15,53), enquanto o IBOV e o IEE apresentaram uma desvalorização de 11,9% e 7,9%, respectivamente.

A ação ENEV3 entrou para o índice ICO2 em 2021, além de manter a participação no IBOVESPA e IBRX100.

Desempenho das Ações (Base 100)



O capital social da ENEVA totalizava 1.266.339.183 ações ordinárias ao fim de 2021, com 99,29% das ações em circulação, após os seguintes aumentos de capital, realizados dentro dos limites de capital autorizados e aprovados pelo Conselho de Administração:

- (i) em 03 de fevereiro de 2021, com a emissão de 1.750.176¹³ ações ordinárias, decorrente do exercício de opções outorgadas a determinado administrador no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia;
- (ii) em 14 de abril de 2021, com a emissão de 160.088 ações ordinárias, decorrente do exercício de opções outorgadas a determinado administrador no

13 - O número de ações foi ajustado para refletir o desdobramento de ações realizado pela Companhia no dia 12 de março de 2021, aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 11 de março de 2021, na proporção de 1 ação para 4 ações, com consequente divisão por 4 do preço de cada ação.

âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia;

(iii) em 20 de maio de 2021, com a emissão de 784.115 ações ordinárias, decorrente do exercício de opções outorgadas a determinado administrador no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia;

(iv) em 30 de novembro de 2021, com a emissão de 300.964 ações ordinárias, decorrente do exercício de opções outorgadas a determinados administradores no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia.

ENEV3	2020	2021	Var.
Nº de ações - final período ¹	1.263.343.840	1.266.339.183	2.995.343
Cotação fechamento - final período (R\$/ação) ¹	15,53	14,15	-8,9%
Ações negociadas (MM) - média diária ¹	7,6	6,4	-16,4%
Volume financeiro (R\$ MM) - média diária	78,3	94,0	20,0%
Valor de mercado - final período (R\$ MM) ²	19.613	17.919	-8,6%
Enterprise value - final período (R\$ MM) ³	24.861	24.068	-3,2%

¹ O número de ações no final de período, a cotação de fechamento de final de período e a quantidade de ações negociadas (média diária) anteriores a 12 de março de 2021 foram ajustados para refletir o desdobramento de ações realizado pela Companhia naquela data, aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 11 de março de 2021, na proporção de 1 ação para 4 ações, com consequente divisão por 4 do preço de cada ação.

² Valor de Mercado considera 100% das ações da Eneva, incluindo ações detidas por administradores.

³ Enterprise Value equivale à soma do valor de Mercado e da dívida líquida da Companhia, ambas do final do período.

INOVAÇÃO E P&D

Contribuímos ativamente para promover iniciativas de inovação, cobrindo a cadeia de valor da companhia como um todo. Há várias tendências que vem moldando o setor de gás e de energia, com intenso debate para soluções mais limpas e eficientes. Alinhado à estratégia da Companhia, a área de Inovação atua no desenvolvimento de novas soluções para o setor com um portfólio variado baseado em 4 temas prioritários que podem ter um grau maior de impacto para a estratégia de longo prazo.

Em 2021, investimos R\$ 5,3 milhões em projetos de automação dos processos de exploração e operações, desenvolvendo soluções com inteligência artificial, *machine learning*, drones para inspeções e monitoramento, além de automatização de relatórios e rotinas. Os projetos voltados para soluções para comercialização de gás e energia somaram R\$ 2,9 milhões, com foco em adquirir mais inteligência para as operações de comercialização, facilitar os processos e abrir portas para novas oportunidades.

Em linha com nossa estratégia ESG e com as tendências do setor, a Eneva investiu R\$ 4,2 milhões em projetos voltados para redução de emissões e captura de carbono. Além da construção de uma planta piloto de captura de CO₂ utilizando um adsorvente sólido, também desenvolvemos uma solução para mobilidade elétrica. A Companhia também está buscando novos projetos e oportunidades de investimento em armazenamento e hidrogênio. O primeiro projeto sobre o tema, prospectado em 2021, tem previsão para iniciar em 2022, com a construção de uma planta piloto de produção de hidrogênio.

Incentivamos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (P,D&I) por meio da Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 2021, ao todo, foram investidos em projetos R\$ 12,5 milhões, além de investimentos diretos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (R\$ 1,4 milhões), ao Ministério de Minas e Energia – MME (0,7 milhões) e à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (R\$ 0,4 milhões).

Buscamos acessar um capital humano de alta qualidade para gerar valor para a companhia de formas diferentes, atuando com parceiros internacionais, como a Stanford University, MIT e Darcy Partnes, e com Startups nacionais e internacionais. Esta iniciativa nos ajuda a acompanhar as principais tendências do mercado de energia, identificando oportunidades de criar plataformas de crescimento para a empresa. Além dos novos projetos desenvolvidos, investimos R\$ 515 mil na Startup Sunne, que possui solução para compartilhamento de créditos de energia de nossas plantas de geração distribuída.

CRIE e Semana da Inovação

Lançamos o programa CRIE – Captura e Reconhecimento de Ideias Eneva, com foco em estimular o intraempreendedorismo e a geração de valor para a Companhia através da contribuição dos próprios colaboradores que vivem nosso negócio no dia a dia.

A iniciativa, em sua primeira edição, gerou mais de 60 ideias inovadoras e em 2021 já foi iniciado o processo para formatação de novos projetos. Também realizamos a primeira edição da Semana de Inovação, focada em nosso público interno. Foram 5 dias com palestras de players de inovação de diversos setores, apresentação de projetos e iniciativas, além da premiação dos 3 vencedores do CRIE.

AUDITORES INDEPENDENTES

A remuneração total da KPMG Auditores Independentes pelos serviços prestados para a ENEVA S.A. e suas controladas em 2021 foi de R\$ 2,0 milhões, sendo R\$ 1,4 milhões com auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 559 mil relacionados a serviços de auditoria para emissão de debêntures.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com as normas vigentes que, por sua vez, determinam principalmente que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eneva S.A.

31 de dezembro de 2021

Com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial – Ativo	3
Balanço Patrimonial – Passivo	4
Demonstrações dos Resultados	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	10
02. Compromissos socioambiental	12
03. Apresentação das demonstrações financeiras	13
04. Resumo das principais práticas e políticas contábeis	14
05. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	16
06. Informações por segmento	17
07. Caixa e equivalentes de caixa	22
08. Títulos e valores mobiliários	22
09. Contas a receber	23
10. Estoques	24
11. Impostos a recuperar e diferidos	24
12. Investimentos	27
13. Imobilizado	32
14. Intangível	36
15. Fornecedores	37
16. Impostos e contribuições a recolher	38
17. Endividamentos	39
18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	42
19. Provisão para contingências	47
20. Provisão para obrigação de abandono	49
21. Partes relacionadas	50
22. Patrimônio líquido	51
23. Resultado por ação	52
24. Plano de pagamento baseado em ações	52
25. Receita de venda de bens e/ou serviços	54
26. Custos e despesas por natureza	56
27. Resultado financeiro	57
28. Cobertura de seguros	57
29. Compromissos assumidos	58
30. Eventos subsequentes	59

Balanço Patrimonial

AS NOTAS
SÃO CLICÁVEIS 

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	7	602.142	275.334	992.290	1.384.933	
Títulos e valores mobiliários	8	367.161	144.570	685.447	511.317	
Contas a receber	9	1.718	1.413	718.835	700.964	
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	9.336	-	
Estoques	10	50.101	45.277	520.033	179.015	
Despesas antecipadas		10.053	7.042	42.955	29.411	
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11	77.090	22.039	134.021	73.022	
Outros impostos a recuperar	11	13.575	6.949	30.629	19.846	
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	21	39.999	62.192	-	-	
Mútuos com partes relacionadas	21	216.046	186.692	-	-	
Operações comerciais com partes relacionadas	21	158.021	140.802	-	-	
Adiantamentos a fornecedores		3.196	2.171	48.248	23.070	
Outros		2.507	2.229	7.707	8.824	
		1.541.609	896.710	3.189.501	2.930.402	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	81.909	-	
Operações comerciais com partes relacionadas	21	136.522	139.355	51	51	
Mútuos com partes relacionadas	21	1.469.047	1.486.755	-	-	
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11	531	531	6.251	6.233	
Outros impostos a recuperar	11	133.312	109.996	143.951	110.243	
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	480.797	503.142	767.633	865.059	
Outros		2.008	1.976	4.425	11.255	
		2.222.217	2.241.755	1.004.220	992.841	
Investimentos	12	6.495.729	6.287.200	9.532	9.633	
Imobilizado	13	3.033.986	2.413.979	12.727.223	10.946.675	
Intangível	14	910.979	898.610	1.314.079	1.338.545	
		12.662.911	11.841.544	15.055.054	13.287.694	
		14.204.520	12.738.254	18.244.555	16.218.096	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Continuação

AS NOTAS
SÃO CLICÁVEIS 

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	152.861	44.523	604.909	492.456
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	5.1 (vi)	-	-	7.676	-
Empréstimos e financiamentos	17	15.595	15.613	77.795	19.193
Debêntures	17	28.231	11.886	284.846	118.520
Arrendamento	13 (b)	35.224	25.720	53.742	34.729
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	16	73.264	4.394	98.653	36.998
Outros impostos a recolher	16	39.077	41.612	54.443	67.086
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	3.211	2.391
Obrigações sociais e trabalhistas		23.986	34.643	39.746	49.070
Participações nos lucros		60.709	51.255	88.796	78.947
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	14.110	12.455
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	25 (f)	-	-	49.984	82.603
Provisão - custo de resarcimento	25 (g)	-	-	54.963	64.445
Outras obrigações		11	4.074	3.664	7.046
		428.958	233.720	1.436.538	1.065.939
Não circulante					
Fornecedores	15	54	2.338	29.831	44.382
Valor justo dos contratos de energia	5.1 (vi)	-	-	46.146	-
Empréstimos e financiamentos	17	49.222	64.605	1.709.342	1.311.099
Debêntures	17	4.581.722	4.273.366	5.675.467	5.593.853
Arrendamento	13 (b)	43.540	42.614	108.807	66.239
Operações comerciais com partes relacionadas	21	8.212	105.629	169	168
Provisão para passivo a descoberto	12.5	4.307	4.298	-	-
Provisão para contingências	19	4.994	6.871	91.885	92.603
Provisão de abandono	20	83.457	70.650	83.075	75.109
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	-	-	61.408	32.692
Outras obrigações		-	-	5.264	5.272
		4.775.508	4.570.371	7.811.394	7.221.417
Total do Passivo		5.204.466	4.804.091	9.247.932	8.287.356
Patrimônio líquido					
Capital social	22	8.894.086	8.848.409	8.894.086	8.848.409
Ações em tesouraria		(84.642)	-	(84.642)	-
Reserva de capital		20.208	25.418	20.208	25.418
Reserva de incentivos fiscais		610.573	253.071	610.573	253.071
Outros resultados abrangentes		18.405	10.775	18.405	10.775
Prejuízos acumulados		(458.576)	(1.203.510)	(458.576)	(1.203.510)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		9.000.054	7.934.163	9.000.054	7.934.163
Participações de acionistas não controladores		-	-	(3.431)	(3.423)
Total do patrimônio líquido		9.000.054	7.934.163	8.996.623	7.930.740
		14.204.520	12.738.254	18.244.555	16.218.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

AS NOTAS
SÃO CLICÁVEIS 

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de venda de bens e/ou serviços	25	1.449.877	780.855	5.124.441
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	26	(476.600)	(251.163)	(3.181.706)
Resultado bruto		973.277	529.692	1.942.735
Despesas/receitas operacionais				
Gerais e administrativas	26	(445.770)	(360.757)	(544.768)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	14.918	29.695	194.595
Resultado de equivalência patrimonial	12	665.557	554.852	(723)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		1.207.982	753.482	1.591.839
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	27	217.645	150.691	151.885
Despesas financeiras	27	(157.696)	(148.822)	(338.405)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.267.931	755.351	1.405.319
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro				
Corrente	11	(72.286)	(434)	(105.886)
Diferido	11	(22.345)	252.689	(126.141)
Lucro líquido do exercício		1.173.300	1.007.606	1.173.292
Atribuído a sócios da empresa controladora		1.173.300	1.007.606	1.173.300
Atribuído a sócios não controladores		-	-	(8)
Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro líquido básico por ação	23	-	-	0,92750
Lucro líquido diluído por ação	23	-	-	0,92025
				3,19081
				3,17618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.173.300	1.007.606	1.173.292	1.006.536
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	8.450	(3.329)	8.450	(3.329)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	6.954	-	6.954
Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	8.450	3.625	8.450	3.625
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Perdas com derivativos	(820)	(2.391)	(820)	(2.391)
Total do resultado abrangente do exercício	1.180.930	1.008.840	1.180.922	1.007.770
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(8)	(1.070)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas da Eneva	1.180.930	1.008.840	1.180.930	1.008.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital (Opções de Ações Outorgadas)	Reserva de Incentivos Fiscais	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	8.834.907	-	15.640	110.725	9.541	(2.068.379)	6.902.434	(2.353)	6.900.081
Aumento de capital	13.502	-	(13.502)	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	78.973	-	(79.364)	(391)	-	(391)
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	63.373	-	(63.373)	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.007.606	1.007.606	(1.070)	1.006.536
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	23.280	-	-	-	23.280	-	23.280
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do exercício	-	-	-	-	(3.329)	-	(3.329)	-	(3.329)
Ajuste de avaliação patrimonial ativo mantido para venda	-	-	-	-	6.954	-	6.954	-	6.954
Perdas com derivativos	-	-	-	-	(2.391)	-	(2.391)	-	(2.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.848.409	-	25.418	253.071	10.775	(1.203.510)	7.934.163	(3.423)	7.930.740
Aumento de capital	45.677	-	(45.677)	-	-	-	-	-	-
Programa de recompra de ações	-	(155.506)	1.248	-	-	-	(154.258)	-	(154.258)
Transações com pagamentos baseados em ações	-	70.864	-	-	-	(70.864)	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	112.112	-	(112.112)	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	245.390	-	(245.390)	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.173.300	1.173.300	(8)	1.173.292
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	39.219	-	-	-	39.219	-	39.219
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do exercício	-	-	-	-	8.450	-	8.450	-	8.450
Perdas com derivativos	-	-	-	-	(820)	-	(820)	-	(820)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.894.086	(84.642)	20.208	610.573	18.405	(458.576)	9.000.054	(3.431)	8.996.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	212.873	153.968	608.837	482.150
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	483	23.708
Resultado de equivalência patrimonial do investimento e do passivo a descoberto	(665.557)	(554.852)	723	8.763
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	56.289	19.308	56.289	19.308
Reversão de contingências	(1.728)	(17.302)	(171)	(25.692)
Reversão de <i>impairment</i> de Itaqui	-	-	(150.105)	(52.777)
Resultado financeiro líquido	(75.094)	(15.319)	200.188	217.594
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	-	-	(30.867)	-
Amortização de custo de captação	2.771	9.528	7.969	27.961
	797.485	350.682	2.098.665	1.518.135
Aumento / Diminuição dos ativos e dos passivos operacionais:				
Adiantamentos diversos	(1.025)	4.078	(25.178)	76.132
Despesas antecipadas	(3.051)	(2.439)	(6.273)	(27.632)
Contas a receber	(305)	737	6.440	(28.453)
Impostos a recuperar	(84.586)	465	(98.848)	65.276
Depósitos judiciais	-	(332)	-	(354)
Estoque	(4.824)	(14.970)	(341.018)	(76.804)
Impostos, taxas e contribuições	50.651	(3.359)	38.122	(37.489)
Fornecedores	(112.161)	(224.942)	(330.823)	(266.421)
Provisão e encargos trabalhistas	(1.203)	17.647	525	26.746
Mútuos	156.617	(1.061.204)	-	819
Operações comerciais com partes relacionadas	(111.803)	54.585	1	4.587
Recebimentos antecipados CCC	-	-	-	20.216
Dividendos a receber	6.339	-	-	-
Outros ativos e passivos	55.899	22.670	(13.825)	16.584
	(49.452)	(1.207.064)	(770.877)	(226.793)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(56.602)	(9.197)	(94.996)	(45.389)
Dividendos recebidos	318.452	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	1.009.883	(865.579)	1.232.792	1.245.953
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(289.781)	(305.240)	(1.135.825)	(2.087.981)
Aporte de capital em investida	(20.361)	(837.515)	-	(2.100)
Adiantamento para futuro aumento de capital	96.308	(57.471)	-	-
Recebimento pela venda de participação em controladas	-	18.782	-	18.782
Títulos e valores mobiliários	(194.447)	(16.156)	(109.857)	(194.967)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos	(408.281)	(1.197.600)	(1.245.682)	(2.266.266)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento do passivo de arrendamento	(44.646)	(24.657)	(65.221)	(57.734)
Recompra de ações próprias	-	-	(154.258)	-
Captações de financiamentos	-	2.097.968	480.872	3.371.097
Amortizações do principal - financiamentos	(15.447)	(511.869)	(116.075)	(2.024.276)
Juros pagos	(214.701)	(159.286)	(403.573)	(354.305)
Custos de captações	-	(70.118)	-	(92.249)
Depósitos vinculados	-	-	(121.498)	45.130
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos	(274.794)	1.332.038	(379.753)	887.663
Aumento / Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	326.808	(731.141)	(392.643)	(132.650)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	275.334	1.006.475	1.384.933	1.517.583
No fim do exercício	602.142	275.334	992.290	1.384.933
Aumento / Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	326.808	(731.141)	(392.643)	(132.650)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.691.319	906.466	5.779.893	3.649.119
Outras receitas	1.690.990	888.327	5.636.882	3.545.106
	329	18.139	143.011	104.013
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(230.463)	(234.225)	(2.218.966)	(1.222.831)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(229.467)	(230.959)	(1.166.092)	(943.194)
Insumos de geração	-	-	(1.201.827)	(328.421)
Perda e recuperação de valores ativos	(996)	(3.266)	148.953	48.784
Valor adicionado bruto	1.460.856	672.241	3.560.927	2.426.288
Depreciação e amortização	(212.873)	(153.968)	(608.837)	(482.150)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.247.983	518.273	2.952.090	1.944.138
Valor adicionado recebido em transferência	923.322	745.509	151.162	183.295
Resultado de equivalência patrimonial	665.557	554.852	(723)	(8.763)
Receitas financeiras	161.123	109.654	148.492	186.864
Juros sobre operações de mútuos e debêntures	56.508	40.354	651	-
Serviços compartilhados	40.120	39.966	-	-
Outros	14	683	2.742	5.194
Valor adicionado total a distribuir	2.171.305	1.263.782	3.103.252	2.127.433
Distribuição do valor adicionado	2.171.305	1.263.782	3.103.252	2.127.433
Pessoal	208.087	152.783	381.701	304.776
Remuneração direta	139.442	87.621	269.195	202.162
Benefícios	60.795	59.901	97.212	91.963
FGTS e contribuições	7.850	5.261	15.294	10.651
Impostos, taxas e contribuições	637.273	(46.896)	1.207.838	311.640
Federal	334.528	(139.143)	899.642	184.680
Estadual	86.461	25.688	42.299	28.679
Municipal	740	845	783	1.177
Taxas e contribuições	215.544	65.714	265.114	97.104
Remuneração capital de terceiros	152.645	150.289	340.421	504.481
Juros de empréstimos e debêntures	88.303	85.058	179.552	287.206
Outras despesas financeiras	42.327	41.226	66.885	74.942
Variação cambial e monetária	17.381	17.544	76.034	121.056
Aluguéis	7.449	6.285	24.649	19.323
Outros	(2.815)	176	(6.699)	1.954
Remuneração de capital próprio	1.173.300	1.007.606	1.173.292	1.006.536
Lucro líquido do exercício	1.173.300	1.007.606	1.173.300	1.007.606
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(8)	(1.070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional*

A Eneva S.A. (a “Companhia” ou “Eneva”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “ENEV3”, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica e na exploração e produção (E&P) de gás natural, no Brasil.

A Eneva tem um parque de geração térmica com 3,1 GW de capacidade contratada (70% operacional), sendo 2,3 GW a gás natural (76%) e 725 MW a carvão mineral (24%). É a segunda maior empresa em capacidade térmica do país, responsável por 9% da capacidade térmica a gás instalada nacional.

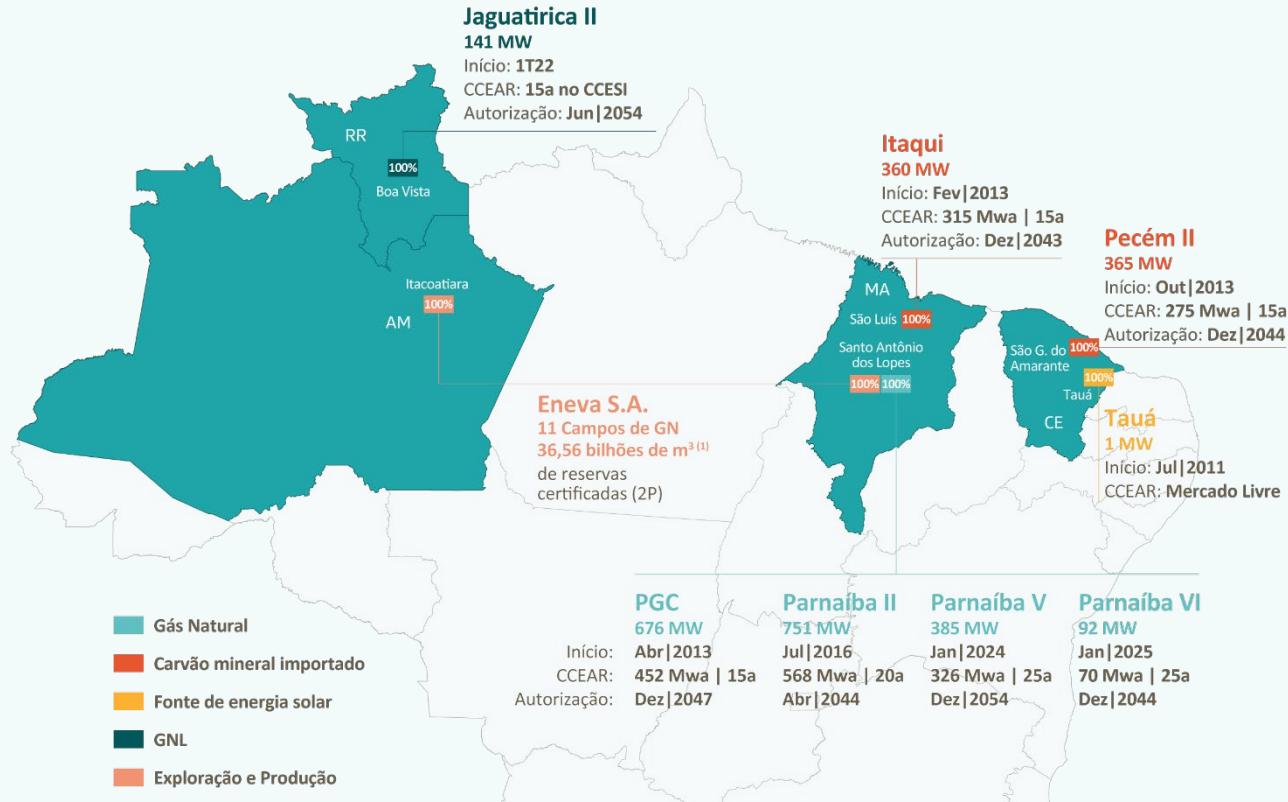
A Eneva possui uma área exploratória total superior a 64 mil km² localizada na Bacia do Parnaíba, no estado do Maranhão,

[SUMÁRIO](#)

na Bacia do Amazonas e Solimões, no estado do Amazonas, e na Bacia do Paraná, localizada entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Atualmente, a Companhia possui onze campos aptos a produzir, sendo dez declarados comerciais na Bacia do Parnaíba e um adquirido a partir de processo de cessão na Bacia do Amazonas. A Companhia também é concessionária da área de acumulação marginal de Juruá, na Bacia de Solimões. Desses, seis estão em produção, sendo cinco destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão (“Complexo Parnaíba”), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m³/dia; e um no Amazonas para abastecimento da termelétrica de Jaguatirica II, em Roraima.

Empreendimentos



(*)As informações operacionais referentes à capacidade instalada, à capacidade contratada, à produção e à área não são auditadas por auditor independente.

1.1 Eventos significativos do exercício:

Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

Desde as primeiras manifestações das autoridades públicas acerca da proliferação da COVID-19, monitoramos de perto e aderimos de forma imediata a todos os protocolos recomendados, com foco tanto na segurança de nossas equipes, próprias e terceiras, quanto das comunidades do entorno das operações. Adicionalmente, cientes de nosso papel nas localidades de atuação, realizamos doações de materiais de higiene, de saúde e de proteção individual. Além dessas ações, a Companhia mantém a prática de home office para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores.

Além disso, continuamos acompanhando os potenciais impactos contábeis e financeiros, principalmente relacionados aos tópicos discorridos adiante:

(a) Receita e avaliação de perdas de créditos

A Companhia permanece sem identificar impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais oriundas do segmento de geração de energia (térmicas a gás e térmicas a carvão) e no segmento de comercialização de energia, até o presente momento.

Dessa forma, não foi identificada pela Companhia alteração na matriz de risco que impactasse o reconhecimento de receita, bem como a probabilidade de realização de recebíveis, conforme estabelecido no IFRS15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e no IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

(b) Avaliação de indicativo de *impairment* de ativos não financeiros e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos

A Companhia realizou o acompanhamento das principais premissas operacionais e macroeconômicas, e não foi evidenciada perda de recuperabilidade de valor contábil nos ativos imobilizado e intangível (considerando a vida útil de cada usina) e para a recuperabilidade do ativo fiscal diferido. As premissas utilizadas para avaliação desses ativos não financeiros (imobilizado e intangível) e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos, estão na nota explicativa nº 13 – “Imobilizado”.

(c) Projetos em construção

O projeto em construção Parnaíba V, com capacidade total instalada de 385MW, está previsto para iniciar sua operação no primeiro semestre de 2022.

Inauguramos, no dia 27 de setembro de 2021, a Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Azulão, que faz parte do projeto integrado Azulão-Jaguatirica e está localizada no município de Silves, no interior do Amazonas. O gás produzido em Azulão é liquefeito e transportado em carretas com tanques criogênicos até Boa Vista (RR), onde abastece a usina termelétrica Jaguatirica II, com capacidade instalada de 141MW e que vai gerar energia suficiente para atender cerca de 70% do estado de Roraima. No primeiro trimestre de 2022, a termelétrica Jaguatirica II recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de parte de suas unidades geradoras, conforme nota explicativa nº 30 – “Eventos subsequentes”.

Operacional, Financeiro e Societário

Ao longo do ano de 2021, diante da declaração de que o país passa pela pior crise hidrológica desde 1930 pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), observou-se o aumento da geração térmica. Em 2021, a curva de despacho foi de 72% (45% em 2020) da capacidade das usinas. Esse aumento no despacho gerou reflexos positivos nos resultados operacionais principalmente relacionados à receita variável no ambiente regulado (“ACR”).

No mês de dezembro, a Companhia sagrou-se vitoriosa na comercialização do produto potência no Leilão de Reserva de Capacidade, de 2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com os seguintes empreendimentos:

UTE Parnaíba IV - Firmou compromisso de venda de potência de 39 MW, pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º de julho de 2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento de R\$ 32.083 mil, reajustada anualmente conforme a variação do IPCA. De acordo com o Contrato de Reserva de Capacidade para Potência - CRCAP, a receita fixa será paga pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que promoverá a cobrança e o recolhimento do Encargo de Potência para Reserva de Capacidade.

UTE Azulão - Firmou compromisso de venda de potência de 295 MW, também pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º de julho de 2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento de R\$ 216.870 mil, reajustada anualmente conforme a variação do IPCA.

O prazo de construção previsto da UTE Azulão é de até 36 (trinta e seis) meses, com início da implantação previsto para o segundo semestre de 2022. O investimento total estimado para a totalidade do projeto é de R\$ 1,3 bilhão, sendo aproximadamente 33% em moeda estrangeira. Este empreendimento está localizado em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e é elegível ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Dadas as características do leilão de capacidade, onde comercializamos apenas potência, as usinas ainda poderão comercializar sua energia no ambiente de contratação livre ou regulado ou operar na modalidade *merchant*, fazendo jus ao recebimento de receita adicional.

(a) Exploração e Produção (E&P) de gás natural

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia apresentou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a declaração de comercialidade da acumulação Fortuna, descoberta no Bloco PN-T-102A, na Bacia do Parnaíba. A acumulação Fortuna recebeu a denominação de Campo Gavião Belo (GVBL), que é o décimo campo na Bacia do Parnaíba a ser declarado comercial.

Em 29 de junho de 2021, foram assinados os contratos de concessão dos ativos adquiridos pela Companhia no segundo ciclo da Oferta Permanente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado no dia 04 de dezembro de 2020, no qual foram adquiridos:

- (i) Na Bacia do Amazonas, no estado do Amazonas, 100% de participação em três blocos terrestres AM-T-62, AM-T-84 e AM-T-85, tendo oferecido um Programa Exploratório Mínimo ("PEM") total de 11.414 Unidades de Trabalho ("UT"), a ser executado ao longo de 8 anos, na área total arrematada de 7.224 km². O valor pago referente ao bônus de assinatura para esses blocos foi de R\$ 16,3 milhões.
- (ii) Na Bacia do Solimões, 100% de participação da área de Juruá ("Juruá"), situada a 725 km a sudoeste de Manaus (Amazonas) e a 110 km a oeste dos campos de gás e óleo de Urucu. O valor pago referente ao bônus de assinatura oferecido por Juruá foi de R\$ 25,7 milhões.
- (iii) Na Bacia do Paraná, 70% de participação nos quatro blocos PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86, PART-99, em consórcio com a Enauta Energia S.A., que será operado pela Eneva. Esses blocos exploratórios estão localizados nos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, com área de aproximadamente 11.544 km². O PEM oferecido para 100% dos blocos foi de 7.548 UTs, a ser executado em até 6 anos, e o valor pago referente ao bônus de assinatura oferecido foi de R\$ 2,1 milhões.

(b) Funding dos projetos de capital

Parnaíba Geração e Comercialização – liberação de R\$ 112 milhões de parcelas dos financiamentos junto ao BNB, principalmente para atender aos compromissos dos investimentos em andamento.

Azulão Geração de Energia – liberação de R\$ 48 milhões junto ao BASA, reforçando o caixa da Companhia para fazer frentes aos investimentos em andamento e abertura de crédito fixo para Azulão Geração de Energia S.A., com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, firmado em 15 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 286 milhões.

Parnaíba VI – abertura de crédito fixo para Parnaíba II Geração de Energia S.A., com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, firmado em 22 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 274 milhões.

Combinação de Negócios

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou com a Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus"), acordo de combinação de negócios, por meio do qual estabeleceram termos e condições para a incorporação da Focus pela Eneva e a subscrição privada, pela Companhia, de debêntures não conversíveis de emissão da Focus. Os principais termos e condições encontram-se na nota explicativa nº 30 – "Eventos Subsequentes".



Troféu Transparência

Em agosto, a Eneva sagrou-se pela primeira vez, entre duas mil empresas, uma das vencedoras do "Troféu Transparência – Prêmio ANEFAC – FIPECAFI". O prêmio é concedido pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) com o objetivo de reconhecer as melhores práticas contábeis, avaliando a transparência, objetividade e relevância das informações prestadas ao mercado.

Essa é uma premiação muito importante, pois reconhece o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança na divulgação das Demonstrações Financeiras.

2. Licenças e autorizações

SUMÁRIO

A Companhia busca uma atuação de excelência pautada por uma gestão responsável dos impactos que a sua atividade pode gerar na sociedade, no meio ambiente e nas comunidades do entorno de suas operações. Por meio de um sistema de controle de prazos e cumprimento de requisitos legais, é feita a gestão de mais de 100 licenças e autorizações ambientais, totalizando mais de 1.000 condicionantes distribuídas em unidades operacionais.

Em 2021, a Companhia manteve todas as licenças necessárias para os ativos, tendo sido emitidas 99 licenças e autorizações de forma a garantir o fortalecimento e a expansão de suas atividades. Nesse período, destaca-se (i) a renovação de todas as licenças de operação do Complexo Parnaíba, (ii) 10 Licenças Prévias de Perfuração que permitiram o desenvolvimento da campanha de poços no Maranhão, (iii) mais 9 poços de água licenciados, (iv) licença de instalação, (vi) Licença de Instalação para Parnaíba VI, (vii) Licença de Operação para Parnaíba V, (viii) Renovação da Licença de Operação para UTE Pecém II, (ix) Licenças de Operação para Jaguatirica II e Azulão, (x) licenças para perfuração de mais 4 poços exploratórios no Amazonas e (xii) Licença Prévia para UTE Azulão.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 4 – “Resumo das principais práticas e políticas contábeis”.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 5 – “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2022 e pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2022.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP e CPC) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os custos relativos às debêntures emitidas pela Eneva S.A. (3º série), que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba V, estão registrados na conta de “investimento em controladas”, em consonância com o parágrafo 8º, do CPC 43 – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, esses custos são apresentados na conta imobilizado. Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

Além disso, os custos relativos a recompra de ações próprias, que visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. pela controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A., para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. A recompra de ações pela Parnaíba II foi realizada devido a ausência de reservas de lucro e capital na Eneva S.A., conforme exigência da Lei 6.404 em seu artigo 30.

Nas demonstrações financeiras individuais esses custos estão registrados no investimento e na demonstrações financeiras consolidadas, esses custos são apresentados no patrimônio líquido na conta de ações em tesouraria.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou as alterações ao CPC 06 (R2) – “Arrendamentos” e do CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” sobre definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”, a partir de 1º de janeiro de 2021, sem impactos relevantes. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação com o IASB	Impactos contábeis
Revisão de pronunciamentos Técnicos nº 19	Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	Annual Improvements to IFRS Standards 2018- 2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework
Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado	IAS 16 As receitas de teste serão registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos não são relevantes.

4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis



4.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isso é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), conforme detalhadas na nota explicativa nº 12 “Investimentos”.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais a Companhia detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida de acordo com a parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de acionistas não controladores

Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Eneva são classificados como “participações de acionistas não controladores”.

Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

(c) Empreendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Esses investimentos são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, os passivos, as receitas e as despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações patrimoniais é reconhecida no patrimônio da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenham incorrido obrigações ou pagamentos em nome controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e as controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas, exceto a controlada Parnaíba BV., conforme mencionado no item (c).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge accounting*, que são reconhecidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Empresa com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada Parnaíba B.V., cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

4.3 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários e diretores com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e da Diretoria.

4.4 Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação, e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos



Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5.1 Estimativas

5.1.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

- (i) **Nota explicativa nº 18 – “Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos”** - Ativos e passivos financeiros por meio de derivativos e expectativa sobre o mercado de commodities.
- (ii) **Nota explicativa nº 14 – “Intangível”** - As reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas e nos testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*). A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e geologia dos reservatórios, bem como a alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção.
- (iii) **Nota explicativa nº 13.2 – “Avaliação de *impairment*”** - A Companhia testa eventuais perdas nos ativos, de acordo com as políticas contábeis descritas nas notas explicativa específicas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.
- (iv) **Nota explicativa nº 11 – “Impostos a recuperar e diferidos”** - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 13 a 14 anos.
- (v) **Nota explicativa nº 20 – “Provisão para obrigação de abandono”** - Impacto das reservas de gás natural nas estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas - a estimativa do momento de realização dos custos com obrigações de desmantelamento de áreas é baseada no prazo de exaustão das reservas provadas de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP/SPE. Revisões nas estimativas de reservas que impliquem em mudanças no prazo de exaustão podem afetar a provisão para desmantelamento de áreas. O reconhecimento contábil dessas obrigações deve ser realizado com base no valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto. Longos períodos até a data de abandono e variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido.
- (vi) **Valor justo dos contratos de energia** - Resultado da marcação a mercado (MtM) dos contratos de compra e venda de energia para entrega futura da carteira de trading da Comercializadora de Energia é calculado como o somatório das diferenças entre o valor contratado e o valor de mercado atual de cada posição em aberto, trazidas a valor presente pela taxa de desconto correspondente. O valor de mercado de cada posição em aberto é calculado pela multiplicação da quantidade de energia pelo preço de mercado correspondente ao submercado, fonte e maturidade (prazo para o suprimento) associado. As curvas de preços de mercado utilizadas para a marcação a mercado refletem o valor de saída das posições de energia, e baseiam-se em referências de preços de mercado independentes e na visão interna da empresa.

5.2 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) **Nota explicativa nº 19 – “Provisão para contingências”** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

6. Informações por segmento ^(a)



Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos demais segmentos de negócio.

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, sendo: (i) térmicas a gás, (ii) upstream, (iii) térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia e (v) holding e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

Segue abaixo a descrição dos segmentos:

i. Térmicas a gás

Fazem parte desse segmento as controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de, aproximadamente, 1,4 GW e terá a capacidade de 2,0 GW a partir da conclusão das obras de fechamento de ciclo, conhecido como projeto Parnaíba V, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2022 e projeto de Parnaíba VI que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (“Parnaíba II”), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 2º semestre de 2024.

Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Adicionalmente, o segmento de geração térmica a gás conta com o projeto Azulão-Jaguatirica, com capacidade instalada de 141 MW, em implantação na cidade de Boa Vista, estado de Roraima. No primeiro trimestre de 2022, a termelétrica Jaguatirica II recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de parte de suas unidades geradoras, conforme nota explicativa nº 30 – “Eventos subsequentes”.

ii. Upstream

Nesse segmento, a Companhia opera 11 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas e, adicionalmente, possui contratos de concessão para exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em mais de 64.000 km².

A Companhia possui compromisso de produção de 9 milhões de m³ de gás natural por dia, sendo 8,4 milhões m³ destinados ao abastecimento do Complexo do Parnaíba e 0,6 milhões de m³ destinados ao abastecimento da UTE Jaguatirica II, consolidando o modelo *Reservoir-to-Wire* ("R2W"), implementado de forma pioneira no país. Esse segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

iii. Térmicas a carvão

Esse segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no estado do Maranhão, conectada ao Subsistema Norte, e Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no estado do Ceará, conectada ao Subsistema Nordeste. Ambas com transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iv. Comercialização de Energia

Nesse segmento, ocorre a comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda.

v. Holding e Outros

Esse segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

A seguir são apresentados, por segmento, o balanço patrimonial e as demonstrações de resultados na data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

^(a) As informações referentes à capacidade instalada, citadas nos itens “i” e “iii”, aos blocos exploratórios e campos, citados no item “ii” não são auditadas pelos auditores independentes das demonstrações financeiras.

Contas patrimoniais 31/12/2021:

Geração a Gás Natural											
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
Total do ativo	6.971.058	8.038.651	(350.015)	14.659.694	5.012.849	-	5.012.849	184.003	326.409	(1.938.400)	18.244.555
Circulante	872.628	1.543.500	(158.022)	2.258.106	1.081.749	-	1.081.749	67.693	70.428	(288.475)	3.189.501
Caixa e equivalentes	257.176	604.152	-	861.328	100.389	-	100.389	6.485	24.088	-	992.290
Contas a receber	366.584	1.718	-	368.302	310.855	-	310.855	39.397	281	-	718.835
Estoque	36.668	50.101	-	86.769	433.253	-	433.253	-	11	-	520.033
Outros ativos	212.200	887.529	(158.022)	941.707	237.252	-	237.252	21.811	46.048	(288.475)	958.343
Não circulante	6.098.430	6.495.151	(191.993)	12.401.588	3.931.100	-	3.931.100	116.310	255.981	(1.649.925)	15.055.054
IR e CS Diferido	16.171	480.791	-	496.962	237.965	-	237.965	32.663	43	-	767.633
Imobilizado e intangível	6.060.489	3.548.841	-	9.609.330	3.683.654	-	3.683.654	153	126.539	621.626	14.041.302
Outros ativos	21.770	2.465.519	(191.993)	2.295.296	9.481	-	9.481	83.494	129.399	(2.271.551)	246.119
Total do passivo	6.971.058	8.038.651	(350.015)	14.659.694	5.012.849	-	5.012.849	184.003	326.409	(1.938.400)	18.244.555
Circulante	931.494	474.412	(240.508)	1.165.398	663.410	106	663.516	35.649	7.988	(436.013)	1.436.538
Empréstimos	62.200	15.595	-	77.795	-	-	-	-	-	-	77.795
Debêntures	256.615	28.231	-	284.846	-	-	-	-	-	-	284.846
Outros passivos	612.679	430.586	(240.508)	802.757	663.410	106	663.516	35.649	7.988	(436.013)	1.073.897
Não circulante	2.923.139	4.724.640	(109.507)	7.538.272	1.552.885	(106)	1.552.779	62.202	160.530	(1.502.389)	7.811.394
Empréstimos	1.660.119	49.223	-	1.709.342	-	-	-	-	-	-	1.709.342
Debêntures	1.093.746	4.581.721	-	5.675.467	-	-	-	-	-	-	5.675.467
Outros passivos	169.274	93.696	(109.507)	153.463	1.552.885	(106)	1.552.779	62.202	160.530	(1.502.389)	426.585
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.431)	-	(3.431)
Patrimônio Líquido	3.116.425	2.839.599	-	5.956.024	2.796.554	-	2.796.554	86.152	161.322	2	9.000.054

Contas patrimoniais 31/12/2020:

	Geração a Gás Natural											
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado	
Total do ativo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096	
Circulante	1.535.381	994.754	(300.994)	2.229.141	722.828	-	722.828	102.133	73.753	(197.453)	2.930.402	
Caixa e equivalentes	918.719	275.380	-	1.194.099	170.994	-	170.994	9.638	10.202	-	1.384.933	
Contas a receber	415.149	99.741	(97.999)	416.891	248.329	-	248.329	35.744	-	-	700.964	
Estoque	25.227	45.277	-	70.504	108.501	-	108.501	-	10	-	179.015	
Outros ativos	176.286	574.356	(202.995)	547.647	195.004	-	195.004	56.751	63.541	(197.453)	665.490	
Não circulante	5.068.312	5.122.663	(167.640)	10.023.335	3.975.968	(2.954)	3.973.014	53.852	759.283	(1.521.790)	13.287.694	
IR e CS Diferido	24.092	503.142	-	527.234	294.190	-	294.190	43.599	36	-	865.059	
Imobilizado e intangível	5.003.927	2.901.954	-	7.905.881	3.669.441	-	3.669.441	198	111.697	598.003	12.285.220	
Outros ativos	40.293	1.717.567	(167.640)	1.590.220	12.337	(2.954)	9.383	10.055	647.550	(2.119.793)	137.415	
Total do passivo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096	
Circulante	804.714	332.106	(358.597)	778.223	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	1.065.939	
Empréstimos	3.580	15.613	-	19.193	-	-	-	-	-	-	19.193	
Debêntures	106.634	11.886	-	118.520	-	-	-	-	-	-	118.520	
Outros passivos	694.500	304.607	(358.597)	640.510	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	928.226	
Não circulante	2.669.600	4.472.445	(110.037)	7.032.008	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	7.221.417	
Empréstimos	1.246.493	64.606	-	1.311.099	-	-	-	-	-	-	1.311.099	
Debêntures	1.320.488	4.273.365	-	5.593.853	-	-	-	-	-	-	5.593.853	
Outros passivos	102.619	134.474	(110.037)	127.056	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	316.465	
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.423)	-	(3.423)	
Patrimônio líquido	3.129.379	1.312.866	-	4.442.245	2.696.844	-	2.696.844	112.216	682.858	-	7.934.163	

2021

Geração a Gás Natural										
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Total do Consolidado
Demonstração do resultado										
Receita operacional líquida	2.699.123	1.449.877	(1.378.076)	2.770.924	2.061.453	-	2.061.453	550.194	700	(258.830) 5.124.441
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(2.278.288)	(476.600)	1.378.076	(1.376.812)	(1.557.191)	-	(1.557.191)	(504.780)	(1.753)	258.830 (3.181.706)
Despesas operacionais	(42.840)	(354.131)	-	(396.971)	(24.879)	-	(24.879)	(10.301)	(6.387)	(13.692) (452.230)
Outros resultados operacionais	20.678	14.896	-	35.574	159.243	-	159.243	-	(443)	221 194.595
Despesas com exploração e poço seco	-	(92.538)	-	(92.538)	-	-	-	-	-	(92.538)
Equivalência patrimonial	-	665.715	(218.058)	447.657	170.560	(170.560)	-	-	43.331	(491.711) (723)
Receita Financeira	44.410	217.711	-	262.121	53.167	-	53.167	1.199	2.972	(167.574) 151.885
Despesa Financeira	(144.685)	(157.696)	-	(302.381)	(203.865)	-	(203.865)	(121)	(248)	168.210 (338.405)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(53.007)	(94.630)	-	(147.637)	(72.030)	-	(72.030)	(12.257)	(103)	- (232.027)
Lucro (Prejuízo) do exercício	245.391	1.172.604	(218.058)	1.199.937	586.458	(170.560)	415.898	23.934	38.069	(504.546) 1.173.292
Atribuído a sócios da empresa controladora	245.391	1.172.604	(218.058)	1.199.937	586.458	(170.560)	415.898	23.934	38.069	(504.538) 1.173.300
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8) (8)

2020

Geração a Gás Natural										
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Total do Consolidado
Demonstração do resultado										
Receita operacional líquida	1.819.668	791.720	(728.265)	1.883.123	1.173.926	-	1.173.926	489.655	282	(303.677) 3.243.309
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(1.268.805)	(251.163)	723.805	(796.163)	(803.449)	-	(803.449)	(447.808)	(1.636)	303.677 (1.745.379)
Despesas operacionais	(26.004)	(241.822)	-	(267.826)	(24.206)	-	(24.206)	(7.300)	(6.365)	(13.692) (319.389)
Outros resultados operacionais	(20.944)	37.550	-	16.606	60.940	-	60.940	11	(1.999)	586 76.144
Despesas com exploração e poço seco	-	(129.148)	-	(129.148)	-	-	-	-	-	(129.148)
Equivalência patrimonial	-	555.965	(252.567)	303.398	47.275	(47.400)	(125)	-	130.705	(442.741) (8.763)
Receita financeira	17.529	70.641	(3.106)	85.064	144.516	-	144.516	1.475	1.580	(40.577) 192.058
Despesa financeira	(112.278)	(71.737)	7.566	(176.449)	(351.904)	-	(351.904)	(3.656)	(280)	40.577 (491.712)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(73.017)	252.256	-	179.239	(2.750)	-	(2.750)	13.248	(321)	- 189.416
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	336.149	1.014.262	(252.567)	1.097.844	244.348	(47.400)	196.948	45.625	121.966	(455.847) 1.006.536
Atribuído a sócios da empresa controladora	336.149	1.014.262	(252.567)	1.097.844	244.348	(47.400)	196.948	45.625	121.966	(454.777) 1.007.606
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.070) (1.070)

Receita bruta entre segmentos e clientes

	2021			2020		
	Receita Bruta Total do Segmento (a)	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes	Receita Bruta Total do Segmento	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes
Termicas a gás	3.011.650	233.989	2.777.661	2.023.781	76.129	1.947.652
Upstream	1.690.990	1.675.001	15.989	888.327	884.175	4.152
Carvão	2.309.381	-	2.309.381	1.322.023	-	1.322.023
Comercializadora de energia	603.127	51.223	551.904	539.565	258.501	281.064
Holding e outros	787	-	787	312	-	312
	7.615.935	1.960.213	5.655.722	4.774.008	1.218.805	3.555.203

* Receita eliminada para fins de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria

	2021						
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	Total
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás (a)	1.356.466	1.070.538	584.646	-	-	-	3.011.650
Upstream (a)	-	-	-	291.773	594.407	804.810	1.690.990
Carvão	884.089	1.364.640	60.652	-	-	-	2.309.381
Comercializadora de energia (b)	-	-	603.127	-	-	-	603.127
Holding e outros	-	-	787	-	-	-	787
Total	2.240.555	2.435.178	1.249.212	291.773	594.407	804.810	7.615.935

	2020						
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	Total
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás	1.282.358	348.030	393.393	-	-	-	2.023.781
Upstream	-	-	-	291.773	120.242	476.312	888.327
Carvão	837.817	315.869	168.337	-	-	-	1.322.023
Comercializadora de energia	-	-	539.565	-	-	-	539.565
Holding e outros	-	-	312	-	-	-	312
Total	2.120.175	663.899	1.101.607	291.773	120.242	476.312	4.774.008

* MCP = Mercado de Curto Prazo (ambiente de contratação livre)

- a. O incremento na receita em 31 de dezembro de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020, é referente aos seguintes fatores: (i) atualização da receita fixa pelo IPCA, que ocorre sempre no 2º semestre de cada ano, (ii) maior despacho e preço de energia decorrentes da crise hídrica no país e (iii) aumento no arrendamento variável devido ao reajuste do preço de referência do gás natural pela ANP.
- b. O volume de energia comercializado nas operações de trading com empresas não vinculadas ao grupo aumentou em função de oportunidades de mercado. Com isso, tivemos menores transações com partes relacionadas, e assim, menor receita eliminada.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	6.149	3.419	15.446	43.382
Fundos de investimentos	(a) 7.437	13.760	187.280	82.977
CDBs	(b) 588.556	258.155	789.564	1.258.574
	602.142	275.334	992.290	1.384.933

- a. Trata-se do fundo exclusivo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária à uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.
- b. Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%. O incremento na controladora está relacionado substancialmente com os dividendos recebidos.

As principais movimentações de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram baseadas, substancialmente, na geração de caixa operacional de R\$ 1.232.792. As principais saídas foram destinadas a investimento na construção de Parnaíba V e do projeto Azulão-Jaguatirica, no montante de R\$ 1.135.825, bem como à transferência de recursos financeiros para a Focus, relativas ao pagamento pelas debêntures privadas, vide notas explicativas nº 8 - "Títulos e valores mobiliários" e nº 30 - "Eventos subsequentes".

8. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo de investimento	(a) 13.161	72.911	331.447	439.658
CDB	-	71.659	-	71.659
Debênture privada	(b) 354.000	-	354.000	-
	367.161	144.570	685.447	511.317

- a. Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2022 e 2027, com liquidez diária, e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido do fundo) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas;
- b. Refere-se a debêntures privadas emitidas pela Focus Energia Holding Participações S.A., com vencimento em dezembro de 2022, e estão sujeitas a remuneração de acordo com a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescido de uma sobretaxa correspondente a 8% ao ano, pro rata temporis por dias úteis até a data do efetivo pagamento, sujeito a prazo de carência de 6 meses. A debênture privada faz parte da operação de combinação de negócios, conforme nota explicativa nº 30 – Eventos subsequentes item “Combinação de negócios”.

9. Contas a receber

Prática contábil

As contas a receber de clientes da Companhia correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):		
Azulão Geração de Energia S.A.	194	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	124.199	118.719
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	175.911	153.620
Pecém II Geração de Energia S.A.	155.985	99.191
Itaqui Geração de Energia S.A.	148.944	104.921
	605.233	476.451
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	7.524	57.067
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	1.692	1.026
Pecém II Geração de Energia S.A.	5.788	29.413
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	58.741	85.692
Itaqui Geração de Energia S.A.	153	14.804
Tauá Geração de Energia Ltda.	9	-
	73.907	188.002
Contratos de comercialização de energia elétrica bilateral:		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	48.068	45.410
Tauá Geração de Energia Ltda.	272	51
	48.340	45.461
Contratos de comercialização de gás condensado		
Eneva S.A.	1.718	1.413
	1.718	1.413
Perda de crédito esperada		
Provisão para perda de crédito esperada	(10.363)	(10.363)
	718.835	700.964

Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente é realizada uma análise de risco frente às contrapartes, antes da operação, através de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE e o acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, que em caso de atraso, a energia negociada não é registrada e a contraparte fica com um déficit de energia, sujeito ao preço de energia atual no mercado (PLD) e a multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE).

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Por todo contexto acima, entendemos que não há riscos de perda no contas a receber da Companhia, principalmente pelo ambiente de mercado em que estamos inseridos.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda, exceto o saldo da Canabrava Energética S.A, no valor de R\$ 10.363 mil, cuja provisão para perda de crédito esperada foi reconhecida integralmente em anos anteriores.

O detalhamento por tipo de recebível está descrito na nota explicativa nº 25 – “Receita de venda de bens e/ou serviços”.

10. Estoques

Prática contábil

Os estoques da Companhia são essencialmente compostos por materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia e exploração de gás. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente carvão) é o da média ponderada móvel.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Materiais, suprimentos e outros (a)	27.284	21.125	57.901	39.559
Carvão (b)	-	-	372.471	65.530
Peças eletrônicas e mecânicas (c)	18.399	19.904	78.178	65.489
Lubrificantes e químicos	4.418	4.248	11.483	8.437
	50.101	45.277	520.033	179.015

- a. Saldo referente a materiais consumíveis necessários ao funcionamento das UTEs e UTG, tais como óleo diesel, condensado, cal e gás hidrogênio. Na controladora, o saldo de R\$ 27.284 é composto por condensado e gás hidrogênio.
- b. A variação ocorreu, principalmente, devido a aumentos da taxa de câmbio e do índice CIF ARA (preço médio do carvão no mercado global), este último devido ao aumento da demanda global por combustível para a geração de energia elétrica. Com o aumento da curva de despacho das usinas o consumo do estoque foi intensificado e foi preciso realizar compras ao longo de 2021. A posição atual do estoque reflete os maiores custos de aquisição do insumo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.1 - Risco de mercado.
- c. O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas nas usinas e UTG.

11. Impostos a recuperar e diferidos

Prática contábil

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das investidas que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando há montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda - IRPJ	50.743	18.805	77.658	48.318
Contribuição Social - CSLL	26.878	3.765	62.614	30.937
	77.621	22.570	140.272	79.255
Circulante	77.090	22.039	134.021	73.022
Não circulante	531	531	6.251	6.233

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS (a)	25.385	20.244	29.308	21.301
COFINS (a)	118.364	94.155	134.692	98.785
Outros	3.138	2.546	10.580	10.003
	146.887	116.945	174.580	130.089
Circulante	13.575	6.949	30.629	19.846
Não circulante	133.312	109.996	143.951	110.243

- a. Os saldos da Controladora referem-se a créditos de PIS/COFINS sobre gastos com ativo imobilizado do segmento de E&P cuja compensação ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação/amortização. No Consolidado, estão incluídos os créditos de PIS e Cofins sobre insumos e aquisições de ativo imobilizado das UTEs.

Impostos diferidos

Segue abaixo a composição dos tributos diferidos por empresa e natureza:

	Consolidado					
						2021
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Ativos Avaliados a Valor Justo	Passivo Diferido	Líquido
Eneva	476.444	58.335	534.779	79.082	(133.064)	480.797
Itaqui	181.419	28.116	209.535	-	(31.137)	178.398
PGC	4.070	30.143	34.213	-	(82.403)	(48.190)
Parnaíba II	52.609	1.871	54.480	-	(48.320)	6.160
Comercializadora de Energia	41.181	4.206	45.387	-	(12.724)	32.663
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	77.178	11.805	88.983	-	(29.415)	59.568
Azulão	-	10.011	10.011	-	-	10.011
Outras	-	9	9	-	(13.227)	(13.218)
	832.901	144.532	(b) 977.433	79.082	(350.290)	(a) 706.225
Ativo diferido líquido						767.633
Passivo diferido líquido						(61.408)

	Consolidado					
						2020
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Ativos avaliados a Valor justo	Passivo Diferido	Líquido
Eneva	519.019	47.611	566.630	79.082	(142.570)	503.142
Itaqui	187.441	42.009	229.450	-	(20.974)	208.476
PGC	24.293	32.779	57.072	-	(76.593)	(19.521)
Parnaíba II	58.962	4.564	63.526	-	(39.434)	24.092
Comercializadora de Energia	41.767	4.061	45.828	-	(2.229)	43.599
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	96.801	10.940	107.741	-	(22.027)	85.714
Outras	-	54	54	-	(13.225)	(13.171)
	928.283	142.054	1.070.337	79.082	(317.052)	(a) 832.367
Ativo diferido líquido						865.059
Passivo diferido líquido						(32.692)

(a) Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):

	2021	2020
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	832.901	928.283
Ativos avaliados a Valor justo	79.082	79.082
Diferenças Temporárias:		
Provisões ativas	87.382	83.142
Gastos pré-operacionais – inclusive RTT *	57.150	58.912
Depreciação acelerada	(191.276)	(159.027)
Ganho por compra vantajosa	(90.951)	(98.262)
Mais-valia de ativos	(24.845)	(27.040)
Ajuste a valor justo	(30.493)	(30.493)
Provisões passivas	(12.725)	(2.230)
Total das diferenças temporárias	(205.758)	(174.998)
Ativo diferido	1.056.515	1.149.419
Passivo diferido	(350.290)	(317.052)
Diferido Líquido	706.225	832.367

* Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e, consequentemente, estão sendo excluídos para fins de determinação do lucro real, desde o início das operações, em quotas fixas mensais e no prazo máximo de 10 anos.

(b) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:



* A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 12 a 13 anos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	1.267.931	755.351	1.405.319	817.120
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL				
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(431.097)	(256.819)	(477.808)	(277.821)
Resultado de equivalência patrimonial	230.998	193.683	(246)	(2.879)
Subvenção para investimento – ICMS	(a) 83.432	21.547	83.432	21.547
Outras diferenças permanentes	(b) (11.151)	39.943	(15.186)	33.346
Ativo fiscal não constituído	(c) 6.118	26.140	9.990	77.164
Reversão de impairment	-	-	51.036	17.944
Redução benefício SUDENE e PAT	(d) 27.069	11.866	116.755	60.851
Constituição do diferido	-	215.895	-	259.264
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(e) (94.631)	252.255	(232.027)	189.416
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(72.286)	(434)	(105.886)	(33.858)
IRPJ e CSLL diferidos	(22.345)	252.689	(126.141)	223.274
Total	(94.631)	252.255	(232.027)	189.416
Alíquota efetiva	7,46%	(33,40%)	16,51%	(23,18%)

- a. Subvenção para investimento referente a incentivo fiscal no estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a esse combustível.
- b. Referem-se às adições/exclusões permanentes da apuração de IRPJ/CSLL, tais como exercício de Stock options e respectivos encargos.
- c. Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação.
- d. O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.
- e. A variação da despesa corrente no exercício foi gerada, substancialmente, pelo aumento de despacho em função da crise hídrica, que impactou o lucro tributável, com consequente aumento do IRPJ/CSLL. Em relação ao diferido, em 2020 houve complemento de constituição do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Em 2021, está ocorrendo a realização do referido ativo diferido em função da compensação dos prejuízos fiscais.

12. Investimentos



12.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	6.433.877	6.267.315	9.532	9.633
Participações societárias				
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.852	19.885	-	-
	6.495.729	6.287.200	9.532	9.633

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos dos principais grupos de contas das investidas são os seguintes:

2021

	Participação Societária	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)							
Térmicas a Gás							
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	3.321	2.101.275	156.015	982.165	966.416	(16.846)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	100,00%	457.244	2.474.845	365.280	1.413.618	1.153.191	179.412
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	394.333	1.690.006	315.643	688.485	1.080.211	82.828
Nossa Senhora de Fátima	100,00%	3	16.816	-	4.483	12.336	2
Upstream							
Parnaíba B.V.	100,00%	1.893	-	471	-	1.422	(834)
Térmicas a Carvão							
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	512.196	2.323.113	376.947	693.536	1.764.826	245.276
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	564.787	1.669.395	190.012	855.949	1.188.221	170.560
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.796	1.188.221	20	3.401	1.186.596	170.622
Comercialização de Energia							
Eneva Comercializadora de Energia Ltda. (i)	100,00%	106.146	36.758	40.697	16.056	86.151	23.934
Outros							
Amapari Energia S.A.	51,00%	61.774	1.207	2.447	65.947	(5.413)	(16)
Eneva Norte S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-
Eneva Participações S.A.	100,00%	5.002	197.981	4.958	34.050	163.975	40.632
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(86)
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(65)
SPE's Ventos (i)	100,00%	2	1.873	25	418	1.432	(15)
Seival Geração de Energia Ltda. (i)	100,00%	3.010	-	11	23.793	(20.794)	55
Sul Geração de Energia Ltda. (i)	100,00%	13	13.105	-	1.013	12.105	(15)
Termopantanal Ltda.	50,00%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda. (i)	66,67%	605	17.137	542	2.606	14.594	(1.786)
Sparta 300 Participações	100,00%	-	-	-	-	-	-
Controladas em Conjunto							
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	1.933	4.238	3.038	2.351	782	(1.491)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	6.399	2.900	1.486	300	7.513	514
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	12.379	3.161	4.029	742	10.769	797

	2020						
	Participação Societária	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)							
Térmicas a gás							
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	558.254	1.359.067	46.132	851.547	1.019.642	(3.733)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	60,72%	347.665	2.176.222	414.302	1.127.255	982.330	179.431
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	90,00%	626.058	1.628.755	330.656	796.997	1.127.160	160.385
Upstream							
Parnaíba B.V.	100,00%	98.045	-	279	-	97.766	6.656
Térmicas a carvão							
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	367.159	2.266.967	259.605	734.971	1.639.550	149.342
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	348.258	1.752.002	215.343	825.843	1.059.074	47.400
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.828	1.059.074	74	3.442	1.057.386	47.606
Comercialização de energia							
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	112.499	45.715	40.240	5.758	112.216	45.626
Outros							
Amapari Energia S.A.	51,00%	61.313	1.188	2.215	65.683	(5.397)	(2.183)
Eneva Participações S.A.	100,00%	9.292	722.868	5.698	35.098	691.364	125.967
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(70)
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(54)
SPE's Ventos (a)	100,00%	3	1.905	24	462	1.422	(489)
Seival Geração de Energia Ltda.	100,00%	3.104	-	96	23.857	(20.849)	412
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	-	13.120	14	1.014	12.092	69
Termopantanal Ltda.	66,67%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda (a)	100,00%	71	17.478	769	6.061	10.719	(1.686)
Controladas em conjunto							
Centrais Termelétricas São Marcos S.A.	50,00%	20	-	-	-	20	(590)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	6.455	3.224	4.617	2.789	2.273	(23.072)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	6.512	2.312	1.725	100	6.999	605
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	12.366	4.321	4.148	2.565	9.974	7

12.2 Mutação do Investimento - valor patrimonial

Investimentos	Saldo em 2020	Transferência de Participação/Passivo a Descoberto	Integralização/Redução de Capital	AFAC	Equivalência	Amortização	Juros PGC	Hedge Accounting	Dividendos	Aquisição/Baixa de Investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial/Reserva de Capital	Saldo em 2021	
Azulão Geração de Energia S.A.	1.018.623	-	(97.250)	60.906	(16.829)	-	-	-	-	-	-	-	965.450
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	667.750	399.187	-	-	167.249	-	83.944	1.199	(10.913)	-	-	-	1.308.416
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	1.014.444	132.165	2.000	-	73.388	-	-	(3.182)	(149.496)	-	(83.394)	10.892	996.817
Parnaíba B.V.	98.553	-	490	-	(834)	-	-	-	(103.120)	-	-	8.450	3.539
Itaqui Geração de Energia S.A.	1.639.550	-	-	-	245.276	-	-	-	(120.000)	-	-	-	1.764.826
Pecém II Participações S.A.	1.057.385	-	(19.008)	(216)	170.622	-	-	-	(22.187)	-	-	-	1.186.596
Eneva Participações S.A.	755.749	(531.352)	333.592	(376.986)	40.632	-	-	1.164	-	-	-	5.563	228.362
Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	-	2	-	-	-	-	12.334	-	-	12.336
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	4.987	-	-	-	398	-	-	-	(1)	-	-	-	5.384
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	3.500	-	-	-	257	-	-	-	-	-	-	-	3.757
Centrais Termelétrica São Marco S.A.	9	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-
MABE Construção e Administração de Projeto	1.136	-	-	-	(745)	-	-	-	-	-	-	-	391
Outros	6.141	(150)	609	(445)	(7)	-	-	-	-	-	-	-	6.148
	6.267.827	(150)	220.433	(316.741)	679.409	-	83.944	(819)	(405.717)	12.325	(83.394)	24.905	6.482.022
Mais valia e menos valia de ativos													
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	10.014	-	-	-	-	(465)	-	-	-	-	-	-	9.549
Pecém II Participações S.A.	(153.064)	-	-	-	-	(6.456)	-	-	-	-	-	-	(159.520)
	(143.050)	-	-	-	-	(6.921)	-	-	-	-	-	-	(149.971)
Valor justo													
Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.027	-	-	8.027
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.027	-	-	8.027
Direito de uso													
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	33.861	-	-	-	-	(4.455)	-	-	-	-	-	-	29.406
Itaqui Geração de Energia S.A.	11.594	-	-	-	-	(511)	-	-	-	-	-	-	11.083
Eneva Participações S.A.	116.968	-	-	-	-	(1.806)	-	-	-	-	-	-	115.162
	162.423	-	-	-	-	(6.772)	-	-	-	-	-	-	155.651
Total investimentos	6.287.200	(150)	220.433	(316.741)	679.409	(13.693)	83.944	(819)	(405.717)	20.352	(83.394)	24.905	6.495.729

12.3 Composição do resultado de equivalência patrimonial:

	Controladora	
	2021	2020
Resultado de equivalência patrimonial sobre os investimentos	679.409	569.657
Resultado de equivalência patrimonial sobre os passivos a descoberto	(159)	(1.113)
Amortização de ativos avaliados a valor justo	(13.693)	(13.692)
	665.557	554.852

12.4 Composição da participação de acionistas não controladores

A seguir, a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas:

Investimentos	Participação	2021		2020	
		Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado
Amapari Energia S.A.	49,00%	(2.658)	(8)	(2.650)	(1.070)
Termopantanal Participações	33,34%	(773)	-	(773)	-
Total		(3.431)	(8)	(3.423)	(1.070)

12.5 Passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Eneva possui controladas em situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

Abaixo, apresentamos a mutação do saldo no exercício corrente:

Empresa	Saldo em 2020	Transferência para investimento	Resultado de Passivo a Descoberto	Saldo em 2021
Controladas (diretas e indiretas)				
Outros				
Amapari Energia S.A.	(2.752)	-	(8)	(2.760)
Jandaira Ventos S.A.	-	85	(86)	(1)
Jandaira II Ventos S.A.	-	65	(65)	-
Termopantanal Participações Ltda.	(1.546)	-	-	(1.546)
Total passivo a descoberto	(4.298)	150	(159)	(4.307)

Projetos de expansão:

Em 23 de setembro de 2021, a Companhia firmou um acordo de exclusividade e preferência com o Grupo Vale Azul Participações Ltda. (“GVA”) e a Tepor – Terminal Portuário de Macaé Ltda., visando a formação de uma subsidiária entre a Eneva e o GVA, a fim de desenvolver, gerenciar e explorar o projeto Tepor. A transação está condicionada à realização de estudos técnicos e à avaliação da viabilidade financeira do projeto pela Eneva, que decidirá, a seu exclusivo critério, pela assinatura de acordos definitivos. Caso a transação seja efetivada, a Eneva será acionista controlador, detendo 65% do total de ações, e o GVA deterá 35%.

13. Imobilizado

[SUMÁRIO](#)

13.1 Composição dos saldos

	Consolidado 2021										
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benefitícias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda <i>Impairment</i>	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	Por produção		-	1 a 28 anos	
Custo											
Saldo em 31/12/2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Adições (a)	-	6.661	64.801	2.850	-	1.191	6.762	-	1.292.521	-	1.374.786
Adições IFRS16 (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.338	135.338
Baixas	-	-	(3)	(478)	-	-	-	176.564	(47.268)	(65.975)	62.840
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.289)	-	(56.289)
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	202.374	-	202.374
Provisão abandono	-	-	(1.588)	-	-	-	-	-	-	-	(1.588)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.314)	-	(40.314)
Transferências	-	-	9.962	-	-	-	156.092	-	(166.054)	-	-
Custos com empréstimos qualificados	-	-	-	-	-	-	-	-	667.233	-	667.233
Saldo em 31/12/2021	15.245	3.225.269	4.592.033	21.211	2.450	41.876	2.722.097	(60.466)	5.899.012	225.055	16.683.782
Depreciação (c)											
Saldo em 31/12/2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Adições	-	(112.984)	(246.056)	(1.804)	(277)	(2.022)	(166.716)	-	-	-	(529.859)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.802)	(52.802)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(26.458)	-	45.287	18.829
Saldo em 31/12/2021	-	(881.641)	(1.539.084)	(12.996)	(2.907)	(18.825)	(1.423.881)	(218)	-	(77.007)	(3.956.559)
Valor Contábil											
Saldo em 31/12/2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675
Saldo em 31/12/2021	15.245	2.343.628	3.052.949	8.215	(457)	23.051	1.298.216	(60.684)	5.899.012	148.048	12.727.223

- a. A movimentação está representada, substancialmente, pelos equipamentos recebidos para continuação das obras do projeto Azulão-Jaguatirica II e Parnaíba V.
- b. Trata-se, substancialmente, de um novo contrato de prestação de serviços de reboque, operação e manutenção de carretas criogênicas para o transporte de gás natural liquefeito na controlada Azulão Geração de Energia S.A.. A taxa de desconto é de 11,03%, de acordo com a vigência que é de 5 anos e possui parcela fixa mensal de R\$ 1 milhão, aproximadamente.
- c. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação, exceto para o imobilizado de E&P, que é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Consolidado 2020

	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda <i>Impairment</i>	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	Por produção	-	-	1 a 28 anos	
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	3.138.711	4.329.160	13.757	2.769	39.335	2.545.975	(289.807)	1.835.376	128.033	11.756.908
Adições	200	1.706	556	850	-	210	28.538	-	1.506.836	-	1.538.896
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.659	27.659
Movimentação de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.084)	-	(41.084)
Baixas	(2.930)	(831)	(22.591)	(67)	(492)	(87)	-	-	-	-	(26.998)
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.308)	-	(19.308)
Adiantamento fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	1.003.615	-	1.003.615
Provisão abandono	-	-	(1.306)	-	-	-	(15.270)	-	3.074	-	(13.502)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.840)	-	(10.840)
Transferências	4.376	79.022	213.042	4.299	173	1.227	-	-	(302.139)	-	-
Reversão de provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	52.777	-	-	52.777
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	852	-	852
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	38.572	-	38.572
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	31.855	-	31.855
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(659.901)	(1.098.630)	(9.600)	(2.752)	(14.895)	(1.158.119)	26.240	-	(33.647)	(2.951.304)
Adições	-	(108.922)	(201.458)	(1.629)	(281)	(1.908)	(99.046)	-	-	-	(413.244)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.845)	(35.845)
Baixas	-	166	7.060	37	403	-	-	-	-	-	7.666
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Valor contábil											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	2.478.810	3.230.530	4.157	17	24.440	1.387.856	(263.567)	1.835.376	94.386	8.805.604
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- (i) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iii) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e
- (iv) Custos de empréstimos e debêntures, que são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos foram diretamente relacionados à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Certificação de reservas

Em 27 de janeiro de 2022, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas de gás natural dos onze campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, nas Bacias do Parnaíba, do Amazonas e do Solimões. A nova certificação desses ativos levou em consideração a ampliação planejada da capacidade de geração térmica a gás natural no Brasil, e a aceitação de recursos contingentes de gás para fins de comprovação de combustível no processo de habilitação de novos projetos em leilões de energia.

Segundo os critérios do *Petroleum Resources Management System* (PMRS), A GCA certificou as reservas de gás natural, conforme a tabela abaixo:

Reservas de Gás Natural dos nove Campos da Bacia do Parnaíba e um Campo da Bacia do Amazonas			
Categoria das Reservas	Reservas de Gás Bacia do Parnaíba (100% WI) (Bm³)	Reservas de Gás Bacia do Amazonas (100% WI) (Bm³)	Reservas de Gás da Total Eneva (100% WI) (Bm³)
Provada desenvolvida (1P)	10,11	3,76	13,87
Provada não desenvolvida (1P)	16,22	2,00	18,22
Total (1P)	26,33	5,76	32,09
Provada desenvolvida (2P)	11,23	3,76	14,99
Provada não desenvolvida (2P)	18,22	3,35	21,57
Total (2P)	29,45	7,11	36,56
Total (3P)	34,50	11,80	46,30

Reservas Provadas: são reservas que podem ser produzidas com alto nível de garantia.

Reservas não provadas: são baseadas em dados geológicos e de engenharia semelhantes aos usados para calcular reservas provadas. Contudo, devido a incertezas técnicas, contratuais ou regulatórias, não são incluídas as reservas provadas.

Reservas desenvolvidas: são aquelas aptas a serem recuperadas, cujos investimentos necessários em infraestrutura para produção já foram executados.

Não desenvolvidas: são aquelas em que todo o plano de desenvolvimento necessita ser implementado.

Os níveis de garantia de produção, subdivide-se em:

1P – Alto nível de garantia de produção;

2P – Reservas prováveis de produção, atribuíveis 50% no nível de garantia;

3P – Reservas possíveis de produção, atribuíveis 10% no nível de garantia;

Os gráficos, a seguir, detalham a evolução das reservas certificadas da ENEVA de 2020 a 2021:



Bacia do Parnaíba

Campo de Gavião Belo (+5,600 Bm³) - campo descoberto pelos poços exploratórios 1-ENV-15-MA e 3-ENV-17D-MA em 2020, com declaração de comercialidade em fevereiro de 2021 e plano de desenvolvimento entregue em agosto de 2021. Em 2021, foi perfurado o poço de delimitação/desenvolvimento 7-GVBL-1D-MA, e em 2022 serão perfurados os 5 demais poços previstos no plano de desenvolvimento.

Bacia do Amazonas

Campo de Azulão (+1,282 Bm³) - o campo já contava com 3 poços produtores (7-AZU-2D-AM, 7-AZU-3-AM, 7- AZU-4D-AM) e em 2021 foi perfurado o poço 7-AZU-5D-AM para delimitação/desenvolvimento, que comprovou a extensão do campo e resultou em incorporação de reservas.

Considerando que a produção total em 2021 foi de 2,146 Bm³, incorporamos 6,882 Bm³ de reservas totais 2P em 2021, resultando em um Índice de Reposição de Reservas Total (empresa) de 321%.

Na Bacia do Parnaíba, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) foi de 264%. Considerando a produção média anual dos últimos 5 anos na Bacia do Parnaíba, de 1,578 Bm³, a relação entre o volume de reservas e o volume produzido (R/P) é de 18,7 anos.

13.2 Avaliação de *impairment*

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A Companhia considera que cada usina de geração térmica (gás e carvão) e a unidade de produção de gás natural constituem as Unidades Geradoras de Caixa.

A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuarem teste de redução ao valor recuperável de ativo intangível de vida útil indefinida ('Goodwill'). Também é requerida a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável ('*impairment*') ou de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores para os demais ativos não financeiros.

O ativo imobilizado da controlada Itaqui e o ativo intangível de vida útil indefinida gerado na combinação de negócios realizada em 2015 e que, após a reestruturação societária ocorrida em 2018, está registrado como investimento na controlada Parnaíba II, foram submetidos ao teste de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso baseado no valor presente do fluxo de caixa, por unidade geradora de caixa. Para as demais UGCs, não foram identificados indicativos que requeressem o teste de recuperabilidade.

Cabe destacar que Itaqui vem apresentando constante melhora no seu desempenho operacional, fruto de investimentos em melhoria de processos e manutenções preventivas. Adicionalmente, a normalização da curva de despacho, após período de crise hídrica que ocorreu no início da operação, também contribuiu para a estabilização desse ativo. O Leilão de Capacidade, ocorrido em dezembro de 2021, também trouxe uma sinalização de preços que permitiu valorar de maneira mais adequada o perfil de operação de usinas de CVU mais elevado, como é o caso de Itaqui. Como consequência dos testes de valor recuperável, foi revertido o valor de R\$ 150.105 referente ao *impairment* constituído em anos anteriores relativo à Itaqui. Com isso, a controlada, em 31 de dezembro de 2021, não possui mais perda por redução ao valor recuperável registrado.

A conclusão a respeito do teste realizado sobre o ágio está apresentada na nota explicativa nº 14 – "Intangível".

As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir, sendo uniformes entre os ativos testados e tendo sido aprovadas pela Administração.

Abordagem

Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$).

Prazo

A projeção inicia-se em 2022 e se estende até o ano de 2051 para Itaqui e 2045 para Parnaíba II.

Nos ativos de geração de energia, a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pela viabilidade econômica. As Usinas possuem Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com prazo de 15 a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaqui) e 2036 (Parnaíba II).

Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2051 e 2045), a premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de capacidade, utilizando como base os parâmetros definidos no leilão de capacidade ocorrido em 2021 para projetar os fluxos operacionais.

Preço de venda

A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais, indexados pela inflação (IPCA).

A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término dos CCEARs atual da Companhia, e o final do período projetivo, teve como base o resultado do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021.

CAPEX de manutenção e overhaul

Foram projetados investimentos em manutenção, de acordo com o ciclo orçamentário indexados pela inflação (IPCA). Trata-se de dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com *overhaul*, que ocorrem em ciclos pré-determinados pelo fabricante da turbina.

Taxa de desconto

A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos nominais para Itaqui, e o custo de Capital Próprio (Ke) para Parnaíba II, considerando efeitos inflacionários, conforme abaixo:

	Itaqui (CPMC)	Parnaíba II
CPMC e Ke nominal (pós tax)	7,87%	9,92%
CPMC e Ke nominal (pré tax)	8,90%	10,78%

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica da "UGC" e a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

14. Intangível



Prática contábil

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, de acordo com o detalhamento a seguir:

	Range de Amortização	31.12.2021			Consolidado		
		Custo	Amortização*	Valor Líquido	Custo	Amortização	Valor Líquido
Licenças e Software de Informática	5 anos	35.770	(31.449)	4.321	34.554	(28.890)	5.664
Intangível de E&P	Unidade produzida	519.392	(42.832)	476.560	475.862	(33.161)	442.701
Direito de uso	15 a 33 anos	86.235	(39.920)	46.315	86.235	(37.145)	49.090
Outorgas e CCEARs	15 anos	183.449	(102.992)	80.457	183.449	(90.768)	92.681
Direito de uso na aquisição de investimento	1 a 30 anos	720.196	(153.827)	566.369	754.571	(126.313)	628.258
Ágio e valor justo de ativos com vida útil indefinida	-	81.522	-	81.522	73.497	-	73.497
Intangíveis em desenvolvimento	-	58.535	-	58.535	46.654	-	46.654

*A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, com exceção do intangível de E&P para exploração de gás natural, que é amortizado com base nas unidades produzidas. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.

Mutação dos ativos intangíveis

	Consolidado							
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Direito de uso na Aquisição de Investimentos	Ágio e Valor Justo de Ativos com a Vida Útil Indefinida	Intangível em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.362	448.909	54.406	104.905	655.792	73.497	36.935	1.347.431
Adições	1.381	3.503	-	-	-	-	9.719	14.603
Baixas	-	-	(4.376)	-	-	-	-	(4.376)
Transferências	-	-	19	-	(19)	-	-	-
Amortização	(3.079)	(9.711)	(959)	(12.224)	(27.515)	-	-	(53.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.664	442.701	49.090	92.681	628.258	73.497	46.654	1.304.170
Adições	1.216	43.530	-	-	-	8.025	11.881	64.652
Baixas	-	-	-	-	(34.375)	-	-	(34.375)
Amortização	(2.559)	(9.671)	(2.775)	(12.224)	(27.514)	-	-	(54.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.321	476.560	46.315	80.457	566.369	81.522	58.535	1.314.079

Direito de Uso

O direito de uso deve-se ao valor pago para a obtenção da concessão da área, pela concessionária vencedora de licitação de campos exploratórios, mais conhecido como bônus de assinatura.

Outorgas e CCEARs

Outorgas e CCEARs referem-se à autorização para exploração de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Direito de Uso na Aquisição de Investimentos

Referem-se a alocação dos ágios de vida útil definida gerados nas combinações de negócios ocorridos em 2015 oriundos de Outorgas e CCEARs.

Ágio e Valor Justo de Ativos com Vida Útil Indefinida

O saldo corresponde a ágio (*goodwill*) é oriundo das combinações de negócios realizada em 2015 pela Companhia. Trata-se do excedente da parcela paga pela Eneva (adquirente) devido à expectativa de geração de lucros futuros pelas adquiridas. Cabe destacar que após a reestruturação societária realizada pelo Grupo nos últimos anos, o ágio está registrado sobre o investimento na controlada Parnaíba II. Adicionalmente, em 2021, a Companhia adquiriu 100% da participação na Nossa Senhora de Fátima, gerando valor justo de R\$ 8.025 mil na aquisição.

O valor recuperável do ágio é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de *impairment*, conforme determina o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas na nota explicativa nº 13.2 – “Avaliação de *impairment*”. Com base nos testes realizados, não foi identificado perda no seu valor recuperável para o exercício de 2021.

15. Fornecedores



Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Consolidado	
	2021	2020
Geração de energia (a)	155.771	157.653
Construção de novas usinas (b)	178.551	187.775
Exploração e produção de gás (c)	94.802	51.999
Manutenção das usinas (d)	94.993	59.489
Comercialização de energia	49.237	36.138
Outros	61.386	43.784
	634.740	536.838
Circulante	604.909	492.456
Não circulante	29.831	44.382

- a. O saldo é composto substancialmente por obrigações com fornecedores de insumos para a geração de energia.
- b. Correspondem aos investimentos ligados à construção do projeto Azulão-Jaguatirica e à usina termelétrica Parnaíba V.
- c. O saldo é composto por fornecedores e prestadores de serviços ligados à atividade de exploração e produção de gás natural. O aumento deve-se, principalmente, ao maior nível de despacho do gás para atendimento à demanda das usinas, assim como obrigações com os fornecedores das construções dos campos em desenvolvimento.
- d. O saldo está ligado substancialmente às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil.

16. Impostos e contribuições a recolher

[SUMÁRIO](#)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	47.274	717	40.071	5.769
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	25.990	3.677	58.582	31.229
	73.264	4.394	98.653	36.998

As empresas do grupo são tributadas com base no regime de Lucro Real, efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

A seguir, apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS	3.034	3.722	10.275	10.639
PIS, COFINS e IOF	10.877	16.971	16.421	32.443
Tributos de importação	856	561	987	752
Royalties	11.967	12.672	11.967	12.672
Outros *	12.343	7.686	14.793	10.580
	39.077	41.612	54.443	67.086

* Composta principalmente das rubricas de Participação na produção a pagar aos proprietários de terra e tributos federais retidos de terceiros.

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Consolidado
2020

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento	Custo de Captação a Apropriar	2021			Custo de Captação a Apropriar	2020		
							Principal	Juros	Total		Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos													
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	7,74%	15/03/2025	-	37.516	133	37.649	-	49.058	159	49.217
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	5,74%	15/12/2028	(235)	27.328	75	27.168	(307)	31.232	76	31.001
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	12,43%	15/07/2036	(7.260)	753.482	98.605	844.827	(7.925)	422.569	13.576	428.220
Azulão	BASE SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	12,11%	16/06/2036	(8.266)	600.000	3.509	595.243	(8.489)	490.617	2.687	484.815
Azulão	BASE SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	11,82%	16/06/2036	(5.525)	400.000	2.274	396.749	(5.664)	359.323	1.914	355.573
						(21.286)	1.818.326	104.596	1.901.636	(22.385)	1.352.799	18.412	1.348.826
Depósitos vinculados													
						-	(114.499)	-	(114.499)	-	(18.534)	-	(18.534)
						(21.286)	1.703.827	104.596	1.787.137	(22.385)	1.334.265	18.412	1.330.292
Circulante													
Não circulante													
Debêntures													
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	17,72%	15/11/2025	(3.685)	300.903	2.761	299.979	(5.246)	305.685	2.719	303.158
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	6,38%	15/11/2025	(5.581)	370.822	5.140	370.381	(8.424)	435.290	2.412	429.278
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	4,50%	02/10/2022	(131)	100.000	1.940	101.809	(305)	100.000	602	100.297
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	4,91%	02/10/2024	(754)	290.000	5.920	295.166	(1.088)	290.000	2.034	290.946
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	5,30%	02/10/2026	(1.220)	360.000	7.692	366.472	(1.507)	360.000	2.863	361.356
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	4,85%	15/05/2024	(3.846)	750.000	8.880	755.034	(5.461)	750.000	2.698	747.237
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	5,35%	15/05/2027	(5.216)	750.000	9.371	754.155	(6.300)	750.000	3.170	746.870
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	15,54%	15/05/2029	(3.910)	584.908	3.782	584.780	(4.494)	529.817	3.321	528.644
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	14,72%	15/12/2027	(11.915)	751.537	1.483	741.105	(14.152)	680.750	1.231	667.829
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 5,50%	15,99%	15/06/2030	(21.436)	745.019	1.902	725.485	(24.437)	674.846	1.579	651.988
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,127%	13,61%	15/09/2030	(15.206)	424.217	5.068	414.079	(16.456)	384.260	3.967	371.771
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 4,5034%	14,99%	15/09/2035	(24.199)	651.038	8.476	635.315	(25.437)	589.716	6.634	570.913
						(97.099)	6.078.444	62.415	6.043.760	(113.307)	5.850.364	33.230	5.770.287
Depósitos vinculados													
						-	(83.447)	-	(83.447)	-	(57.914)	-	(57.914)
						(97.099)	5.994.997	62.415	5.960.313	(113.307)	5.792.450	33.230	5.712.373
Circulante													
Não circulante													
						(15.220)	237.651	62.415	284.846	(15.947)	101.237	33.230	118.520
						(81.879)	5.757.346	-	5.675.467	(97.360)	5.691.213	-	5.593.853

* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses:

Out-21 - CDI de 3,38%, IPCA de 10,67% e TJLP de 4,67%.

Nov-21 - CDI de 3,84%, IPCA de 10,74% e TJLP de 4,74%.

Dez-21 - CDI de 4,46%, IPCA de 9,94% e TJLP de 5,32%

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com aval da Controladora para as subsidiárias.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373
(+) Novas captações	-	480.872	-	-
(+) Juros incorridos	4.969	36.976	226.066	317.315
(+/-) Variação monetária	-	164.751	297.333	328.710
(-) Pagamento de principal	(15.447)	(15.447)	-	(100.628)
(-) Pagamento de juros	(4.995)	(115.441)	(209.706)	(288.132)
(+/-) Custo de captação	72	1.099	11.008	16.208
(+/-) Depósitos vinculados	-	(95.965)	-	(25.533)
Saldo em 2021	64.817	1.787.137	4.609.953	5.960.313

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 2019	92.073	1.399.414	2.637.317	4.157.128
(+) Novas captações	90.000	1.363.129	2.007.968	2.007.968
(+) Juros incorridos	12.183	163.058	155.663	232.336
(+/-) Variação monetária	-	1.549	102.011	115.822
(-) Pagamento de principal	(101.869)	(1.529.317)	(410.000)	(494.959)
(-) Pagamento de juros	(12.230)	(124.987)	(147.056)	(229.318)
(+/-) Custo de captação	61	(10.461)	(60.651)	(53.827)
(+/-) Depósitos vinculados	-	67.907	-	(22.777)
Saldo em 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2023	15.447	85.215	-	298.527
2024	15.447	202.168	750.000	1.073.193
2025	6.790	121.169	500.512	882.865
2026 até último vencimento	11.712	1.434.793	3.406.209	3.586.208
	49.396	1.843.345	4.656.721	5.840.793
Depósitos vinculados	-	(114.499)	-	(83.447)
Custo de captação	(174)	(19.504)	(74.999)	(81.879)
	49.222	1.709.342	4.581.722	5.675.467

Estratégia para Contratação do Endividamento

Para realizar a contratação de novos financiamentos, são considerados, principalmente, elementos como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Conforme majoritariamente, as receitas da Companhia são corrigidas anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação são as que trazem naturalmente um alinhamento entre receitas e despesas financeiras. Entretanto, por se tratar de financiamentos de longo prazo, as diversas indexações disponíveis são avaliadas comparativamente considerando as expectativas pelos prazos considerados e não pelo custo corrente. Por fim, a indexação de financiamentos é vinculada a tipos de instrumentos, com eficiências diferenciadas, e público-alvo de investidores. Portanto, a contratação de novos financiamentos ainda considera a alternativa que apresenta exequibilidade em função de condições de mercado.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos da terceira série, referentes à 2^a emissão de debêntures simples gerais, e específicos, que são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável ("Parnaíba V"), e os custos referentes à 3^a emissão de debêntures simples em série única, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões, foram registrados como parte do custo do ativo imobilizado.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é através dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsecamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás da Companhia.

Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

- a. *não estão condicionados a eventos futuros;* e
- b. *são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência*

Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto com os empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures das Companhias operacionais ("PGC", "Parnaíba II" e "Eneva") e não operacionais ("Azulão") possuem obrigações que são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Essas cláusulas estão resumidas a seguir:

- (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vii) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (viii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, as quais se encontram atendidas.

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2021	Posição em 31/12/2020
PGC	Dívida líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA Comprometimento da capacidade de pagamentos menor que 70% Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,20	Atendido	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido
Eneva S.A.	Dívida líquida de no máximo 5,0* vezes o EBITDA	Atendido	Atendido

*No período entre 30 de junho de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,0 (cinco inteiros) por até 4 (quatro) trimestres consecutivos ou alternados. Após esse período, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA passa a ser até 4,5 (quatro vírgula cinco).

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos



Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são, geralmente, classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. No caso da Companhia, esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Segue descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiro, bem como a classificação da hierarquia de valor justo:

	Consolidado							
	2021				2020			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	992.290	-	-	992.290	1.384.933	-	-	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	-	-	685.447	685.447	71.659	-	439.658	511.317
Contas a receber	718.835	-	-	718.835	700.964	-	-	700.964
Valor justo dos contratos de energia	-	-	91.245	91.245	-	-	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	51	-	-	51	51	-	-	51
	1.711.176	-	776.692	2.487.868	2.157.607	-	439.658	2.597.265
Passivos financeiros								
Fornecedores	634.740	-	-	634.740	536.838	-	-	536.838
Valor justo dos contratos de energia	-	-	53.822	53.822	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.787.137	-	-	1.787.137	1.330.292	-	-	1.330.292
Debêntures	5.960.313	-	-	5.960.313	5.712.373	-	-	5.712.373
Operações comerciais com partes relacionadas	169	-	-	169	168	-	-	168
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.211	-	3.211	-	2.391	-	2.391
Contas a pagar – setor elétrico	14.110	-	-	14.110	12.455	-	-	12.455
Provisão de custo por indisponibilidade	54.963	-	-	54.963	64.445	-	-	64.445
Pesquisa e desenvolvimento	49.984	-	-	49.984	82.603	-	-	82.603
Arrendamentos	162.549	-	-	162.549	100.968	-	-	100.968
	8.663.965	3.211	53.822	8.720.998	7.805.767	2.391	-	7.842.533

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	Consolidado							
	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	685.447	-	685.447	-	439.658	-	439.658
Valor justo dos contratos de energia	-	91.245	-	91.245	-	-	-	-
	-	776.692	-	776.692	-	439.658	-	439.658
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	3.211	-	-	3.211	2.391	-	-	2.391
Valor justo dos contratos de energia	-	53.822	-	53.822	-	-	-	-
	3.211	-	53.822	57.033	2.391	-	-	2.391

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se, principalmente, a investimentos em títulos públicos federais através do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado:

	Consolidado	
	2021	
	Saldo Contábil	Estimativa de Valor Justo - Nível 2
Passivos financeiros		
Debêntures*	5.960.313	5.845.433

*As debêntures possuem mercado secundário. Essas emissões são “diariamente” marcadas a mercado através de novas negociações e efeito curva. Por outro lado, os empréstimos não possuem um mercado secundário não sendo possível a mensuração do valor justo.

Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos derivativos denominados *Non Deliverable Forwards* (NDFs), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de (i) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba Geração e Comercialização para a construção da usina termelétrica Parnaíba V, que teve sua implantação iniciada em fevereiro de 2019, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) de 31 meses, (ii) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba II Geração de Energia para a construção da usina termelétrica Parnaíba VI, vitoriosa no Leilão de Energia Nova A-6 da ANEEL e (iii) parte dos investimentos em moeda estrangeira previstos pela Azulão Geração de Energia na implantação do projeto de Azulão-Jaguatirica, com prazo de construção de até 24 meses, cujo estoque de NDFs contratados foi liquidado em abril de 2020.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos objetos dos *hedges* contratados e não como investimentos especulativos.

Os valores de referência (nacional) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 126.774, e estão integralmente relacionados com a construção do projeto Parnaíba V e Parnaíba VI.

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por *hedge accounting* de fluxo de caixa, mantidas em moeda estrangeira, devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 25 meses. Ganhos e perdas são reconhecidos no patrimônio líquido e transferidos para o imobilizado quando há realização do item protegido.

Os derivativos são denominados na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis e, portanto, a razão do *hedge* é de 1:1. Considerando as mudanças no valor à vista descontado dos instrumentos de *hedge* em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do *hedge*, a taxa média ponderada protegida no ano foi R\$ 6,1317: US\$ 1.

Em 31 de dezembro de 2021, os montantes líquidos apurados de *Market to Market* (“MtM”) para esses instrumentos derivativos representam perdas de R\$ 3.211, que foram integralmente registradas no patrimônio líquido (*hedge accounting*) em outros resultados abrangentes.

18.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecem II e Itaqui. Porém, cabe destacar que a estrutura contratual do CCEAR prevê o repasse do custo com a commodities na receita variável (como um dos componentes dessa receita). Dessa forma, o risco de resultados negativos produzidos pela variação do carvão é mitigado.

O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir, é apresentada a projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2021 e 2020:

	Itaqui			Pecém II		
	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)
2021						
Receita variável (Ccomb)	588.166	735.208	882.249	654.112	817.641	981.169
Custo variável (Carvão)	(539.220)	(668.777)	(798.333)	(579.314)	(720.323)	(861.332)
Resultado variável	48.946	66.431	83.916	74.798	97.318	119.837
2020						
Receita variável (Ccomb)	139.449	174.311	209.173	127.291	159.114	190.937
Custo variável (Carvão)	(119.829)	(149.234)	(178.639)	(104.809)	(131.642)	(158.474)
Resultado variável	19.620	25.077	30.534	22.482	27.472	32.463

Premissas*

	Itaqui		Pecém II	
	2021	2020	2021	2020
Geração de energia - MWh	1.568.718	1.007.234	1.826.424	919.017
Consumo de carvão tn.	690.406	424.368	789.116	388.263
CIF ARA	135,75	53,28	129,20	53,25
API2	135,75	53,28	129,20	53,25
Prêmio	5,50	1,00	3,50	(1,25)
Fator i	0,52	0,52	0,53	0,53
FX	5,28	4,97	5,28	4,95

Sendo: $Ccomb = CIF ARA * Fator i * FX$ $Custo Carvão = API2 + prêmio$ $API2 \sim CIF ARA$

* Informação não auditada.

Risco de taxa de juros**Risco relacionado aos juros flutuantes**

A Companhia e suas controladas têm passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

O ativo da Companhia e de suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado a TJLP	6.604	7.602	8.486
Passivo indexado ao CDI	342.499	416.186	488.838
Passivo indexado ao IPCA	698.729	816.237	931.620
Despesa Financeira Esperada	1.047.832	1.240.025	1.428.944
Aumento da despesa financeira	-	192.193	381.112

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 10,01% (Fonte: Boletim Focus)

TJLP 12M: 6,08% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

CDI Médio 12M: 11,81% (Fonte: Projeção de Mercado)

18.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						Consolidado 2021
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	106.550	498.359	29.831	-	-	634.740
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	169	-	-	169
Empréstimos e financiamentos	77.500	82.002	156.242	953.522	1.802.246	3.071.512
Debêntures	311.107	446.256	792.259	1.956.467	-	3.506.089
	495.157	1.026.617	978.501	2.909.989	1.802.246	7.212.510
						Consolidado 31/12/2020
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	455.352	80.257	-	-	535.609
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	1.397	-	-	1.397
Empréstimos e financiamentos	42.823	32.589	111.067	416.002	1.119.028	1.721.509
Debêntures	173.345	195.309	584.075	3.334.003	5.500.498	9.787.230
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-	4.330
	216.168	683.250	776.796	3.754.335	6.619.526	12.050.075

18.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia entende que não há risco de crédito do contas a receber, vide avaliação na nota explicativa nº 9 – “Contas a receber”. Além disso, para mitigar os riscos, adotamos como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição, e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos estão expostos a baixo risco devido à classificação dos bancos de 1º linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

			Consolidado
			2021
			2020
Posições do risco de crédito			
Caixa e equivalente de caixa		992.290	1.384.933
Títulos e valores mobiliários		685.447	511.317
Contas a receber de clientes		718.835	700.964
Valor justo dos contratos de comercialização de energia		91.245	-
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures		197.946	76.448
		2.685.763	2.673.662

18.4 Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, exceto aquelas mencionadas no parágrafo “Derivativos, hedge e gerenciamento de risco” dessa nota explicativa nº 18.

18.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou proporá, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

19. Provisão para contingências

[SUMÁRIO](#)

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como em processos administrativos regulatórios, que são constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos.

Prática contábil

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que acarretará provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentado abaixo:

		31/12/2020				Consolidado 31/12/2021
		Saldo Acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo Acumulado
Cíveis	(a)	70.613	-	(21)	191	70.783
Trabalhistas	(b)	21.950	3.315	(5.673)	1.470	21.062
Tributárias		40	-	-	-	40
Total das provisões		92.603	3.315	(5.694)	1.661	91.885

(a) Riscos cíveis

A principal discussão cível se refere à ação ordinária ajuizada pela controlada Amapari Energia S.A. ("Amapari") no valor de R\$ 44.091, com pedido de tutela antecipada, para que seja enquadrada no mecanismo de resarcimento de custo de combustíveis da CCC-ISOL. Em setembro de 2018, foi dado provimento ao recurso de apelação interposto por Amapari, anulando a sentença e julgando procedente a demanda, autorizando a empresa a utilizar o mecanismo de resarcimento do custo de combustíveis instituído pela Conta de Consumo de Combustíveis para o Sistema Isolado — CCC-ISOL. Ainda por meio do acórdão, foi determinado o imediato reembolso de CCC não recebido por Amapari no período de novembro de 2008 até fevereiro de 2009.

Em 2019, em cumprimento à decisão, a ANEEL realizou o pagamento do reembolso pleiteado por Amapari. Contra o referido acórdão, a ANEEL interpôs recurso, ainda pendente de julgamento, de modo que foi realizado o provisionamento contábil do montante recebido de forma antecipada.

Ainda em 2019, a Amapari iniciou execução provisória, em primeira instância, do acórdão favorável para cobrar da ANEEL os juros que não haviam sido pagos por ocasião do recebimento do valor principal da CCC-ISOL. A decisão de primeira instância, corroborada por decisão do TRF da 1ª Região, reconheceu o direito de Amapari ao recebimento dos juros e obrigou a ANEEL a pagá-los. Dessa forma, em abril de 2020, Amapari recebeu, a título de juros, o valor de R\$ 20.216. Aguarda-se análise de impugnação da CCEE, gestora dos recursos da CCC, acerca de divergência de cálculos. Da mesma forma como ocorreu com o valor principal, considerando a discussão judicial em curso acerca do recebimento dos recursos, também foi realizado o provisionamento contábil como passivo contingente do montante recebido de forma antecipada.

(b) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2021. Não existe causa individual relevante.

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)

As ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas, pois envolvem prognóstico de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, são apresentadas a seguir:

		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Ambientais		22.449	25.912
Regulatórios		12.749	12.724
Trabalhistas		42.143	51.873
Cíveis	(a)	202.728	49.324
Tributárias	(b)	239.332	224.460
Total		519.401	364.293

a. Cíveis

Controlada Pecém II Geração de Energia S.A.

(i) Encargo Hídrico Emergencial

Trata-se de ação ajuizada por Pecém II em conjunto com Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em face da ANEEL, pleiteando (i) o repasse, pela ANEEL, do valor cobrado pelo estado do Ceará, a título de Encargo Hídrico Emergencial ("EHE"), aos CCEARs de Pecém II e Porto do Pecém, com o aumento do Custo Variável Unitário ("CVU") e da receita de venda percebida por essas empresas; e (ii) a suspensão da aplicação pela ANEEL de quaisquer penalidades por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia das UTEs Pecém II e Pecém I em virtude da redução no fornecimento de água.

Em 31 de janeiro de 2017, foi proferida decisão da Justiça Federal indeferindo o pedido de tutela antecipada formulado pelas autoras. Foi interposto pelas autoras recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído ao Desembargador Souza Prudente em 1º de março de 2017. A tutela antecipada requerida pelas Companhias foi deferida em 5 de maio de 2017, tendo sido solicitado o cumprimento da decisão do agravo de instrumento por parte da ANEEL.

Assim, foi expedido ofício ao Presidente da ANEEL determinando o cumprimento da decisão que deferiu os pedidos da autora. Em 22 de agosto de 2017, a Diretoria da ANEEL anuiu à metodologia de cálculo de resarcimento sugerido pela Companhia, autorizando o repasse do EHE para as Autoras, o que vem sendo realizado regularmente desde 2018 até o momento. A ANEEL apresentou petição informando o cumprimento da decisão e interpôs recurso de agravo interno contra a decisão monocrática do relator. Os autos estão conclusos e aguardando julgamento no gabinete do Desembargador Souza Prudente desde fevereiro de 2018.

(ii) Receita fixa

A subsidiária Pecém II Geração ajuizou ação, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pleiteando o direito de receber as receitas fixas previstas nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados em leilão de energia nova, a partir de julho de 2013, período no qual a Companhia já se encontrava devidamente comissionada e apta para a geração de energia, e, consequentemente, cumprir os compromissos firmados. A ANEEL justificou que o atraso nas obras de implantação da subestação da Transmissora Delmiro Gouveia S.A (TDG), necessária para o escoamento da energia gerada, constituiria caso fortuito ou força maior, e não efetuou o pagamento das receitas fixas, apenas excluindo a Companhia das penalidades previstas pelo não fornecimento de energia.

Em novembro de 2014, a Companhia obteve sentença favorável na Justiça Federal do Distrito Federal, que confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, tendo a sentença sido confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Nesse sentido, com o julgamento em segunda instância, foi reconhecido o direito de Pecém II de receber o pagamento das receitas fixas provenientes dos CCEARs e determinado o cumprimento imediato da decisão. A ANEEL opôs embargos de declaração no TRF da 1ª Região, os quais foram rejeitados em meados de maio de 2018. Assim, em 30 de maio de 2018, esgotada a discussão no TRF da 1ª Região, e existindo ordem judicial para cumprimento imediato da decisão, a CCEE efetuou, em favor de Pecém II, o pagamento no montante de R\$ 59.326, correspondente às receitas fixas devidas. A Companhia tomou conhecimento de que a ANEEL interpôs recurso especial, e, após intimação, Pecém II apresentou contrarrazões. Aguarda-se interposição de novo recurso pela ANEEL ou decurso do prazo para trânsito em julgado do acórdão.

(iii) Processo arbitral

Em maio de 2021, foi instaurado processo arbitral em face de subsidiária da Companhia por empresa prestadora de serviços, referente a empreendimento em instalação. Por meio da arbitragem, a autora pretende que a Companhia seja condenada ao pagamento de valores associados à contratação e prestação dos serviços. O valor estimado da disputa é de R\$ 52 MM. Na manifestação preliminar, a Companhia apresentou pedido contraposto, para que a autora seja condenada ao pagamento de multas e restituição de valores adiantados, que alcançam o valor estimado de R\$ 60 MM. Atualmente, aguarda-se constituição do Tribunal Arbitral.

MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.

(i) Processo judicial

Trata-se de ação condenatória ajuizada por ex-prestadora de serviços em face da MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. ("MABE"), Eneva S.A., a subsidiária Pecém II e outras, por meio da qual a autora pleiteia a condenação das réis ao pagamento de quantias supostamente devidas e não pagas quando da prestação de serviços de construção do empreendimento da subsidiária Pecém II.

Em agosto de 2021 foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos da autora e condenando as réis ao pagamento de parcelas referentes ao contrato celebrado entre MABE e a autora.

As réis interpuseram recursos de apelação contra a sentença condenatória, ainda pendentes de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Outras controladas

Os demais valores subdividem-se em ações judiciais envolvendo pleitos de natureza cível que individualmente não possuem risco financeiro relevante, e que estão descritos no relatório com prognóstico de perda possível. A alteração de valores apresentada acima se refere às mudanças nos prognósticos dos casos no decorrer do trimestre.

b. Tributárias

Controlada Itaqui Geração de Energia S.A.

A controlada possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (hedge) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

Desde 2019, o assunto permanece em discussão em âmbito administrativo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). No início de 2020, por requerimento da controlada, o CARF determinou que o julgamento fosse convertido em diligência, tendo a controlada apresentado documentos e esclarecimentos para contribuir com o relatório de diligência fiscal. Este relatório foi encerrado em 2021, quando a controlada apresentou nova manifestação e o processo foi devolvido ao CARF, onde aguarda julgamento.

Em caso de decisão final desfavorável na esfera judicial, a companhia perderá o direito a compensar futuros lucros fiscais com o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL glosado pelas autoridades fiscais, no montante de R\$ 195 milhões. Não há crédito tributário constituído sobre referido prejuízo fiscal. Em caso de decisão final desfavorável, o efeito seria de baixa de aproximadamente R\$ 195 milhões de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem desembolso e impacto imediato no caixa da Companhia.

20. Provisão para obrigação de abandono



Prática contábil

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A Companhia revisa, trimestralmente, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando há indicativo de mudanças em suas premissas.

Essa provisão refere-se aos custos esperados para o abandono dos campos produtores de gás e para a desmobilização dos ativos da UTE de Pécem II Geração de Energia S.A. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que:

- (i) no reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos correspondentes, resultando em uma despesa reconhecida no resultado do exercício.
- (ii) as obrigações ocorrerão no longo prazo;
- (iii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e
- (iv) as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

A seguir, são apresentados os fluxos com provisão de abandono em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	70.650	75.748	75.109	81.022
Revisão da provisão	(7.967)	(12.195)	(14.324)	(13.502)
Atualização de juros	20.774	7.097	22.290	7.589
Saldo final	83.457	70.650	83.075	75.109

O aumento na provisão para abandono está ligado principalmente a inflação ocorrida em 2021 que encerrou com alta de 10,06% (em 2020 encerrou com alta de 4,52%).

21. Partes relacionadas



Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Mútuo						
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	832.387	808.285	-	-	69.191	23.733
Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	852.017	864.473	-	-	71.178	44.636
Parnaíba B.V.	-	-	-	-	1	20.969
Outras	689	689	-	-	-	592
	1.685.093	1.673.447	-	-	140.370	89.930
Operações comerciais						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (c)	172.420	147.130	210	36	1.018.396	439.619
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (c)	84.829	99.156	218	48	504.482	357.297
Itaqui Geração de Energia S.A.	14.728	10.625	2.600	2.323	9.896	10.934
Pecém II Geração de Energia S.A.	5.591	7.080	324	141	6.259	6.953
Parnaíba B.V.	-	-	-	97.928	3	-
Outras	16.975	16.166	4.860	5.153	7.992	3.807
	294.543	280.157	8.212	105.629	1.547.028	818.610
Dividendos e Juros s/capital próprio a receber						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	23.962	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	38.230	-	-	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	39.999	-	-	-	-	-
	39.999	62.192	-	-	-	-
	2.019.635	2.015.796	8.212	105.629	1.687.398	908.540

- a. O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante), sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 2,47% + IPCA e prazo de vencimento em setembro de 2026. A variação do saldo do ativo é corresponde a juros incorridos, parcialmente compensados por pagamento de juros.
- b. O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante), sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 3,19% + IPCA e prazo de vencimento em dezembro de 2027. A variação do saldo do ativo é corresponde a juros incorridos, parcialmente compensados por pagamento de juros.
- c. São saldos compostos, basicamente, pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) para as subsidiárias Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A..

21.1 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles.

Os montantes totais de remuneração dos Diretores e do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, registrados na contabilidade pelo regime de competência, seguem abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios de curto prazo (a)	27.457	33.074	31.567	37.051
Benefícios de longo Prazo (b)	114.005	53.205	129.385	53.205
	141.462	86.279	160.952	90.256

- a. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios não monetários.
- b. Conforme descrito na nota explicativa nº 24 – “Plano de pagamento baseado em ações”, a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do plano.

Seguem abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho de Administração	119	454	864	475	5.420	35.056
Diretores	825	11.213	59.382	135	4.088	20.803
	944	11.667	60.246	610	9.508	55.859

22. Patrimônio líquido



22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Capital Social da Companhia é respectivamente de R\$ 8.894.086 e R\$ 8.848.409. A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de dezembro de 2021 é composto por 1.596.513.720 ações autorizadas, das quais 1.266.339.183 foram emitidas (315.835.960 em 31 de dezembro de 2020).

Em março de 2021, houve o desdobramento das ações da Companhia na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem modificação do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações aos titulares. Dessa forma, a variação demonstrada na quantidade de ações entre os períodos é basicamente relacionada a esse movimento societário.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

Acionista	Controladora		Controladora	
	2021		2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco BTG Pactual	272.640.404	21,53%	72.410.101	22,93%
Eneva Fundo de Investimento em Ações	289.640.404	22,87%	72.410.101	22,93%
Velt Partners	-	-	17.665.975	5,59%
Dynamo	79.108.721	6,25%	15.853.947	5,02%
Atmos Capital Gestão de Recursos	67.189.176	5,31%	15.793.261	5,00%
Ações em tesouraria	6.120.944	0,48%	-	-
Outros	551.639.534	43,56%	121.702.575	38,53%
Total	1.266.339.183	100,00%	315.835.960	100,00%

22.2 Reserva de incentivos fiscais

SUDENE

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos.

ICMS – Crédito Presumido

Reserva constituída mediante a destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao incentivo fiscal concedido pelo estado do Maranhão, nos termos da Lei nº 9.463/2011. Tal incentivo consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural.

22.3 Ações em tesouraria

Programa de Recompra de ações próprias

Os programas de recompra visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseados em ações, direcionados aos administradores e empregados da Eneva S.A. e de suas sociedades controladas.

No primeiro semestre de 2021 foram adquiridas 4.280.000 ações ao preço médio de R\$ 17,36 (após o desdobramento de ações), que já foram substancialmente entregues aos beneficiários no valor de R\$ 70.864 mil, conforme apresentação na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Em dezembro de 2021 foi aprovado novo programa de recompra de ações com o objetivo de atender as liquidações previstas para o exercício de 2022, autorizando a quantidade máxima de 6.000.000 de ações, das quais já foram adquiridas 5.589.000 ao preço médio de R\$ 14,30.

23. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	2021	2020
Resultado do exercício		
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.173.300	1.007.606
Denominador		
Média ponderada de ações	1.265.016.862	315.783.353
Lucro por ação (R\$) - básico	0,92750	3,19081
	2021	2020
Resultado do exercício		
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.173.300	1.007.606
Denominador		
Média ponderada de ações	1.265.016.862	315.783.353
Efeito das opções	9.956.371	1.455.463
Lucro por ação (R\$) - diluído *	0,92025	3,17618

* O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.

24. Plano de pagamento baseado em ações

Opção de ações outorgadas pela Companhia

O programa vigente de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016 e tem como beneficiários membros do Conselho de Administração, Diretoria e empregados selecionados.

As opções poderão atingir o percentual máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia, existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do plano de opções.

A tabela seguinte apresenta as características do plano de opções:

Plano	Data de Outorga	Prazo da Outorga (Anos)	Primeira Data de Maturação	Data Máxima de Vencimento dos Direitos	Quantidade Original Outorgada	Quantidade Remanescente	Preço de Exercício Original	Preço de Exercício Corrigido por IPCA + 3%a.a.
2016	03/10/2016	5	03/10/2016	12/11/2021	2.484.376	-	3,75	19,93
2016	03/10/2016	5	01/11/2017	01/02/2021	10.668.000	-	3,75	19,93
2016	03/04/2017	5	10/05/2018	08/09/2022	5.333.333	1.066.668	3,75	19,31
2016	03/08/2017	5	03/08/2018	01/12/2022	2.000.000	400.000	3,75	19,03
2016	11/02/2019	5	11/02/2020	10/06/2024	1.000.000	600.000	3,75	17,21
2016	10/01/2020	5	10/01/2021	12/05/2025	8.840.000	7.016.000	7,57	32,56
2020	11/02/2021	5	11/02/2022	13/06/2026	4.723.388	4.723.388	15,88	
2016	11/02/2021	5	11/02/2022	13/06/2026	240.000	240.000	15,88	
2016	01/05/2021	5	01/05/2022	03/09/2026	800.000	800.000	16,49	
2020	19/05/2021	5	19/05/2022	21/09/2026	1.106.600	1.106.600	15,98	
2020	30/11/2021	5	30/11/2022	30/03/2027	36.518	36.518	15,17	
2020	08/12/2021	5	08/12/2022	07/04/2027	243.450	243.450	14,82	

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Plano Outorgado pela Companhia - Quantidade de Opções de Ações	Quantidade de Opções	Preço Médio Ponderado de Exercício das Opções
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.573.336	7,12
Exercidas	(3.417.224)	5,51
Outorgadas	7.149.948	15,92
Espiradas	(505.444)	8,18
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.800.616	11,48

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços prestados pelos participantes que estão sendo remunerados via plano de pagamento em ações. Portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do programa, a Companhia liquidará essa obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta “Ações em tesouraria”. O efeito no resultado do exercício de 2021 foi de R\$ 29.240.

Unidades de performance restritas - units

A Companhia concedeu dois planos distintos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. O primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018 e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de Performance Shares) aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concede units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços. Porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações.

Conforme o regulamento do primeiro plano aprovado em 12 de julho de 2018, as ações podem ser transferidas aos beneficiários após 3 (três) anos a partir da data de concessão das units. Da quantidade de units cedidas para cada beneficiário, 50% são concedidas para retenção, cujo direito depende da permanência do colaborador na Companhia. Para os demais 50% das ações, além da permanência do colaborador, a quantidade de ações transferidas dependerá de indicador de performance de retorno para os acionistas, calculado durante o período de carência de 3 anos das units.

O regulamento do plano aprovado em 29 de abril de 2019 define que as ações podem ser transferidas aos beneficiários se os critérios de performance relacionados à execução do Projeto Parnaíba V forem atendidos. A apropriação do valor justo dos planos ao resultado do exercício de 2021 foi R\$ 9.979.

A tabela abaixo apresenta as características gerais das units concedidas pela Companhia:

Plano	Data de Concessão	Prazo (Anos)	Finalidade	Data de Aquisição do Direito	Quantidade Original Concedida
2018	13/07/2018	3	Retenção	02/04/2021	868.724
2018	13/07/2018	3	Performance	02/04/2021	868.724
2018	01/04/2018	3	Retenção	01/04/2022	756.436
2018	01/04/2018	3	Performance	01/04/2022	756.436
2019	29/04/2019	2,92	Performance Shares	31/03/2022	1.548.404
2018	01/04/2020	3	Retenção	01/04/2023	453.288
2018	01/04/2020	3	Performance	01/04/2023	868.724
2018	01/04/2021	3	Retenção	01/04/2024	316.476

2018	01/04/2021	3	Performance	01/04/2024	316.475
------	------------	---	-------------	------------	---------

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido nos planos de units para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Plano de Units Concedido pela Companhia	Quantidade de Units	Preço Médio Ponderado das Ações
- Quantidade de units		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.513.748	15,53
Exercidas	(1.632.392)	17,04
Concedidas	632.951	17,04
Espiradas	(84.163)	15,95
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.430.144	16,47

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou a criação de programa de aquisição de ações de sua própria emissão, com o objetivo de fazer frente às obrigações decorrentes dos planos e programas de incentivo de longo prazo, dirigido aos administradores e empregados da Companhia. O programa de recompra visa a aquisição pela Parnaíba II Geração de Energia S.A., e a quantidade máxima de ações a serem adquiridas é de até 6 milhões.

25. Receita de venda de bens e/ou serviços



Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as vendas dentro do grupo.

Para ambas as atividades de geração de energia e produção de gás natural, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	2.240.555	2.120.175
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	2.450.380	667.853
Venda de energia (ACL) (c)	-	-	917.931	763.023
Valor justo contratos de energia (d)	-	-	30.867	-
Venda de gás e condensado (e)	804.810	476.312	15.989	4.152
Arrendamento	886.180	412.015	-	-
	1.690.990	888.327	5.655.722	3.555.203
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(241.113)	(107.472)	(464.816)	(271.861)
P&D (f)	-	-	(47.625)	(29.936)
Ressarcimento (g)	-	-	(18.840)	(10.097)
Total da receita líquida	(241.113)	(107.472)	(531.281)	(311.894)
	1.449.877	780.855	5.124.441	3.243.309

Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL.

Cabe destacar ainda que estes contratos possuem mecanismo de reajuste anual para a parcela fixa para a recomposição da inflação acumulada no período. A parcela variável por sua vez possui como um de seus componentes a taxa de inflação, reduzindo substancialmente o descasamento entre as receitas e os custos de geração.

a. Disponibilidade ACR (receita fixa)

Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”). A variação deve-se à atualização contratual anual.

b. Venda de energia ACR (receita Variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. O aumento significativo dessa receita está ligado à demanda requerida pelo ONS, principalmente devido à crise hídrica.

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Trata-se do segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

c. Venda de energia ACL

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

As informações do resultado estão apresentadas por segmento na nota explicativa nº 6 – “Informações por segmento”.

d. Valor justo dos contratos de energia

A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo. Os valores apresentados, são referentes ao resultado da marcação a mercado (MtM) desses contratos de compra e venda para entrega futura. Esse valor justo é mensurado conforme nota explicativa nº 5.1 “Estimativas”.

Exploração e produção de gás**e. Venda de gás, condensado e arrendamento**

A Eneva S.A. é responsável pela exploração e extração de gás natural e mantém contrato de fornecimento de gás e de arrendamento com o Complexo Parnaíba.

A venda de gás está atrelada diretamente ao despacho do Complexo Parnaíba (“Complexo”). O preço é estabelecido em contrato firmado entre as partes e o volume comercializado varia em função da necessidade de gás do Complexo. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição periódica e é equivalente ao volume transferido para o cliente, mas ainda não é considerada nas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Deduções da receita**f. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)**

As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

g. Ressarcimento

O resarcimento ao mercado ocorre quando as usinas termoelétricas contratadas no ambiente de contratação reguladas (ACR) não atendem ao despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS).

26. Custos e despesas por natureza



	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo				
Custos regulatórios	-	-	(151.359)	(139.856)
Depreciação e amortização (a)	(179.427)	(118.193)	(547.491)	(419.208)
Despesas com aluguéis	(4.612)	(2.908)	(21.176)	(15.504)
Despesas com pessoal (b)	(39.632)	(31.245)	(181.380)	(155.986)
Energia elétrica para revenda (c)	-	-	(612.136)	(412.437)
Impostos e contribuições	(286)	(287)	(286)	(287)
Insumos de geração (d)	-	-	(1.253.969)	(367.794)
Material de consumo	(6.015)	(1.977)	(39.126)	(10.557)
Participações governamentais (e)	(215.185)	(65.489)	(215.185)	(65.489)
Seguros operacionais	(4.270)	(350)	(28.891)	(6.352)
Serviços de terceiros	(26.738)	(20.929)	(92.122)	(75.640)
Outras	(435)	(9.785)	(38.585)	(76.269)
	(476.600)	(251.163)	(3.181.706)	(1.745.379)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(33.446)	(35.775)	(61.346)	(62.942)
Despesas ambientais	(2.905)	(1.412)	(3.722)	(1.719)
Despesas com aluguéis	(2.837)	(3.377)	(3.473)	(3.819)
Despesas com exploração e poço seco	(92.537)	(129.148)	(92.537)	(129.148)
Despesas com pessoal (b)	(264.437)	(166.900)	(279.478)	(179.091)
Impostos e contribuições	(1.050)	(722)	(1.167)	(494)
Material de consumo	(1.121)	(1.236)	(1.777)	(1.467)
Serviços compartilhados - Cost Sharing	40.120	39.966	-	-
Serviços de terceiros	(53.492)	(38.318)	(64.581)	(42.177)
Outras	(34.065)	(23.835)	(36.687)	(27.680)
	(445.770)	(360.757)	(544.768)	(448.537)
Outras receitas e despesas				
Provisão perdas de investimento	-	(2.273)	-	(4.545)
Ganho com venda de participação societária (f)	-	18.117	-	18.117
Perda na alienação de bens (g)	106	-	(201)	(16.501)
Reversões de Contingências	1.728	17.302	2.379	25.692
Crédito de PIS/COFINS (h)	22.265	-	38.156	-
Reversão do impairment de Itaqui	-	-	150.105	52.777
Outras receitas (despesas)	(9.181)	(3.451)	4.156	604
	14.918	29.695	194.595	76.144
	(907.452)	(582.225)	(3.531.879)	(2.117.772)

- a. A variação está diretamente ligada ao aumento na curva de despacho observado nas térmicas a gás com consequente aumento no consumo de gás, cuja depreciação é apurada pelo método das unidades produzidas, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 - "Imobilizado".
- b. O aumento nos gastos de pessoal está, substancialmente, ligado à atualização do valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidas pela Companhia aos seus administradores e empregados, além do incremento na quantidade de colaboradores.
- c. O aumento deve-se a compra de energia para atendimento de obrigações das usinas nos momentos em que precisaram parar para manutenções, em sua maioria programadas.
- d. O acréscimo está relacionado, diretamente, ao maior despacho de energia no ambiente contratual regulado (ACR).
- e. O aumento deve-se ao maior dispêndio no pagamento de encargos (royalties e participações especiais) relacionadas à operação de upstream devido ao reajuste no preço de referência do gás e aumento da demanda em 2021.
- f. A variação se deve à alienação da totalidade da participação na Seival Sul Mineração, ocorrida em 2020.
- g. A variação observada se refere à doação de subestação de energia à Eletronorte, no valor de R\$ 16.527, realizada em 2020. Essa doação foi estabelecida no processo de licenciamento do Complexo do Parnaíba.
- h. Reconhecimento de créditos de PIS/Cofins decorrentes de: i) revisão da sistemática de apropriação de créditos dos últimos 5 anos das empresas operacionais, a fim de mapear créditos eventualmente não aproveitados no âmbito do regime não-cumulativo, tendo por base as definições constantes das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, bem como a ampliação do conceito de insumo definida pelo STJ em 2018 (baseada nos critérios de essencialidade e relevância); ii) Decisão do STF, em maio/21, bem como o trânsito em julgado obtido pela Eneva S.A. para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins relativo ao período de janeiro/2019 a abril/2021.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras (a)				
Encargos da dívida	(4.969)	(12.183)	(4.969)	(137.658)
Multa e juros pagos ou incorridos	(2.026)	(290)	(2.488)	(3.938)
Amortização custo de transação de empréstimos	(2.771)	(9.529)	(7.969)	(27.961)
Comissão sobre fianças bancárias	(1.543)	(2.170)	(4.011)	(4.729)
Juros de provisão de abandono	(23.329)	(7.097)	(24.851)	(7.589)
Juros de passivos de arrendamento	(7.524)	(8.742)	(15.577)	(8.156)
Juros sobre mútuos	-	(5.602)	(413)	(1.572)
Juros de debêntures	(83.334)	(72.875)	(174.583)	(149.548)
MTM contratos de energia	-	-	-	(3.888)
Variação cambial e monetária	(17.381)	(17.544)	(76.034)	(121.056)
Outros	(14.819)	(12.790)	(27.510)	(25.617)
	(157.696)	(148.822)	(338.405)	(491.712)
Receitas financeiras (b)				
Aplicação financeira	37.251	27.247	81.205	56.549
Multas e juros recebidos ou auferidos	58	1.326	41.961	2.783
Rendimentos de mútuos	56.508	40.354	651	-
Variação cambial e monetária	121.119	80.050	16.389	124.535
Outros	2.709	1.714	11.679	8.191
	217.645	150.691	151.885	192.058
Resultado financeiro	59.949	1.869	(186.520)	(299.654)

- a. As principais variações nas despesas financeiras consistem na redução dos juros incorridos sobre os empréstimos ("encargos da dívida") e debêntures ("juros de debêntures"), em decorrência, principalmente, da restruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos. As dívidas vinculadas à construção dos projetos de capital da Companhia tiveram os juros incorridos capitalizados.
- b. A variação nas receitas financeiras ocorreu em função do recebimento de R\$ 30 milhões de juros e correção monetária referente a decisão judicial favorável a Pecém II, relativa à receita fixa do período de julho a agosto de 2013.

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2021	2020
Riscos operacionais	2.790.250	2.598.500
Riscos de petróleo	335.249	312.210
Responsabilidade civil	420.000	560.000
Construção / projeto	2.413.996	3.866.996

29. Compromissos assumidos

[SUMÁRIO](#)

Programa exploratório mínimo (PEM)

O saldo de PEM referente a 14ª Rodada de licitação, ao 1º e 2º ciclo licitatório da oferta permanente, a ser cumprido perante a ANP, está apresentado no quadro abaixo:

Concessão	Bacia	BID	PEM Contratual (UTs)	PEM cumprido em 2021 (UTs)	Saldo em 31/12/2021 (UTs)	Status
			[A]	[B]	[A]-[B]	
PN-T-117	Parnaíba	14	400	943	-	Integralmente cumprido
PN-T-118	Parnaíba	14	600	869	-	Integralmente cumprido
PN-T-119	Parnaíba	14	600	448	152	A cumprir até 10/2024
PN-T-133	Parnaíba	14	500	1164	-	Integralmente cumprido
PN-T-134	Parnaíba	14	600	717	-	Integralmente cumprido
PN-T-47	Parnaíba	OP1	1.897	623	1.274	A cumprir até 11/2026
PN-T-48A	Parnaíba	OP1	1.448	1	1.447	A cumprir até 11/2026
PN-T-66	Parnaíba	OP1	2.673	406	2.267	A cumprir até 11/2026
PN-T-67A	Parnaíba	OP1	336	1.230	-	Integralmente cumprido
PN-T-68	Parnaíba	OP1	1.336	1.265	71	A cumprir até 11/2026
PN-T-102A	Parnaíba	OP1	1.121	725*	396*	A cumprir até 11/2026
AM-T-62	Amazonas	OP2	3138	-	3.138	A cumprir até 06/2029
AM-T-84	Amazonas	OP2	4138	-	4.138	A cumprir até 06/2029
AM-T-85	Amazonas	OP2	4138	-	4.138	A cumprir até 06/2029
PAR-T-86	Paraná	OP2	1.908	-	1.908	A cumprir até 06/2027
PAR-T-99	Paraná	OP2	1.902	-	1.902	A cumprir até 06/2027
PAR-T-196	Paraná	OP2	1.872	-	1.872	A cumprir até 06/2027
PAR-T-215	Paraná	OP2	1.866	-	1.866	A cumprir até 06/2027
			30.473	8.391	24.569	

*a ser validado pela SEP/ANP

Rodada 14

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito da 14ª Rodada de Licitações (PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134) se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 6 (seis) anos e possui um único Período Exploratório que demanda o cumprimento das unidades de trabalho previstas.

As obrigações de PEM concernentes a esses ativos foram cumpridas a partir da realização do programa sísmico intitulado 0375_2D_NOVA IORQUE, ocorrido em 2020. O único ativo cuja garantia financeira não foi devolvida pela Agência, conforme ilustrado na tabela acima, é o PN-T-119, que terá que arcar com o cumprimento de 151,51032 unidades de trabalho até outubro de 2024.

Se faz pertinente destacar a extensão da Fase de Exploração dos contratos desse ciclo licitatório até 31 de outubro de 2024 nos moldes da Resolução ANP nº 815/2020, que facultou a prorrogação dos contratos de concessão em 9 (nove) meses frente o advento da COVID-19.

Oferta Permanente – 1º Ciclo Licitatório

A Companhia se sagrou vitoriosa no 1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Blocos Exploratórios e Acumulações Marginais, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 10 de setembro de 2019. Em atendimento às exigências do Edital de Licitação, foram encaminhadas à ANP garantias financeiras que asseguram o cumprimento do programa exploratório mínimo dos blocos PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-102A, PN-T-68, PN-T-47 e PN-T-48A. As garantias entraram em vigor a partir da assinatura dos contratos de concessão, em 14 de fevereiro de 2020.

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito deste certame se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 6 (seis) anos e possui um único Período Exploratório, que demanda o cumprimento das unidades de trabalho previstas. As obrigações de PEM concernentes a esses ativos foram cumpridas a partir da realização do programa sísmico intitulado 0375_2D_NOVA IORQUE, ocorrido em 2020. Com exceção do PN-T-67A, que já cumpriu integralmente suas obrigações de PEM, os demais blocos arrematados deverão arcar em conjunto com 6452,85 unidades de trabalho até novembro de 2026.

Se faz pertinente destacar a extensão da Fase de Exploração dos contratos deste ciclo licitatório até 14 de novembro de 2026 nos moldes da Resolução ANP nº 815/2020, que facultou a prorrogação dos contratos de concessão em 9 (nove) meses frente o advento da COVID-19.

Oferta Permanente - 2º Ciclo Licitatório

Ao lograr êxito na aquisição de 7 (sete) blocos exploratórios (AM-T-62, AM-T-84, AM-T-85, PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215) e 1 (uma) área de acumulação marginal (Juruá) no âmbito do 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Blocos Exploratórios e Acumulações Marginais, realizada em 04 de dezembro de 2020, a Eneva encaminhou, em 2021, garantias de PEM totalizando R\$ 113.772.000,00 (cento e treze milhões setecentos e setenta e sete mil reais).

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito deste certame se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 8 (oito) anos (para AM-T-62, AM-T-84 e AM-T-85) ou 6 (seis) anos (caso dos PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215) e possuem um único Período Exploratório, que demanda o cumprimento das unidades de trabalho previstas. Para os quatro últimos ativos citados, aliás, a companhia terá que cumprir o PEM em conjunto com a Enauta, que adquiriu as áreas em consórcio com a Eneva.

30. Eventos subsequentes



Combinação de negócios com a Focus

Contexto da operação

A Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus") atua como uma plataforma integrada de negócios de energia renovável no Brasil, com foco nos segmentos de comercialização, geração de energia para comercialização no mercado livre, geração distribuída e prestação de serviços em energia para geradores e consumidores livres.

Em fevereiro de 2021, a Focus realizou seu IPO levantando cerca de R\$765 milhões de capital, com uma *valuation* implícita de aproximadamente R\$1.600 milhões. A maior parte dos recursos levantados com o IPO foram captados com o objetivo de financiar a construção e desenvolvimento do Projeto Futura I, que pretende ser o maior parque de energia solar do Brasil. Esse parque possuiu um custo total de CAPEX estimado de R\$2,2bi. O restante do valor para financiar esta construção seria captado junto a instituições financeiras.

Do momento do IPO até a data da transação de venda e incorporação pela Eneva, ocorreram dois eventos principais que dificultaram a execução da construção de Futura I, sendo eles (i) o aumento do custo estimado do CAPEX total do projeto em cerca de R\$500 milhões, em decorrência da escassez global de placas solares e quebra de contrato do principal fornecedor e (ii) aumento de juros e piora geral no cenário de crédito brasileiro, que dificultaram a obtenção do financiamento adicional necessário, uma vez que os bancos exigiam garantias e condições não exequíveis para a Focus.

Diante do cenário acima descrito, o valor por ação em bolsa de Focus se desvalorizou substancialmente desde o IPO e, além disso, a Focus encontrava-se em situação de stress financeiro de curto prazo para honrar os compromissos referentes a construção do projeto Futura I, sem acesso a novas linhas de financiamento.

Estrutura da operação

No dia 15 de dezembro de 2021, As Companhias divulgaram aos seus acionistas e ao mercado em geral a celebração do acordo de Combinação de Negócios ("Acordo"), por meio do qual estabeleceram os termos e condições para a incorporação da Focus ("Incorporação") e a subscrição privada, pela Eneva, de debêntures não conversíveis de emissão da Focus.

Conforme previsto no Acordo, a incorporação será implementada por meio das seguintes operações, que ocorrerão todas na data de fechamento da Operação.

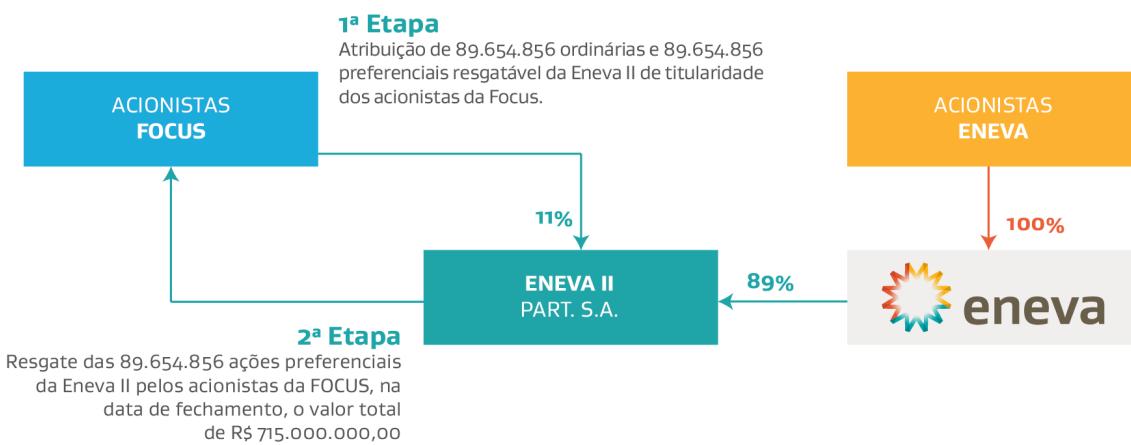
- (i) A incorporação societária da Focus será feita pela Eneva II Participações S.A., (subsidiária integral da Eneva S.A.). A Eneva II irá assumir a carteira de clientes e todo o portfólio de projetos renováveis da Companhia que somam 3,7GW de potência instalada. A transação se dará pela atribuição de 1 nova ação ordinária (emissão 89.654.856 ações ordinárias) e 1 nova ação preferencial (emissão de 89.654.856 ações preferenciais) compulsoriamente resgatáveis da Eneva II para cada 1 ação ordinária de emissão da Focus e de titularidade dos acionistas da Focus.
- (ii) Resgate das ações preferenciais da Eneva II, mediante o recebimento, por todos os acionistas da FOCUS, conforme as condições, de:
 - pagamento em dinheiro, na data de fechamento, no valor total de R\$ 715.000 mil (primeira parcela), a ser atualizado diariamente pela variação de 100% da taxa DI entre a data de celebração do acordo e o dia útil imediatamente anterior à data de fechamento, e sujeito a determinados ajustes ("Parcela Assegurada"); e
 - pagamento adicional em dinheiro, condicionado ao efetivo recebimento, pela Eneva ou por controlada dela, até 31 de dezembro de 2027, de valores e/ou créditos, líquidos de tributos e despesas, oriundos de procedimento arbitral, nos EUA, perante a International Chamber of Commerce, em Nova York – NY, tendo como autoras a FOCUS e certas controladas. Poderão, ainda, ser deduzidos da Parcela Contingente valores extraordinários relacionados a determinados projetos.

As operações de incorporação da Focus estão ilustradas na figura a seguir:

Posição antes da incorporação

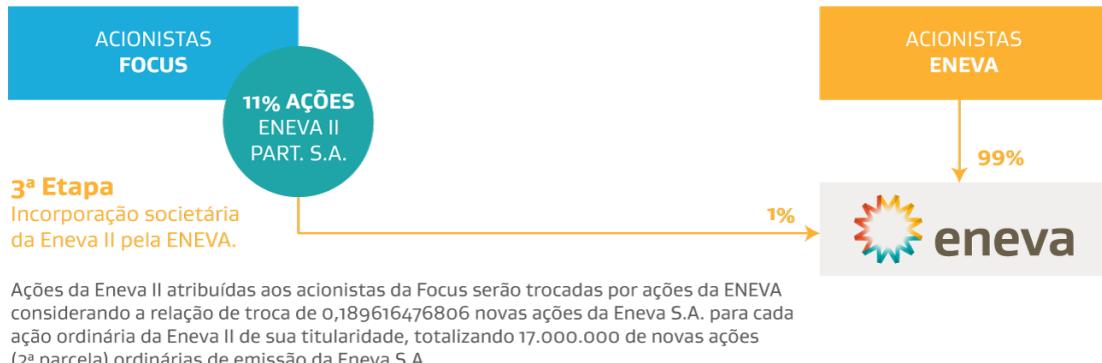


Incorporação da Focus



- (i) Incorporação societária da Eneva II pela Eneva S.A., com a extinção da Eneva II, que será sucedida pela Eneva, e com atribuição, aos antigos acionistas da Focus (que serão, acionistas da Eneva II), de 0,189616476806 novas ações da Eneva S.A. para cada ação ordinária da Eneva II de sua titularidade, totalizando 17.000.000 de novas ações (segunda parcela) ordinárias de emissão da Eneva S.A.. As operações de incorporação da Eneva II estão ilustradas na figura a seguir:

Incorporação Eneva II



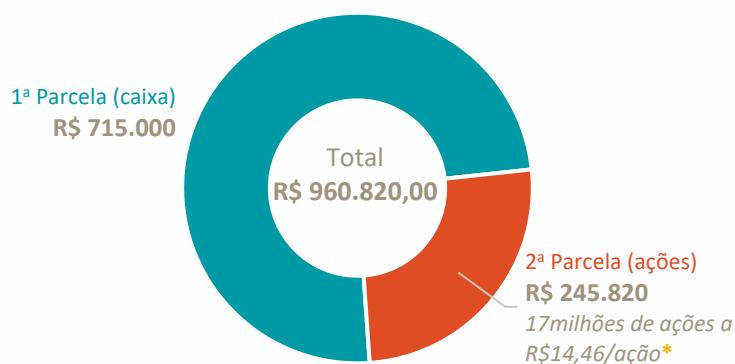
Em decorrência da Operação, a Eneva II e a Focus serão extintas, com a consequente migração da base acionária da Focus para a Eneva S.A.. A Eneva S.A. continuará a ser Companhia aberta, listada no segmento do Novo Mercado da B3 e passará a ser titular da totalidade do patrimônio da Focus.

Como parte da operação, a Focus e a Eneva firmaram a escritura da 1^a emissão de debêntures não conversíveis em ações da Focus, com garantia real, no valor total de até R\$ 1.500 milhões. Nos termos da escritura e demais documentos relacionados, a Eneva:

- (i) subscreveu, nessa data, debêntures no valor de R\$ 820 milhões, a serem integralizadas mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes;
- (ii) se comprometeu a subscrever e integralizar o saldo das debêntures, no valor de até R\$ 680 milhões, conforme o cronograma previsto na Escritura.

Os recursos das debêntures serão utilizados, exclusivamente, no pagamento de custos vinculados ao Projeto Futura I, conforme tais recursos sejam necessários a partir dessa data para a conclusão das obras. Vale ressaltar que os recursos das debêntures não fazem parte do preço pago.

Estimativa de contraprestação a ser transferida



*Valor corresponde a 17 milhões de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., com cotação de 14,46/ação do dia 21 de dezembro de 2021.

O valor de R\$ 960.820 mil frente ao saldo de patrimônio líquido da Focus de aproximadamente R\$ 1.001.096 mil resultou na apuração de uma compra vantajosa advinda diretamente da transação, no valor de R\$ 40.276 mil, antes da apuração dos valores de mais valia dos intangíveis identificáveis.

Adicionalmente, o valor negociado em mercado aberto (Brasil, Bolsa, Balcão – B3) da Focus na data da transação também se encontrava abaixo do valor patrimonial dela (89.654.856 ações ao valor médio de R\$ 10,77/ação, resultando no valor de R\$ 965.583 mil), corroborando o valor pago na transação. Os fatores que justificam o valor de mercado abaixo do valor patrimonial da Companhia estão descritos no contexto da operação.

Relação preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos

Resumo balanço patrimonial da Focus (sociedade adquirida) e seu valor justo (preliminar):

	30/11/2021*	Ajuste a Valor Justo	Saldo a Valor Justo 30/11/2021
Ativo circulante	1.056.310	-	1.056.310
Não circulante	1.508.187	131.602	1.639.789
Intangível	7.664	131.602	139.365
Intangível de partita	7.664	-	7.664
PPA e autorização – Futura I	-	85.804	85.804
PPA e autorização – PCHs	-	30.729	30.729
Carteira de clientes – Intel	-	15.069	15.069
Ativo Total	2.564.497	131.602	2.696.099

	30/11/2021*	Ajuste a Valor Justo	Saldo a Valor Justo 30/11/2021
Passivo circulante	1.155.711	44.744	1.200.456
Imposto de renda diferido s/ ativos reconhecidos	-	44.744	85.804
Passivo não circulante	408.066	-	408.066
Patrimônio líquido	1.001.095	131.602	1.087.953
Ajuste a valor justo	-	86.858	86.857
Parcela dos acionistas não controladores	(375)		(375)
Ativo Total	2.564.497	131.602	2.696.099

*Em virtude da data de elaboração desse estudo ser anterior à data-base da análise, estamos assumindo a situação patrimonial da empresa em novembro de 2021 como aproximação à situação esperada para dezembro de 2021.

Composição da alocação preliminar:

Alocação do Valor	
Patrimônio líquido da Focus (a)	1.001.096
Contraprestação transferida (b)	960.820
Compra vantajosa = (a) - (b)	40.276
Compra vantajosa	40.276
PPA e autorização – Futura I	85.804
PPA e autorização – PCHs	30.729
Carteira de clientes – Intel	15.069
Imposto de renda diferido s/ativos reconhecidos	(44.744)
Compra vantajosa final	127.134

Aprovação dos Acionistas e Fechamento da Operação

O fechamento da Operação cumpriu as condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, (i) a aprovação da sua consumação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (aprovação ocorreu em 11 de janeiro de 2022) e (ii) aprovação pela Assembleia de acionistas das Companhias (a aprovação ocorreu em 4 de fevereiro de 2022). Em 11 de março de 2022 os Conselhos de Administração das Companhias informaram a renúncia das condições suspensivas da operação e a efetivação da incorporação da Focus pela Eneva II. Em 21 de março de 2022 a Eneva efetuou o pagamento do valor base de R\$715.000 mil atualizado pela variação do CDI desde a data da celebração do acordo.

Os impactos das mensurações contábeis relativos à combinação de negócios serão registrados no momento do fechamento da operação, conforme CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, respeitando-se o limite do período de mensuração, de até 1 ano após o *closing*.

Encerramento das negociações para aquisição do Pólo Urucu

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia informou que encerrou, sem êxito, as negociações para aquisição do Pólo Urucu junto à Petroleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), que haviam iniciado em fevereiro de 2021. Apesar dos esforços envidados pelas partes durante esse processo, ao longo da negociação, não foi possível convergir para um acordo. Com isso, as partes optaram por encerrar as negociações em curso, sem penalidades para nenhuma das partes.

UsinaTermelétrica Jaguatirica II (“UTE Jaguatirica II”) inicia operação comercial

A UTE Jaguatirica II, no estado de Roraima, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 48,653 MW, a partir de 15 de fevereiro de 2022. Em 9 de março de 2022 autorizado, a operação comercial da segunda unidade geradora, com capacidade instalada de 48,653 MW. Com isso, a UTE passa a ter uma capacidade disponível total de 97,306 MW.

7ª emissão de debêntures pela Eneva S.A.

O Conselho de Administração aprovou, em 17 de fevereiro de 2022, a realização da 7ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$ 1.500 milhões. O vencimento das Debêntures ocorrerá em 15 (quinze) meses, contados da data de emissão, ou seja, em 18 de maio de 2023.

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”).

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de Sobretaxa de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de cálculo (exclusive), sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na escritura da Emissão.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados para reforço de capital de giro da Companhia. As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo total ou amortização extraordinária facultativa, a exclusivo critério da Companhia, a qualquer momento a partir da data de emissão, sem a incidência de qualquer prêmio.

Conselho de Administração

Jerson Kelman
Presidente

Henri Philippe Reichstul
Vice-Presidente

Conselheiros:

Elena Landau
Felipe Gottlieb
Guilherme Bottura
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros
Renato Antônio Secondo Mazzola

Diretoria

Pedro Zinner
Diretor Presidente
Lino Lopes Cançado
Diretor
Marcelo Campos Habibe
Diretor de Relações com Investidores
Marcelo Cruz Lopes
Diretor

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0
Controller
Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RJ 106648/O-9
Contador



Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040

+55 (21) 3721-3000

www.eneva.com.br

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Eneva S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e

nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do imobilizado e investimentos

Conforme notas explicativas nº 12 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuar avaliação quanto a existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável ('<i>impairment</i>') ou de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores para os ativos não financeiros nos segmentos de térmicas a carvão, térmicas a gás e <i>upstream</i>.</p> <p>A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia e suas controladas foi efetuada para o ativo imobilizado da UGC de Itaqui, no segmento de térmicas a carvão. Essa avaliação envolve julgamentos significativos utilizados nas projeções de fluxos de caixa futuros, incluindo o período projetivo, a demanda esperada de utilização da térmica, preços de venda de energia esperados no ambiente regulado, gastos e custos associados para manutenção de equipamentos e insumos e taxas de desconto.</p> <p>Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções de fluxos de caixa e na determinação das demais premissas relevantes elaboradas pela Companhia, que se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes daqueles utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos:</p> <p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de avaliação de indicativos de perda e apuração do valor recuperável das UGCs da Companhia e suas controladas.</p> <p>Avaliamos a política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções dos fluxos de caixa utilizadas pela Administração da Companhia e suas controladas.</p> <p>Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a metodologia e as principais premissas utilizadas nas projeções como o período projetivo, a demanda esperada de utilização da térmica a carvão da UGC Itaqui, preços de venda de energia esperados no ambiente regulado, gastos e custos associados para manutenção de equipamentos e insumos, taxas de crescimento e taxas de desconto, inclusive a consistência e a aderência dessas premissas às práticas usuais de mercado.</p> <p>Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética da apuração dos valores recuperáveis, confrontando-os com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatórios gerenciais elaborados pela Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre o teste de redução ao valor recuperável de ativos estão adequadas.</p>

	<p>Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis do imobilizado e investimentos, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>
Valor recuperável dos impostos diferidos ativos	
Conforme nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria <p>A Companhia e sua controlada Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui") possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros.</p> <p>As projeções de resultados futuros desses estudos incluem premissas relevantes, principalmente referentes ao volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital.</p> <p>Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções elaboradas pela Companhia que, se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	Como auditoria endereçou esse assunto <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos:</p> <p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de apuração dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.</p> <p>Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia, incluindo a avaliação da política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções utilizadas pela Administração da Companhia e de sua controlada Itaqui.</p> <p>Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, as principais premissas utilizadas na preparação das projeções que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros, como volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital, avaliando a razoabilidade, a consistência e a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e os julgamentos utilizados na determinação das projeções.</p>

	<p>Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética dos valores apurados com base nos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatórios gerenciais elaborados pela Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre imposto de renda e contribuição social diferido ativo estão adequadas.</p> <p>Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis de imposto de renda e contribuição social diferido ativo da Companhia e sua controlada Itaqui, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-0144/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araujo
Contador CRC RJ-091559/O-4

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, ela própria, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no próprio Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era composto por 1.266.339.183 ações ordinárias, assim distribuídas:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Controlador¹	0	0,00	0	0,00
Administradores				
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
Diretoria	2.873.499	0,23	2.873.499	0,23
Conselho Fiscal²	0	0,00	0	0,00
Ações em Tesouraria³	6.120.944	0,48	6.120.944	0,48
Outros Acionistas	1.257.344.740	99,29	1.257.344.740	99,29
Total	1.266.339.183	100,00	1.266.339.183	100,00
Ações em Circulação⁴	1.257.344.740	99,29	1.257.344.740	99,29

¹ Com a homologação em 05/11/2015 do aumento de capital aprovado pela assembleia geral extraordinária, realizada em 26/08/2015, e com a notificação do término do acordo de acionistas entre DD Brazil S.à.R.L. ("E.ON") e Eike Fuhrken Batista e seus veículos de investimentos (em conjunto "Eike Batista"), conforme divulgado em comunicado ao mercado em 10/11/2015, a Companhia passou a ser uma sociedade de capital aberto sem controlador definido.

² Atualmente a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

³ As ações em tesouraria descritas na tabela contempla o total da posição mantida em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 pela Controladora Eneva S.A. e pela Controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A..

⁴ As ações em circulação desconsideram as ações detidas pelo Conselho de Administração, pela diretoria e em tesouraria.

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

No dia 26/05/2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24/03/2011, aumentando o número de ações da Companhia de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.720.840 para 136.730.473.

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 984 novas ações, em decorrência da conversão de 649 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.730.473 para 136.738.497.

Em maio de 2012 ocorreu um aumento do capital social, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 09/05/2012 em decorrência de (i) emissão de 4.112 novas ações, em decorrência da conversão de 2.701 debêntures; e (ii) emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.738.497 para 136.868.229.

No mesmo mês ocorreu um novo aumento do capital social, conforme a primeira Reunião do Conselho de Administração do dia 24/05/2012, ratificando a emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.868.229 para 170.122.934.

O Conselho de Administração da ENEVA aprovou em 24/05/2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000.063,00, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações, entretanto as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, que foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448.

Em 25/06/2012, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, aprovado em RCA realizada em 24/05/2012, às 11h, no valor de R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais), dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização das 22.623.796 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela E.ON AG ("E.ON"). Dessa forma, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15/08/2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Farão jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da ENEVA com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

Em janeiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 10/01/2013, ratificando a emissão de 147.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.389.212.

Em fevereiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 06/02/2013, ratificando a emissão de 27.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.416.212.

No entanto, ocorreu uma integralização parcial do valor financeiro do aumento de capital, de forma que o Capital Social em 31/03/2013 totalizasse R\$ 3.736.269.091,89, valor inferior ao apresentado na ata da Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2013. O restante da integralização do valor financeiro do aumento de capital foi realizado após o fechamento do primeiro trimestre, fazendo com que o Capital Social totalizasse R\$ 3.736.354.722,02.

Em abril de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 05/04/2013, ratificando a emissão de 34.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.450.712. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.354.722,02 para R\$ 3.736.468.820,55.

Em maio de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 08/05/2013, ratificando a emissão de 29.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.479.962. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.468.820,55 para R\$ 3.736.568.320,85.

Em 16/09/2013, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2013, no valor de R\$ 799.999.995,15, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização de 124.031.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 578.479.962 para 702.510.969. O capital social da Companhia passou de R\$ 3.736.568.320,85 para R\$ 4.536.568.316,00.

Em outubro de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 21/10/2013, ratificando a emissão de 13.500 novas ações ordinárias, sem valor

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 702.524.469. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 4.536.568.316,00 para R\$ 4.536.608.413,70.

Em 01/08/2014, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/05/2014, no valor de R\$174.728.680,26, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e integralização de 137.581.638 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 702.524.469 para 840.106.107. O capital social da Companhia passou de R\$4.536.608.413,70 para R\$4.711.337.093,96.

Em 05/11/2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/08/2015, no valor de R\$2.300.531.398,65, em razão da subscrição e integralização de 15.336.875.991 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 840.106.107 para 16.176.982.098. O capital social da Companhia passou de R\$4.711.337.093,96 para R\$7.011.868.492,61.

Em 07/04/2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das atuais 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Os acionistas da Companhia tiveram o prazo de 30 dias, compreendido no período entre 11/04/2016 e 11 /05/2016, para, a seu livre e exclusivo critério, ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 100 ações. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12/05/2016.

Em 03/10/2016, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02/08/2016, no valor de R\$1.160.379.150,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), em razão da subscrição e integralização de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou dos R\$7.011.868.492,61 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 11/09/2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de agosto de 2016 e homologado parcialmente pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de outubro de 2016 ("Homologação do Aumento"), e (b) a rerratificação da Homologação do Aumento, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2017, os quais resultaram na homologação de aumento de capital no valor de R\$ 1.016.492.135,40 (um bilhão, dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 05/10/2017, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 75.862.069 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e sessenta e nove) ações, ao Preço por Ação de R\$ 11,00, correspondendo ao montante de R\$834.482.759,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, no ato da subscrição. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscientos e vinte e oito reais e um centavo), representado por 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 28/05/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 5.996.298,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão de 285.538 (duzentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscientos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14/08/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 1.242.934,78 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), mediante a emissão de 47.386 (quarenta e sete mil, trezentas oitenta e seis) ações

ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 26,23 (vinte e seis reais e vinte e três centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03.08.2017, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02.08.2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 21/11/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.610.701,25 (cinco milhões, seiscientos e dez mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos), mediante a emissão de 159.758 (cento e cinquenta e nove mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 35,12 (trinta e cinco reais e doze centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) representado por 315.483.181 (trezentas e quinze milhões, quatrocentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 26/05/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$10.313.567,35 (dez milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), mediante a emissão de 284.502 (duzentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$36,25 (trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os

termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado, e do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, todos no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos), para R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) dividido em 315.767.683 (trezentas e quinze milhões, setecentas e sessenta e sete mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25/08/2020 a Companhia foi informada sobre a celebração de acordo de acionistas entre os acionistas, Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda., Dynamo Administração De Recursos Ltda., Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda., Velt Partners Investimentos Ltda., determinando regras a serem observadas com relação ao exercício de direitos políticos e transferência de ações de emissão da Companhia de titularidade dos signatários do acordo ("Acordo de Acionistas"). Estão vinculadas ao Acordo de Acionistas 15.788.400 (quinze milhões, setecentas e oitenta e oito mil e quatrocentas) ações da Atmos Capital Gestão De Recursos Ltda., 18.350.000 (dezoito milhões, trezentas e cinquenta mil) ações detidas pela Dynamo Administração De Recursos Ltda. e Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda.; e 15.471.932 (quinze milhões, quatrocentas e setenta e uma mil, novecentas e trinta e duas) ações da Velt Partners Investimentos Ltda. ("Ações Vinculadas"), sendo certo que qualquer acionista poderá não vincular ao Acordo de Acionistas até 631.536 (seiscentas e trinta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ("Ações Livres"), desde que referido acionista detenha pelo menos 15.156.849 (quinze milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove) Ações Vinculadas.

Ademais, durante a vigência do Acordo de Acionistas, em nenhuma hipótese, o total de Ações Vinculadas poderá exceder a quantidade de 66.311.213 (sessenta e seis milhões, trezentas e onze mil, duzentas e treze) ações ("Limite Global Máximo").

Em 09/10/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$3.188.727,08 (três milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais e oito centavos), mediante a emissão de 68.277 (sessenta e oito mil, duzentas e setenta e sete) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos), para R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze reais e

quarenta e sete centavos) dividido em 315.835.960 (trezentas e quinze milhões, oitocentas e trinta e cinco mil, novecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 02/02/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$25.071.402,46 (vinte e cinco milhões, setenta e um mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), mediante a emissão de 437.544 (quatrocentas e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$57,30 (cinquenta e sete reais e trinta e centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quinze reais e quarenta e sete centavos), para R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e noventa e três centavos) dividido em 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 11/03/2021, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia aprovou o desdobramento da totalidade de suas ações. Foi aprovado o desdobramento da totalidade das 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 01 (uma) ação para 04 (quatro) ações da mesma espécie, sem modificação do capital social. O capital social da ENEVA permaneceu no montante de R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil e dezessete reais e noventa e três centavos), passando a ser dividido em 1.265.094.016 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, noventa e quatro mil e dezesseis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia foram atualizados na AGE para refletir o desdobramento de ações. As ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 16 de março de 2021 e conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias existentes. Fizeram jus às ações desdobradas os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data da realização da AGE, sendo que as ações passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir de 12 de março de 2021 (inclusive).

Em 14/04/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de no valor total de R\$2.783.866,28 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), mediante a emissão de 160.088 (cento e sessenta mil e oitenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$17,3896 (dezessete reais e três mil oitocentos e noventa e seis milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia,

aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou para R\$8.917.050.884,21 (oito bilhões, novecentos e dezessete milhões, cinquenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos) dividido em 1.265.254.104 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 20/05/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$12.714.424,73 (doze milhões, setecentos quatorze mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 784.115 (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quinze) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$16,2150 (dezesseis reais e dois mil cento e cinquenta milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia.

Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passará para R\$8.929.765.308,94 (oito bilhões, novecentos e vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oito reais e noventa e quatro centavos) dividido em 1.266.038.219 (um bilhão, duzentos e sessenta e seis milhões, trinta e oito mil, duzentos e dezenove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 30/11/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.106.997,92 (cinco milhões, cento e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 300.964 (trezentos mil, novecentos e sessenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$16,9688 (dezesseis reais e nove mil seiscentos e oitenta e oito milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, conforme aditado, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia.

Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou a totalizar R\$8.934.872.306,86 (oito bilhões, novecentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e seis reais e oitenta e seis centavos) dividido em 1.266.339.183 (um bilhão, duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia até o nível de pessoa física:

02123-7 ENEVA S/A	04.423.567/0001-21
<u>20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES</u>	

Companhia: ENEVA S.A.		Posição em 31/12/2021			
Acionista		Ações ordinárias*		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Eneva Fundo de Investimento em Ações		289.640.404	22,9%	289.640.404	22,9%
Banco BTG Pactual S.A.		272.640.404	21,5%	272.640.404	21,5%
Dynamo Administração de Recursos Ltda		79.108.721	6,2%	79.108.721	6,2%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda		67.189.176	5,3%	67.189.176	5,3%
Ações em Tesouraria		6.120.944	0,5%	6.120.944	0,5%
Outros		551.639.534	43,6%	551.639.534	43,6%
Total		1.266.339.183	100,00%	1.266.339.183	100,00%

*O Capital Social da ENEVA é composto apenas por ações ordinárias.



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022

Diretores:

Pedro Zinner
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório de revisão dos Auditores Independentes, datado em 21 de março de 2022, relativo às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022.

Diretores:

Pedro Zinner
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ENEVA S.A.
CNPJ/MF nº 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2022**

1. DATA, HORA E LOCAL: Ao 9º dia de março de 2021, às 10h, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º e 6º andares, CEP 22250-040, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: A reunião foi convocada nos termos do Estatuto Social da ENEVA S.A. (“Companhia”) e da legislação aplicável e contou com a participação dos seguintes membros: Ricardo Baldin (RB), Edson Teixer (ET), Fernando Campos (FC), Guilherme Bottura (GB), Sidnei Sanches (SS), todos na forma do art. 14, parágrafo 3º. Como convidados: Bruno Campelo (BC), Gerente de Contabilidade; Glauco Gonzalez (GG), Gerente da Auditoria Interna; Julia del Blanco (JB), Especialista de Compliance; Juliana Kac (JK), Gerente de Governança, Compliance e Controles Internos; Thiago Freitas (TF), Diretor Jurídico, de Governança, Compliance e Controles Internos; Marcelo Habibe (MH), Diretor de Finanças & RI; Murilo Luz (ML), Especialista de Controles Internos; e Paula Alves (PA), Gerente Geral de Controladoria.

3. MESA: O Sr. Ricardo Baldin assumiu a presidência da mesa e designou o Sr. Thiago Freitas para atuar como Secretário.

4. DELIBERAÇÕES: Após o exame e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do Comitê de Auditoria presentes na reunião, manifestaram-se favoravelmente e recomendaram a aprovação do relatório da administração, às contas da administração e às demonstrações financeiras relativas ao 4º trimestre/2021, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, devidamente acompanhadas pelo Relatório dos Auditores Independentes emitidos pela KPMG Auditores Independentes, inclusive com relação à destinação de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

- Extrato da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A., realizada em 09 de março de 2022, às 10h -

Rio de Janeiro, 09 de março de 2022.

Thiago Freitas
Secretário